



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

LAURENCI BARROS ESTEVES

**FUNÇÕES DISCURSIVAS DOS PROCESSOS REFERENCIAIS DE
ENCAPSULAMENTO EM ARTIGOS DE OPINIÃO**

FORTALEZA

2017

LAURENCI BARROS ESTEVES

FUNÇÕES DISCURSIVAS DOS PROCESSOS REFERENCIAIS DE
ENCAPSULAMENTO EM ARTIGOS DE OPINIÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Linguística. Área de concentração: Linguística.

Orientadora: Prof^a Dr.^a Mônica Magalhães Cavalcante

FORTALEZA

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

- E84f Esteves, Laurenci Barros.
Funções discursivas dos processos referenciais de encapsulamento em artigos de opinião /
Laurenci Barros Esteves. – 2017.
112 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de
Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2017.
Orientação: Prof. Dr. Mônica Magalhães Cavalcante.
1. Referenciação. 2. Processos referenciais de encapsulamento. 3. Funções discursivas. I. Título.
- CDD
410
-


LAURENCI BARROS ESTEVES

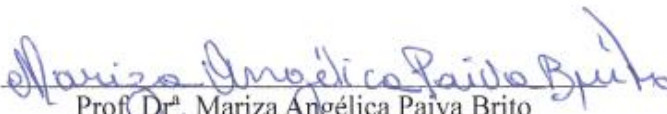
FUNÇÕES DISCURSIVAS DOS PROCESSOS REFERENCIAIS DE
ENCAPSULAMENTO EM ARTIGOS DE OPINIÃO


Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Linguística. Área de concentração: Linguística.

Aprovada em: 08/02/17.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr^a. Mônica Magalhães Cavalcante (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)


Prof. Dr^a. Mariza Angélica Paiva Brito
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)


Prof. Dr^a. Maria Margarete Fernandes de Sousa
Universidade Federal do Ceará (UFC)

.

À minha mãe, Mag, e ao meu tio, Magno (*in
memoriam*).

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Mag, por sempre ter me amado incondicionalmente ao longo da minha vida e por ser, sempre, a minha maior professora.

Ao meu querido tio Magno (*in memoriam*), que sempre me amou profundamente e que nunca deixou de acreditar em mim.

À minha querida avó, Rosa, por ter me amado e cuidado de mim por quase toda a minha vida e por ter contribuído para a minha educação, bem como aos familiares que sempre estiveram presentes em minha caminhada.

Ao meu pai, José (*in memoriam*), e aos meus irmãos.

A Gênesson, Maria de Fátima, Genivaldo, Flávio, Patrícia, Mayara, Maiara e aos demais amigos, de dentro e de fora do grupo PROTEXTO-UFC, aos quais quero tanto bem e que sempre me deram forças para seguir em frente.

A Marileide, Isaías e Patrícia, grandes mestres que me mostraram o caminho certo a seguir em momentos de insegurança e incerteza durante a minha graduação.

Ao CNPq, pelo apoio financeiro com a manutenção da bolsa de auxílio.

À Universidade Federal do Ceará, por ter me acolhido de braços abertos, oferecendo-me o que tem de mais precioso: os seus grandes mestres.

À minha orientadora, a Prof^a Dr^a. Mônica Magalhães Cavalcante, pela excelente orientação, pela paciência e por ter me guiado com carinho e generosidade ao longo desta rica jornada, contribuindo para que eu crescesse como pesquisador e como ser humano.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, que tanto contribuíram para a minha formação e crescimento pessoal.

Aos colegas da turma de mestrado, pelo companheirismo e pelo apoio durante a pós-graduação.

“As palavras são pequenas formas no maravilhoso caos que é o mundo; formas que focalizam e prendem ideias, que afiam os pensamentos, que conseguem pintar aquarelas de percepção”. (Diane Ackerman)

RESUMO:

Esta dissertação possui como objetivo principal analisar, à luz da abordagem teórica da referenciação (MONDADA, 1994; MONDADA; DUBOIS, [1995] 2003), as funções discursivas dos processos referenciais de encapsulamento em artigos de opinião. Para tanto, propôs-se uma (re)discussão dos critérios formais e funcionais que norteiam a definição e a análise do fenômeno do encapsulamento com base nas pesquisas de autores como Francis ([1994] 2003), Conte ([1996] 2003), Apothéloz e Chanet ([1997] 2003) e Consten, Knees e Schwarz-Friesel (2007), cujos trabalhos preconizam um tratamento essencialmente formal aos encapsulamentos, alinhando-os aos postulados teóricos presentes em trabalhos mais recentes que tratam da temática em pauta, como os estudos de Ciulla e Silva (2008), Silva (2013) e Alves (2015). Esse percurso teórico permitiu reorganizar os processos referenciais atrelados à menção com a adição da introdução referencial encapsuladora, bem como verificar o funcionamento dos encapsulamentos nos textos que integram o *corpus* desta dissertação para, dessa forma, poder relacioná-los às marcas de posicionamento do locutor em seu texto (HYLAND, 2005). O *corpus* adotado neste estudo foi composto por 40 artigos de opinião sobre a programação da televisão brasileira, coletados entre os anos de 2015 e 2016, cuja análise permitiu concluir que as anáforas encapsuladoras e as introduções referenciais encapsuladoras respondem, no gênero em questão, a duas macrofunções: (i) macrofunção metadiscursiva, que se desdobrou em: a) função avaliativa; b) função de introduzir e encapsular referentes; c) função de hipostasiar unidades pragmático-discursivas; (ii) macrofunção organizadora, que se fragmentou em: a) função de glosa; b) função enumerativa; c) função de promover a organização tópica. Tais funções não são mutuamente excludentes e são necessárias tanto para a organização, quanto para a edificação da argumentatividade textual. Além disso, também foi possível verificar que os processos referenciais de encapsulamento e o gênero artigo de opinião se interinfluenciam, o que se deve à predileção dos encapsulamentos por textos em que há uma predominância da sequência argumentativa. Este trabalho deixa uma importante reflexão teórica sobre os estudos de encapsulamento realizados ao longo dos anos, cotejando aspectos descritivos e observando possíveis relações que podem manter com traços textual-discursivos.

Palavras-chave: Referenciação. Processos referenciais de encapsulamento. Funções discursivas.

ABSTRACT:

The main objective of this work is to analyze the discursive functions of the referential encapsulation processes in opinion pieces according to the theoretical approach of referentiation (MONDADA, 1994; MONDADA; DUBOIS, [1995] 2003). For that we proposed a (re)discussion of the formal and functional criteria that guide the definition and the analysis of the encapsulation phenomenon based on the researches by authors such as Francis ([1994] 2003), Conte ([1996] 2003), Apothéloz and Chanet ([1997] 2003) and Consten; Knees and Schwarz-Friesel (2007), who tend to give a formal treatment to the anaphoric encapsulation processes. Thus, we aligned these works with the theoretical postulates that are present in more recent studies that deal with this theme, such as the works by Ciulla and Silva (2008), Silva (2013), Alves (2015) among others. This theoretical construct was essential because it enabled us not only to verify the functioning of the anaphoric encapsulation in the texts that integrate the *corpus* of this dissertation, but also to study the relation between these processes of reference and the textual genre opinion piece, as well as to relate the different types of encapsulation to the attitude markers of the speaker in their text (HYLAND, 2005). Based on these objectives, we adopted a *corpus* consisting in 40 opinion pieces about the tv shows aired in the Brazilian television that were collected between the years of 2015 and 2016. Based on the qualitative analysis of the *corpus*, it was found that the discursive functions of the anaphoric encapsulation processes and of the referential encapsulation introductions are linked to two macrofunctions: (i) metadiscursive macrofunction, which integrates the following functions: a) the evaluative function; b) the introduction and encapsulation of referents; c) the function of hypostasizing pragmatic-discursive units; (ii) organizing macrofunction, which involves: a) glossing function; b) enumerative function; c) the function of promoting topical organization. Moreover, it was also possible to verify that the encapsulation referential processes and the opinion piece genre are interinfluenced, which is probably due to the preference of the encapsulations for texts where there is a predominance of the argumentative sequence. Finally, this work also contributes with an important theoretical reflection on the importance of the encapsulations based on works published throughout the years by focusing on discursive aspects and possible relations with text-discursive traits.

Keywords: Referentiation. Referential encapsulation processes. Discursive functions.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Processos referenciais atrelados à menção	40
Quadro 2 – Quadro comparativo dos processos referenciais de encapsulamento	70
Quadro 3 – As dimensões do metadiscurso	83
Quadro 4 – Proposta de macrofunções dos processos referenciais de encapsulamento ...	92

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	A CONCEPÇÃO DE TEXTO	23
2.1	Texto e coerência: os dois lados da mesma moeda	23
2.2	A referenciação	25
2.3	Os processos referenciais	28
2.3.1	<i>A introdução referencial</i>	30
2.3.2	<i>Anáforas diretas</i>	31
2.3.3	<i>Anáforas indiretas</i>	34
2.3.4	<i>Os processos referenciais de encapsulamento</i>	35
5	OS PROCESSOS REFERENCIAIS DE ENCAPSULAMENTO: UMA (RE)DISCUSSÃO DOS CRITÉRIOS CLASSIFICATÓRIOS	41
3.1	Os encapsulamentos que foram chamados de “rótulos”	41
3.1.1	<i>Funções discursivas dos rótulos</i>	42
3.1.2	<i>O critério semântico-lexical: a constituição formal dos rótulos</i>	46
3.2	O encapsulamento anafórico	50
3.2.1	<i>Funções discursivas do encapsulamento anafórico</i>	52
3.2.2	<i>Limitações de uma caracterização formal do encapsulamento anafórico</i>	55
3.3	As nomeações	56
3.3.1	<i>Fatores pragmático-discursivos que implicam a ocorrência de nomeações</i>	58
3.3.2	<i>Oposição formal entre definidos e demonstrativos</i>	59
3.4	As anáforas complexas	61
3.4.1	<i>Constituição formal das anáforas complexas e o status ontológico</i>	64
3.4.2	<i>Funções discursivas das anáforas complexas</i>	66
3.5	A introdução referencial encapsuladora	67
3.6	Panorama dos processos referenciais de encapsulamento	70
4	GÊNEROS TEXTUAIS E REFERENCIAÇÃO	72
4.1	A concepção de gênero textual	72
4.2	O gênero artigo de opinião e os processos referenciais de encapsulamento	76

5	METADISCURSO E PROCESSOS REFERENCIAIS DE ENCAPSULAMENTO	80
5.1	Axiologia: um breve percurso	80
5.2	Metadiscorso	81
5.3	O caso do demonstrativo encapsulador	86
6	METODOLOGIA E ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>	89
6.1	Caracterização da pesquisa	89
6.2	Métodos de procedimento	90
6.2.1	<i>Delimitação do universo e amostra</i>	90
6.2.2	<i>Categorias de análise</i>	91
6.2.3	<i>Procedimentos de coleta</i>	92
6.2.4	<i>Procedimentos de análise</i>	93
6.3	Análise dos dados	94
6.3.1	Macrofunção metadiscursiva	94
6.3.1.1	<i>Função avaliativa</i>	94
6.3.1.2	<i>Função de introduzir e encapsular referentes</i>	97
6.3.1.3	<i>Função de hipostasiar unidades pragmático-discursivas</i>	98
6.3.2	Macrofunção organizadora	100
6.3.2.1	<i>Função de glosa</i>	100
6.3.2.2	<i>Função enumerativa</i>	101
6.3.2.3	<i>Organização tópica</i>	104
7	CONCLUSÃO	106
	REFERÊNCIAS	109

1 INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema que aqui propomos surgiu em 2013, quando investigamos a ocorrência de anáforas indiretas em artigos de opinião e em crônicas no nosso trabalho de conclusão de curso da graduação. A partir do estudo realizado, tornou-se perceptível, para nós, a importância da análise linguística norteada pelas funções discursivas que os processos referenciais podem exercer nos textos, entendimento esse que foi crucial para a compreensão do modo como os estudos conduzidos sob a égide da Linguística Textual são realizados, hoje, dentro e fora do país.

Conceber como o texto é construído e examinar a sua estrutura e funcionamento implica muito mais do que analisar separadamente os fatores de textualidade elencados por Beaugrande e Dressler (1981) e que têm sido exaustivamente estudados ao longo dos anos. É necessário que não nos atenhamos a aspectos estritamente formais para a identificação de uma série de fenômenos linguísticos, mas que o texto seja percebido como uma ocorrência comunicativa dinâmica, complexa e essencial para a nossa vida em sociedade.

Diante dessa necessidade, a abordagem teórica da referenciação compreende que os referentes ou objetos de discurso surgem a partir dos processos cognitivos dos indivíduos por intermédio da relação entre o sujeito e o mundo que o rodeia, ao passo que esses objetos são construídos no texto. Logo, as possibilidades para o objeto de discurso são várias porque podem ser abandonados, reativados, enriquecidos ou até fragmentados (MONDADA, 1994, MONDADA; DUBOIS, [1995] 2003).

A representação que emerge do discurso equivale à memória discursiva (BERRENDONNER, 1994) e é nela que os objetos de discurso podem ser acessados. Isso implica, pois, que os objetos de discurso correspondem a uma textualização do mundo real. As consequências desse postulado teórico para a Linguística Textual são notáveis, pois passou-se, então, a priorizar estudos em que aspectos sociocognitivo-discursivos fossem levados em conta. Isso não significa, vale mencionar, que a natureza formal dos processos referenciais deva ser desconsiderada, mas que contemplá-los apenas a partir de um enfoque unicamente formal não permitiria abarcar a gama de diferentes funções que tais processos podem desempenhar no texto.

Ao adotarmos esse viés, aprofundamos os nossos estudos sobre a referenciação e desenvolvemos interesse pelos processos referenciais de encapsulamento após refletirmos sobre as pesquisas feitas por Consten, Knees e Schwarz-Friesel (2007) e, em especial, por Cavalcante (2011). Esses processos referenciais são considerados por Consten, Knees e

Schwarz-Friesel (2007) como complexos e comuns a todos os tipos de textos porque sempre figuram com a função intrínseca básica de resumir uma porção textual. Entretanto, é preciso considerar que os encapsulamentos podem operar outras funções que também estão associadas à construção da coerência textual. Foi por constatar a falta de um estudo mais sistemático do encapsulamento que contemplasse os avanços das pesquisas em referência no Brasil que decidimos enveredar por este caminho.

Analisando os trabalhos precursores de Francis ([1994] 2003), Conte ([1996] 2003) e Consten, Knees e Schwarz-Friesel (2007), observamos que muitos aspectos relacionados às funções dos encapsulamentos precisam ainda ser bem explicados e, por vezes, reconsiderados, pois sua caracterização sempre foi atrelada a perspectivas que pouco abordavam as funções discursivas. Estamos sugerindo que as possíveis funções discursivas dos diferentes subtipos de encapsulamentos sejam analisadas, dentro de uma perspectiva linguístico-textual, não a partir de aspectos estritamente estruturais, mas, sobretudo, a partir de uma perspectiva textual e discursiva.

Algumas dessas funções discursivas foram primeiramente apontadas por Koch (2005), como a contribuição para a organização macrotextual e a sua importância para a organização argumentativa do texto. O presente estudo acrescenta a esse direcionamento uma discussão das funções discursivas dos processos referenciais encapsuladores que já foram descritas por trabalhos anteriores, ponderando sobre os traços que as identificam e sobre os efeitos que podem surtir sobre os textos de nossa amostra.

Com base na pesquisa de Koch (2005) sobre a importância dos tipos de processos referenciais de encapsulamento para a construção da argumentação, passamos a refletir sobre os gêneros textuais, notadamente os de sequência argumentativa dominante (ADAM, 2011), que são de grande uso social, como os artigos de opinião e a redação do Enem, cujo impacto no ensino básico é enorme. A partir de nossa experiência com o jornalismo em 2009, quando escrevemos artigos de opinião para um portal sobre a programação da televisão brasileira, pudemos ponderar sobre as características centrais do gênero artigo de opinião e sobre o emprego de determinados recursos coesivos que auxiliam na construção da argumentação nesses textos.

Os artigos de opinião são textos caracterizados por uma construção argumentativa que se pretende sólida e que pode causar grande comoção no público a depender da forma como um determinado assunto é tratado, pois tendem a abordar temas de interesse para muitas pessoas, como polêmicas relacionadas ao cenário político do país e a assuntos como saúde, educação e entretenimento de modo geral. Em muitos destes textos são discutidos os impactos

sociais de temas abordados em novelas e seriados, bem como o que é exibido na programação da televisão brasileira. Assim, tais textos gozam de grande atenção dos internautas brasileiros, que garantem milhões de acessos a sites voltados para notícias e discussões sobre o que é televisionado no país. Junto a isso, vale salientar, há uma grande abundância, em artigos de opinião, de expressões referenciais de encapsulamento como forma de garantir a coesão textual e de garantir, como já foi mencionado, o desenvolvimento da argumentação do texto. Porém, ao buscarmos um maior aprofundamento do assunto na revisão bibliográfica, notamos que os estudos sobre os encapsulamentos ainda apresentam uma série de lacunas e contrastes no que tange à caracterização desse fenômeno linguístico e de suas funções discursivas, pois diversos estudiosos tendem a alternar entre os enfoques formal e funcional ao tratarem desses processos referenciais.

Exemplos significativos de trabalhos que apresentam pontos que carecem de maior detalhamento são as próprias pesquisas basilares para a compreensão dos processos referenciais encapsuladores. O estudo pioneiro realizado por Francis ([1994] 2003), por exemplo, nomeia como “rotuladores” os encapsulamentos que se manifestam por expressões nominais, descrevendo-lhes as propriedades lexicais. O estudo de Conte ([1996] 2003), por sua vez, salienta o caráter avaliativo do que ela chama de “encapsulamento anafórico”; e a análise realizada por Consten, Knees e Schwarz-Friesel (2007) denomina os encapsulamentos de “anáforas complexas”, examinando o seu papel na manutenção do status ontológico em textos escritos em língua alemã.

A pesquisadora Gill Francis ([1994] 2003) foi uma das primeiras linguistas a tratar dos processos referenciais de encapsulamento, por ela chamados de “rotulação”, e a analisar a estrutura da expressão referencial pela qual os encapsulamentos podem expressar-se. No estudo em questão, define-se que a rotulação ocorre em sintagmas nominais, normalmente introduzidos por um pronome demonstrativo, e que se divide em três tipos: os rótulos prospectivos (catafóricos), retrospectivos (anafóricos) e os rótulos com função anafórica e catafórica; a esses três tipos de rótulos, a autora atribuiu a função de rotular uma porção textual. Também pontuamos que a autora classifica os diferentes tipos de rótulos a partir do nome que constitui o núcleo dos sintagmas nominais com função de rotulação, assim denominando-os: *nomes gerais*, *nomes ilocucionários*, *nomes de atividades languageiras*, *nomes de processos mentais* e *nomes de texto*.

Essas categorias são apresentadas, no entanto, de forma apriorística, como se fosse possível prevê-las para cada contexto de uso. Na nossa perspectiva, nem é possível determinar quais delas são passíveis de uso em dado contexto, nem as expressões rotuladoras

pertencem exclusivamente a uma única categoria. O lexema “comparação”, citado pela autora como um tipo de atividade linguageira, por exemplo, poderia figurar como um tipo de processo mental, como destacam Cavalcante e Brito (2013). Defendemos, aqui, o ponto de vista de que o aspecto mais importante e que deixa de ser abordado por Francis ([1994] 2003) é a importância dos grupos de lexemas por ela discretizados no que concerne à possibilidade de exercerem funções avaliativas.

A defesa desse posicionamento se deve ao fato de que lexemas como “bobagem”, rotulados como um nome de atividade linguageira, são potencialmente avaliativos e, portanto, contribuem para que os rótulos sejam utilizados como uma forma de o locutor expor o seu ponto de vista sobre algo. A distinção entre os quatro tipos de expressões rotuladoras proposta pela autora nos será útil, portanto, pela possibilidade de algumas delas operarem uma marcação avaliativa dos encapsulamentos, não dada *a priori*, mas construída em cada contexto específico.

A pesquisa realizada por Conte ([1996] 2003) também apresenta grande relevância para os estudos sobre o tema do qual estamos tratando, pois discute o estado da arte relativo aos processos referenciais encapsuladores, por ela denominados de “encapsulamento anafórico”, e ressalta a função de organização da estrutura discursiva e o caráter avaliativo destes. Segundo a autora, os encapsulamentos anafóricos podem ser definidos como recursos coesivos em que um sintagma nominal irá operar como uma paráfrase de uma porção textual precedente. Todavia, o trabalho de Conte ([1996] 2003) não atenta para a existência de encapsulamentos catafóricos (ou rótulos prospectivos) e de encapsulamentos com função catafórica e anafórica ao mesmo tempo.

Outra consideração que fazemos à pesquisa de Conte ([1996] 2003) é o detalhamento das funções discursivas por ela elencadas, sobretudo a de *organização da estrutura textual*, pois os encapsulamentos anafóricos tendem, segundo destaca a pesquisadora, a figurar no começo de parágrafo com a função de sumarizar de forma breve uma porção textual anterior. Também podem exercer, como mostra a autora, a função de *guiar a interpretação intratextual* por rotularem/comentarem um parágrafo anterior, além de desempenharem a função *argumentativa*, a qual ocorre quando o sintagma nominal anafórico, nem sempre introduzido por um pronome demonstrativo, apresenta um núcleo constituído por um nome axiológico/avaliativo. A proposta não discrimina, no entanto, os critérios pelos quais a autora se pautou para considerar os sintagmas como avaliativos. Por essa razão, buscamos na base teórica da metadiscursividade descrita por Hyland (2005) algumas categorias que pudessem auxiliar na investigação do caráter argumentativo dos encapsulamentos, a fim de

dar um tratamento mais criterioso a este pressuposto destacado por Conte (2003).

Conforme esclarece Hyland (2005), o metadiscorso corresponde às marcas linguísticas que evidenciam a presença do sujeito locutor em seu texto. O autor propõe duas dimensões para o metadiscorso: a dimensão interativa ou textual, que comporta formas linguísticas empregadas pelo locutor com o intuito de guiar a leitura do texto pelo interlocutor e, ao mesmo tempo, evidenciar a interpretação dos fatos pelo produtor do texto; e a dimensão do metadiscorso interacional ou interpessoal, que abrange as formas linguísticas que norteiam o modo pelo qual o locutor se posiciona diante do conteúdo proposicional presente em seu texto, o que envolve o ponto de vista desse locutor.

De forma específica, na dimensão interativa, salientamos a categoria dos marcadores de atitude e a associamos à axiologia, isto é, à teoria dos valores (PEDRO, 2014), uma vez que tais marcadores são utilizados para expressar o ponto de vista do locutor do texto e seu engajamento diante das informações por ele apresentadas, o que pode ocorrer através de verbos, advérbios e, para nós, de nomes axiológicos, lexemas cujo emprego impacta na construção da argumentação no texto.

Além das discussões teóricas trazidas por Francis ([1994] 2003) e por Conte ([1996] 2003), os estudos de Consten, Knees e Schwarz-Friesel (2007) são igualmente importantes para que entendamos o que são os processos referenciais de encapsulamento. Nessa pesquisa, os autores examinaram textos jornalísticos em alemão e buscaram verificar como as anáforas complexas podem modificar a ontologia de uma proposição, quais as suas funções dentro do texto e como essas anáforas são processadas, além de listarem os lexemas que tendem a figurar em anáforas complexas modificadoras de ontologia e de postularem que as anáforas complexas possibilitam a estabilidade da coerência textual. Similarmente a Conte ([1996] 2003), os teóricos em destaque consideram que a anáfora complexa resume apenas uma porção textual precedente constituída, no mínimo, por uma oração e que, ao fazê-lo, inaugurará um novo referente, um item conceitualmente complexo, que será uma entidade de segunda ou terceira ordem.

Três lacunas muito significativas são perceptíveis no estudo de Consten, Knees e Schwarz-Friesel (2007). A primeira lacuna corresponde à ocorrência das anáforas complexas, que seriam apenas as de caráter retrospectivo, nos termos de Francis ([1994] 2003), desconsiderando a existência de encapsulamentos anafóricos, catafóricos e que são anafóricos e catafóricos ao mesmo tempo. A segunda lacuna corresponde ao fato de os autores afirmarem que essas anáforas podem ser avaliativas e que são uma importante forma de estabilizar a coerência textual, mas, apesar disso, não esclarecerem quais não são avaliativas nem por qual

razão o são ou deixam de ser, assim como não explicam de que forma essas duas funções são viabilizadas pela anáfora complexa. A terceira lacuna corresponde ao estudo de anáforas complexas neutras e anáforas complexas modificadoras de ontologia sem que seja apresentada qualquer implicação discursiva de sua ocorrência, uma vez que os autores apenas levam em consideração a questão da manutenção do status ontológico (com base numa ontologia do mundo real) e sua relação com as anáforas complexas, centrando-se apenas na natureza da forma das expressões referenciais encapsuladoras, tomando a todas como anafóricas, e sem considerar o papel das anáforas nas transformações que os objetos de discurso sofrem na progressão textual.

Uma análise mais voltada unicamente para os aspectos formais não corresponde ao que é preconizado pela abordagem teórica da referenciação, posto que prioriza as alterações na constituição estrutural das anáforas complexas sem que as consequências dessas alterações para o texto sejam investigadas. Numa perspectiva contrastiva, Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), em consonância com a proposta de Mondada (1994), tratam das transformações que o objeto de discurso pode sofrer a partir dos propósitos dos sujeitos envolvidos no processo de comunicação. Tratar das anáforas encapsuladoras como uma forma de recategorização do objeto de discurso é pertinente, pois, como menciona Koch (2005), o emprego de expressões nominais anafóricas, no âmbito do texto, culmina na recategorização do objeto de discurso.

Por isso, a discussão que apresentamos sobre os principais raciocínios dos teóricos que tratam dos processos referenciais de encapsulamento e as lacunas presentes nas teorias por eles propostas reforçam a necessidade de que os estudemos a partir, sobretudo, de suas funções discursivas, pois, como ponderam Furtado da Cunha e Souza (2007), um grande número de fenômenos linguísticos fundamentais, e dentre eles destacamos os processos referenciais de encapsulamento, resultam da adaptação da estrutura gramatical às necessidades cognitivas e comunicativas dos usuários da língua. Dito de outro modo, aquilo que é formal deve ser explicado com base nas funções que exerce na comunicação, no discurso, e não ser tomado como uma estrutura isolada.

Diante dessa necessidade, após percorrermos as principais teorias acerca dos processos referenciais de encapsulamento, pontuamos a relevância de uma série de publicações atuais que tratam dos processos referenciais a partir de uma abordagem textual-discursiva. No que concerne às pesquisas mais recentes em que são estudados os processos referenciais de encapsulamento e suas funções discursivas, ressaltamos os trabalhos de Vasconcelos de Sá (2007), Ciulla e Silva (2008), Silva (2013), Sousa e Lima (2015) e Alves

(2015).

Vasconcelos de Sá (2007), em sua dissertação, propõe uma abordagem cognitivo-discursiva para os encapsulamentos anafóricos e os classifica e reorganiza a partir das funções discursivas que desempenham nos textos. A autora objetivou analisar as funções dos encapsulamentos que equivalem a expressões referenciais ou rótulos, na conceituação de Francis ([1994] 2003), e apresentou um apanhado dos principais vieses teóricos que abordam esse assunto, especificamente os estudos de Francis ([1994] 2003) e Conte ([1996] 2003), o que revelou uma escassez de pesquisas focadas nas funções discursivas dos encapsulamentos e um tratamento raso dado a esse recurso coesivo, marcadamente pela ausência de critérios que norteassem as constatações apresentadas pelos autores.

Ao apresentar a análise linguística de seu *corpus*, composto por artigos de opinião, Vasconcelos de Sá (2007) conclui que as funções discursivas dos encapsulamentos apontam para duas funções discursivas mais gerais: o desenvolvimento tópico e a organização argumentativa. A primeira categoria, conforme salienta a pesquisadora, envolve funções que contribuem para a organização tópica e para a organização macrotextual pelo emprego dos encapsulamentos anafóricos. A segunda categoria, por outro lado, se relaciona com a natureza constitutivamente argumentativa dos encapsulamentos (VASCONCELOS DE SÁ, 2007) que, conforme é destacado na pesquisa, também pode apresentar funções eventuais, tais como a de organização enumerativa e a de glosa por definição. É pertinente mencionar que os critérios elencados por Vasconcelos de Sá (2007) foram ampliados na tese de Ciulla e Silva (2009) ao tratar dos encapsulamentos.

Reconhecemos, aqui, o valor do trabalho de Vasconcelos de Sá (2007), uma vez que sua dissertação apresenta uma análise guiada por critérios predominantemente funcionais e investiga, de forma aprofundada, o papel dos encapsulamentos em se tratando da construção de textos argumentativos. Por outro lado, enxergamos a necessidade de haver uma uniformização em se tratando da nomenclatura atribuída aos encapsulamentos, por vezes tratados como rótulos, como anáforas complexas ou como encapsulamento anafórico pelos teóricos que embasaram os estudos de Vasconcelos de Sá (2007), e pela própria autora ao longo de sua dissertação. Não obstante, faz-se necessária uma investigação aprofundada acerca do funcionamento de um tipo híbrido de encapsulamento, a introdução referencial encapsuladora, cuja existência e funções discursivas não figuram no trabalho de Vasconcelos de Sá (2007), dado que só vieram a ser apontadas na tese de doutorado de Silva (2013) e investigadas por Sousa e Lima (2015).

Também frisamos, diante das reflexões teóricas e das análises realizadas por Vasconcelos de Sá (2007), a necessidade de se buscar um maior embasamento teórico para uma análise aprofundada dos encapsulamentos compostos por um núcleo axiológico, os quais são de grande importância para o desenvolvimento da argumentação no texto (CONTE, [1996] 2003) e para a defesa do caráter intrinsecamente argumentativo dos encapsulamentos, uma vez que esse tipo de processo referencial tende a ser frequentemente empregado como uma estratégia metadiscursiva em que o locutor assume um posicionamento acerca dos fatos ao avaliar o conteúdo proposicional de um enunciado como forma de engajar o seu interlocutor e agir sobre ele (HYLAND, 2005; CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO; BRITO, 2014).

Outro importante trabalho, contemporâneo aos estudos de Vasconcelos de Sá, é a tese de doutorado de Ciulla e Silva (2008), na qual percebemos uma das propostas mais relevantes para o tratamento dos processos referenciais a partir de suas funções discursivas. A autora considera que grande parte dos trabalhos relacionados aos processos referenciais busca apenas estabelecer relações entre formas fixas e a manifestação de determinadas funções. A fim de evidenciar a relevância de uma abordagem textual-discursiva para o estudo dos processos referenciais, Ciulla e Silva analisou uma série de contos para delimitar funções gerais e específicas desses processos.

Na análise textual-discursiva dos encapsulamentos em contos, percebemos que a autora se baseia essencialmente em Francis ([1994] 2003) e Conte ([1996] 2003) para propor um quadro geral de funções discursivas para os encapsulamentos e, em seguida, com base na análise dos dados, verificar a ocorrência de outras funções discursivas que poderiam figurar a partir do estudo do *corpus*. A autora critica, a partir de seu levantamento, a classificação apriorística proposta por Francis ([1994] 2003) em se tratando de lexemas que operam como potenciais núcleos para os encapsulamentos, ao citar, principalmente, o fato de os lexemas poderem transitar entre as classificações, como as de nomes de processo mental e de atividade linguageira.

Contrariamente a Vasconcelos de Sá (2007), Ciulla e Silva (2009) propõe que as funções discursivas dos encapsulamentos colaboram para a consolidação de três categorias mais gerais, a saber: (i) função organizadora; (ii) função metadiscursiva; (iii) função de desenvolvimento argumentativo. Um ponto importante acerca dessas categorias é que a função de desenvolvimento argumentativo, a partir do raciocínio construído por Hyland (2005), integra, na verdade, a função metadiscursiva, porque o metadiscorso está diretamente relacionado às estratégias argumentativas do locutor que se estabelecem na relação entre a

construção do posicionamento e, por consequência, do engajamento do interlocutor. Tal pensamento nos levou a operar, ao longo de nosso trabalho, com duas categorias centrais para delimitar as funções discursivas dos encapsulamentos: (i) função organizadora; (ii) função metadiscursiva.

As considerações de Ciulla e Silva (2009) influenciaram a pesquisa de Alves (2015), na qual a pesquisadora analisou os gêneros textuais notícia, anúncio, artigo de opinião e piada, a fim de verificar as funções discursivas dos processos referenciais anafóricos nesses gêneros. A autora sugere que os gêneros textuais podem ter características determinadas pelos processos referenciais e que podem, também, atribuir características a estes, embora não explique com clareza que traços dos gêneros influenciam os processos referenciais por ela analisados. Para nós, essa relação deve, sim, ser investigada e aprofundada, já que os gêneros são mais ou menos estáveis e, por isso, adaptáveis às necessidades comunicativas (BAKHTIN, [1979] 1997), ou seja, os processos referenciais de encapsulamento têm as suas funções discursivas determinadas, dentre outros fatores, pelo propósito comunicativo do gênero artigo de opinião, e passam a apresentar funções discursivas específicas nesse gênero. Por esse motivo, as constatações de Alves (2015) foram consideradas nesta pesquisa não para levantar hipóteses sobre a ligação íntima entre as formas e as funções do encapsulamento, mas para apoiar a caracterização das funções dos encapsulamentos no gênero artigo de opinião. As relações entre gênero e encapsulamento não são concebidas, aqui, como determinísticas. Analisaremos, isto sim, as regularidades das funções encapsuladoras em artigos de opinião.

Nota-se que a proposta de análise feita por Alves (2015) serve como embasamento para trabalhos que almejem examinar as funções discursivas de processos anafóricos em gêneros textuais específicos e as relações que podem ser estabelecidas entre a referenciação e os gêneros textuais, o que se aplica à nossa pesquisa. Ao abordar as funções discursivas dos encapsulamentos a partir da análise de alguns artigos de opinião, a autora sugere que esses recursos coesivos tendem a operar com as seguintes funções nesse gênero textual: (i) função resumitiva com adição de uma informação; (ii) ativação de novos referentes; (iii) sintetização de uma ideia; (iv) enumeração de referentes de forma prospectiva; (v) impulsionamento da progressão textual; (vi) atribuição de informação ou valor.

Apesar de reconhecermos a pertinência desse quadro de funções discursivas elencados pela pesquisadora, acreditamos que a metodologia e a tipologia propostas neste trabalho para as funções discursivas dos processos referenciais de encapsulamento carecem de maiores aprofundamentos, pois foram elaboradas a partir da análise de apenas cinco textos e desconsidera a existência da introdução referencial encapsuladora (SILVA, 2013; SOUSA;

LIMA, 2015). Além disso, das seis funções apontadas por Alves, podemos dizer que as funções (i), (ii) e (iii) são definicionais, ou seja, explicitam o próprio conceito de encapsulamento. Podemos dizer, ainda, que a (iv) representa uma das funções possíveis de organização textual e que a (v) e a (vi) poderiam ser vistas como complementares.

No que concerne à proposta de Silva (2013), o autor apontou a existência da introdução referencial encapsuladora, um tipo híbrido entre encapsulamento e introdução referencial que ocorre quando um novo referente é introduzido no cotexto e, ao mesmo tempo, ocorre a sumarização de uma porção textual. A introdução referencial encapsuladora termina por conduzir o interlocutor a buscar confirmações acerca de um objeto de discurso a partir da leitura do texto, e essa função discursiva se mostra essencial para os textos pertencentes aos gêneros textuais com predominância da sequência argumentativa, embora discussões aprofundadas sobre esse assunto não sejam elaboradas nesse estudo, o que nos leva a salientar a importância de uma investigação acerca do papel das introduções referenciais encapsuladoras em se tratando das funções que operam em artigos de opinião, os quais são textos em que se espera haver uma argumentação sólida construída com o intuito de defender um ponto de vista e convencer o interlocutor da validade do viés defendido pelo locutor.

A pesquisa de Sousa e Lima (2015) também evidencia as ocorrências de introduções referenciais encapsuladoras, mas em nomes de operações da Polícia Federal. As autoras concluíram que a ocorrência dessas expressões referenciais leva o interlocutor a ativar *scripts*, a fim de que possa haver o seu processamento, uma vez que se manifestam pelo emprego de um lexema que opera como uma metáfora. Não é de interesse de nossa pesquisa, todavia, descrever as relações semântico-cognitivas que licenciam o uso de expressões encapsuladoras, mas ressaltamos, com base na análise das autoras, a importância da introdução referencial encapsuladora como uma forma de levar o interlocutor a buscar confirmações acerca da informação presente na expressão referencial a partir da leitura do texto, o que corresponde à função discursiva central desse tipo de encapsulamento – uma conclusão salientada por Silva (2013).

Assim, a relevância de nossa pesquisa reside na proposta de estabelecer um quadro analítico em que foram discutidas as principais abordagens propostas para o fenômeno do encapsulamento pelos teóricos que tratam desse tema, ponderando sobre o aspecto teórico dominante em cada proposta, isto é, os critérios de cunho formal e de cunho textual-discursivo sobre os quais se baseiam os autores. Assim, estipulamos três objetivos centrais que nortearam o desenvolvimento deste estudo, os quais equivalem a: (i) discutir os critérios formais e funcionais que norteiam a definição e a análise do fenômeno do encapsulamento

com base nas teorias propostas pelos autores que tratam do assunto; (ii) analisar as funções discursivas dos encapsulamentos em artigos de opinião, ponderando sobre as relações com o propósito comunicativo desse gênero textual; (iii) relacionar os tipos de encapsulamento às marcas de posicionamento, à luz da abordagem teórica do metadiscorso hylandiano.

A partir da delimitação desses objetivos, foram analisados 40 artigos de opinião sobre a programação da televisão brasileira publicados em páginas da internet que tratam desse assunto. Tal propósito culminou na organização desta dissertação em cinco capítulos, além desta introdução e das considerações finais.

Dessa maneira, no capítulo 2, objetivamos delinear a concepção de texto com base nas pesquisas em referenciação, as quais são basilares para os estudos associados à Linguística Textual contemporânea. Por isso, discutimos as noções de texto e coerência a partir de uma revisão da literatura na qual os principais trabalhos voltados para essa temática foram resenhados. Em seguida, tratamos da noção de referenciação para, finalmente, podermos discorrer sobre os processos referenciais, o que nos levou a propor uma reorganização do quadro de processos referenciais atrelados à menção no cotexto.

No capítulo 3 desta dissertação, apresentamos as diferentes abordagens preconizadas pelos teóricos que já trataram dos processos referenciais de encapsulamento, de modo que descrevemos tanto as limitações dos aspectos formais enfocados por cada autor, quanto as funções discursivas reconhecidas pelos pesquisadores cujos trabalhos analisamos. Tal reflexão nos permitiu elaborar um quadro comparativo em que pudemos apontar as concepções dos processos referenciais de encapsulamento a partir do levantamento teórico realizado, destacar as suas formas de ocorrência e de remissão no cotexto e suas funções.

O capítulo 4 se deteve na caracterização do que são os gêneros textuais e, mais especificamente, do gênero artigo de opinião. Essa caracterização se revelou necessária porque, a partir do propósito deste trabalho, buscamos investigar as relações de influência entre o gênero textual em questão e os processos referenciais de encapsulamento.

O capítulo 5 foi dedicado a uma aproximação entre o metadiscorso e os processos referenciais de encapsulamento. Essa proposta surgiu com base na necessidade de investigar o papel das anáforas encapsuladoras que funcionam não apenas como um elo coesivo, mas como uma forma de marcar o posicionamento do locutor frente a um conteúdo proposicional específico.

O capítulo 6 desta pesquisa se desdobra em duas partes: em um primeiro momento, foram apresentados de forma detalhada os procedimentos metodológicos adotados para a condução deste trabalho para, em seguida, darmos prosseguimento à análise dos dados.

2 A CONCEPÇÃO DE TEXTO

Neste capítulo, apresentaremos o percurso teórico que compreende a evolução da concepção de texto dentro da Linguística Textual. Apontaremos as concepções iniciais de texto e as principais perspectivas teóricas sobre esse conceito que foram propostas, inicialmente, por autores como Halliday e Hasan (1976), e que foram revisitadas e rediscutidas por Beaugrande e Dressler (1981), Koch (2003), Cavalcante (2011) e Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014).

Destacaremos, ao longo da discussão, a forma como a definição de texto foi influenciada, sobretudo, pela interdisciplinaridade da Linguística Textual e, posteriormente, exporemos o papel da proposta teórica da referenciação (MONDADA, 1994; MONDADA; DUBOIS, [1995] 2003) em se tratando da apreensão do referente como um objeto de discurso que equivale a uma entidade não ontológica, e os impactos dessa proposta teórica no entendimento do que é a referência e o seu papel no desenvolvimento textual. Assim, como consequência das discussões de cunho teórico realizadas, sugerimos, no final do capítulo, uma reorganização dos processos referenciais atrelados à menção na qual são considerados os avanços teóricos mais recentes dentro da área.

2.1 Texto e coerência: os dois lados da mesma moeda

A preocupação com a definição do que é o texto remete aos momentos iniciais da Linguística Textual, ainda na década de 1960, quando os primeiros estudiosos do texto propuseram que se passasse da análise da palavra e da frase para aquilo que poderia ser considerado uma unidade significativa maior, o texto. Essa noção tem sido (re)discutida ao longo das décadas (vide os trabalhos de HALLIDAY; HASAN, 1976; BEAUGRANDE; DRESSLER, 1981; KOCH, 2003; CAVALCANTE, 2011, e CAVALCANTE, CUSTÓDIO FILHO; BRITO, 2014). Tais revisões teóricas se devem, sobretudo, ao caráter interdisciplinar que a Linguística Textual adquiriu ao longo dos anos, o que possibilitou estabelecer uma interface entre essa disciplina, as Análises do Discurso, a Pragmática e as Ciências da Cognição.

Hoje, todos temos consciência, mesmo que intuitivamente, do papel do texto na comunicação. É através dele que nos comunicamos com os nossos interlocutores a partir de uma série de finalidades específicas. O caráter dinâmico do texto, ao contrário do que ainda é propagado em muitas escolas, permite concebê-lo como algo que não se restringe à expressão

linguística puramente escrita, mas que, na verdade, corresponderá a toda e qualquer unidade significativa que emerge da interação entre os coenunciadores, os quais, a partir da correlação que se dá entre fatores situacionais, cognitivos, socioculturais e interacionais, conseguem construir o texto como uma unidade de coerência (KOCH, 2003). A abrangência dessa concepção foi essencial para ampliar o escopo das análises textuais realizadas a partir dos pressupostos teóricos da Linguística Textual, o que possibilitou, inclusive, o estudo de textos verbo-imagéticos¹.

Segundo Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014), é importante ressaltar que o texto pode ter qualquer extensão e que este apresenta uma unidade de sentido e uma intenção, a qual, em outras palavras, corresponde ao objetivo que o locutor almeja alcançar através de sua produção textual e que o interlocutor, por sua vez, consegue reconhecer na interação. Tal viés nos leva a afirmar que o texto não equivale a um produto estanque e acabado, mas a uma ocorrência comunicativa, nos termos de Beaugrande e Dressler (1981), a partir da qual ocorre uma construção interativa de sentidos e que perpassa atividades de caráter linguístico e também sociocognitivo².

Se considerarmos o gênero bilhete como um exemplo, teremos de atentar para o fato de que textos correspondentes a esse gênero textual tendem a apresentar mensagens consideravelmente breves, destinadas a sujeitos inseridos em um dado contexto comunicativo. Para ilustrar, imaginemos o contexto de uma sala de aula em que dois colegas trocam mensagens através de bilhetes na tentativa de não chamar a atenção do professor. Um dos meninos chama o amigo para ir ao cinema após a aula mas recebeu uma resposta negativa na forma de um “não”. Essa mensagem faria sentido ao chegar até o aluno que convidou o amigo para sair. Entretanto, caso o bilhete fosse extraviado, aquele que entrasse em contato com a mensagem não poderia recuperar a unidade de sentido e de comunicação dessa mensagem, já que ela está descontextualizada. Assim, comungamos com a ideia de que

A existência de um texto está atrelada à **possibilidade de se atribuir coerência a uma dada ocorrência comunicativa** (não exclusivamente linguística). A coerência

¹ Exemplificamos os estudos de textos verbo-imagéticos com a Gramática do Design Visual, criada por Kress e van Leeuwen (1996, 2006), os quais compreendem que as imagens são estruturas sintáticas e que, por isso, podem ser analisadas da mesma forma que a linguagem. Para proceder com esse tipo de análise, os autores tomaram como ponto de partida as categorias da gramática sistêmico-funcional de Halliday (1985).

² Koch (2003) atribui o processamento textual à existência de três sistemas centrais de conhecimento: os sistemas linguístico, enciclopédico e interacional. O conhecimento linguístico possibilita a organização do material linguístico na superfície textual, enquanto o conhecimento enciclopédico aponta para o conhecimento armazenado mentalmente pelos indivíduos acerca de fatos proposicionais do mundo, além de também englobar os modelos episódicos/cognitivos que são determinados social e culturalmente através da experiência de cada indivíduo. Por fim, o conhecimento sociointeracional abarca os conhecimentos ilocucionais, comunicacionais, metacomunicativos e superestruturais, os quais se referem às formas de interação através da linguagem.

surge da percepção de uma unidade negociada de sentido que depende da intenção argumentativa do locutor, da coparticipação do interlocutor, das indicações marcadas na superfície do texto e de um vasto conjunto de conhecimentos compartilhados (CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO; BRITO, 2014, p. 21, grifo nosso).

Esse raciocínio sustenta a percepção de que texto e coerência são como os dois lados de uma mesma moeda, conforme o texto só será texto enquanto for coerência, ou seja, enquanto for possível lhe atribuir um significado. A consolidação de um texto como coerência implica, necessariamente, uma coparticipação, uma vez que o interlocutor, enquanto coenunciador, é um participante efetivo do processo de construção da coerência textual, o qual demanda uma série de conhecimentos que estão presentes em nossa memória. Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014) afirmam que tais conhecimentos são culturalmente determinados e que apresentam em sua essência um caráter sócio-histórico, o que sustenta o *status* sociocognitivo do texto e também da coerência.

Um ponto de destaque, em se tratando dos estudos relacionados ao texto e à coerência, é o papel da referência. O texto, como nos lembra Cavalcante (2011), é uma construção resultante da relação que se dá entre o enunciador, o sentido/referência e o coenunciador, sempre em um contexto sociocultural específico. Não obstante, é válido salientar que muitos trabalhos voltados para o estudo do texto se apoiavam, sobretudo, na fala de Halliday e Hasan (1976) acerca do papel da coesão através da remissão, na medida em que afirmavam que os recursos coesivos se ligavam aos referentes através de uma relação de pura pressuposição/substituição, formando uma unidade semântica entendida como texto.

2.2 A referenciação

O entendimento do que significa a proposta teórica da referenciação se relaciona a uma perspectiva crítica que se opõe a uma ontologia do real no contexto da relação entre a língua e o mundo. Esse viés crítico remete, dentro da área da Linguística, às considerações históricas realizadas por Ferdinand de Saussure em seu *Curso de Linguística Geral*, obra publicada postumamente em 1916. Para o mestre genebrino, faz-se mister conceber que a língua não é uma forma de etiquetar a realidade, mas que esta é um produto social e historicamente determinado, um sistema de valores composto por signos arbitrários que se relacionam entre si e que, por isso, significam. Essa asserção conflui para a fala inicial de Mondada e Dubois ([1995] 2003, p. 17, grifo nosso) ao iniciarem as suas considerações sobre a proposta teórica da referenciação:

A ideia segundo a qual a língua é um sistema de etiquetas que se ajustam mais ou menos bem às coisas tem atravessado a história do pensamento ocidental. Opomos uma outra concepção segundo a qual **os sujeitos constroem, através de práticas discursivas e cognitivas social e culturalmente situadas, versões públicas do mundo.**

A necessidade de conceber uma desestabilização do real e um tratamento não apriorístico da relação entre as palavras e as coisas é parte da crítica realizada por Mondada e Dubois ([1995] 2003) ao pensamento linguístico sustentado ao longo de vários anos. Essa relação de representação direta entre língua e mundo, materializada nas categorizações, passou a ser questionada, principalmente, por conta do advento das ciências cognitivas, dos estudos do texto e do discurso e das consequentes discussões teóricas acerca da natureza da língua.

Com a referenciação, passou-se a considerar os referentes não como entidades mundanas previamente estabelecidas e estanques, mas sim como objetos discursivos de natureza linguístico-cognitiva que são construídos textualmente na interação entre os coenunciadores. Isso significa, como nos explica Cavalcante (2011), que os referentes são, de fato, entidades instáveis elaboradas mentalmente no momento em que realizamos a enunciação de um texto. Essas entidades são abstratas e não correspondem a significados, embora tendam a se manifestar no cotexto na forma de expressões referenciais.

Como ato conjunto, a referenciação se dá quando nos reportamos para os elementos de mundo que se substantivam na enunciação. Cavalcante (2011) ressalta que a construção dos referentes ocorrerá, sempre, na interação mediada pelo outro, em um processo dinâmico tributário da referenciação, perspectiva teórica que está ancorada em três princípios: a instabilidade do real, a negociação e o caráter sociocognitivo da referência (CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO; BRITO, 2014).

Ao defender que os referentes são instáveis por natureza e que, por isso, não são dados *a priori*, a referenciação se embasa em uma perspectiva de caráter dinâmico em que um sujeito sociocognitivo se consolida através de relações indiretas entre os discursos e o mundo em que vive. Logo, esse sujeito

[...] constrói o mundo ao curso do cumprimento de suas atividades sociais e **o torna estável graças às categorias** – notadamente às categorias manifestadas no discurso. Isto significa que, no lugar de fundamentar implicitamente uma semântica linguística sobre as entidades cognitivas abstratas, ou sobre os objetos *a priori* do mundo, nós nos **propomos reintroduzir explicitamente uma pluralidade de atores situados que discretizam a língua e o mundo e dão sentido a eles**, constituindo individualmente e socialmente as entidades (MONDADA; DUBOIS, [1995] 2003, p. 20, grifos nossos).

Os objetos de mundo são, portanto, elaborados a partir de aspectos específicos da situação de interação, o que envolve as características particulares dos interlocutores e as intenções argumentativas de cada um. Cada objeto de discurso se manifestará através de diferentes formas, pois as nossas ações e o nosso comportamento linguístico são ideologicamente fundados, o que significa que cada indivíduo, como membro de um determinado grupo social inserido em uma determinada cultura, irá (re)elaborar a realidade textualmente de uma forma diferente devido à plasticidade das categorias.

A instabilidade inerente às categorias é refletida nas próprias transformações sofridas pelo referente ao longo da progressão textual, as quais são sempre subjugadas às estratégias argumentativas dos sujeitos interactantes. A essas transformações é atribuído o nome de *recategorização*, termo sugerido por Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) e Mondada e Dubois ([1995] 2003). São as recategorizações que validam a dinamicidade do processo de referenciação através de uma negociação de sentidos, o que pode ser evidenciado pelo exemplo discutido por Mondada e Dubois ([1995] 2003, p 32, grifos das autoras):

(1) A cidade é dividida por **um sujo e insignificante filete de água**, que algumas propagandas generosas chamam de **soberbo canal**. (de Brosses, *Letters familières écrites d'Italie en 1739 et 1740*, Paris: Ed. D'Aujourd'hui, 1977, v 1, 110).

No exemplo (1), temos um objeto de discurso que é textualmente construído como “um sujo e insignificante filete de água”. Esse objeto de discurso é retomado e recategorizado através da anáfora direta “soberbo canal”. Nota-se que esse referente sofre uma transformação na progressão textual, pois passa a ser apontado, ironicamente, não como uma porção de água irrisória, mas como uma grande e imponente extensão de água, o que evidencia um considerável contraste na forma como o objeto de discurso pode ser (re)elaborado pelos indivíduos no processo de referenciação.

Não temos acesso às reais proporções da porção de água à qual o locutor se refere em (1), mas podemos notar que o seu posicionamento o leva a classificá-la como algo sujo e minúsculo, o que é contraposto por outros sujeitos que se valem de propagandas para se referir ao mesmo referente como um “soberbo canal”, expressão referencial que não somente retoma anaforicamente o referente e o recategoriza mas que, a partir do discurso do locutor em (1), equivale ao posicionamento defendido por “propagandas generosas”, isto é, corresponde à forma como outros sujeitos (re)elaboram a mesma realidade em uma ocorrência de polifonia, ou seja, a manifestação de vozes que trazem para o texto pontos de vista que podem ou não convergir com os do locutor (MAINGUENEAU, 1997).

Assim, a negociação dos sentidos se revela primordial para o desenvolvimento textual, pois o seu caráter intersubjetivo confirma o papel dos participantes da interlocução na focalização e nas transformações que os referentes sofrem durante o seu percurso na progressão textual, uma vez que os referentes são modificados pelos sujeitos em um processo de negociação. Para Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014, p. 38), a atividade intersubjetiva de construção referencial não significa “[...] construir versões da realidade ao bel-prazer do locutor, mas, sim, de submeter a versão à aceitação de outros participantes da interlocução. E não poderia ser diferente, já que a ação de referir é inerentemente social”.

É a partir dessa atividade em conjunto que os objetos de discurso podem ser abandonados, reativados, enriquecidos ou fragmentados a depender do propósito argumentativo dos sujeitos participantes da interação, em um processo que alicerça a progressão textual pelas modificações sofridas pelo referente. Essa colaboração é intrínseca à própria linguagem, porque envolve não somente a interação entre locutor e interlocutor, mas também as estratégias discursivas das quais nos valemos com o intuito de orientar o entendimento dos enunciados que produzimos a partir da nossa relação com o outro.

Por fim, é importante esclarecer que possibilidade de se falar em (re)elaboração da realidade e em negociação se deve ao caráter sociocognitivo dos processos que viabilizam o funcionamento da linguagem. Isso ocorre quando preenchemos os vazios textuais com os nossos conhecimentos prévios em uma atividade cognitiva de natureza essencialmente sociocultural, o que consolida a dinamicidade do processo de referenciação, como lembram Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014).

2.3 Os processos referenciais

Os estudos acerca da referência concebem, hoje, diferentes tipos de processos referenciais que possibilitam aos participantes da interação atribuir sentido a um texto ou produzi-lo. Através da referenciação, os objetos de discurso são construídos e reconstruídos em um processo de discursivização da realidade, o que se dá por conta de um dispositivo remissivo que aponta para um objeto que pode ser identificado por meio de pistas cotextuais.

De acordo com Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014), os processos referenciais não devem se manifestar necessariamente por meio de expressões referenciais presentes no âmbito textual. A acessibilidade do referente independe de uma manifestação formal no cotexto, uma vez que os referentes estão presentes no mundo discursivo que perpassa a interação. Por conta disso, o âmbito discursivo é, então, a instância onde os objetos

de discurso sofrem mudanças progressivas por conta da ação dos interlocutores que os evocam.

Na visão de Berrendonner (1994), é inegável a existência de uma memória discursiva, a qual equivale aos saberes que os sujeitos partilham em uma situação de troca conversacional. A memória discursiva subjaz a todo tipo de interação verbal entre os indivíduos e possibilita que ativemos modelos cognitivos para que os textos sejam processados. É nessa interação que os objetos de discurso são evocados ou modificados pelos sujeitos.

Nesse processo, a utilização de anáforas, na concepção de Berrendonner (1986), equivale a uma retomada informacional relativamente complexa, pois implica os saberes que são linguisticamente elaborados pelo texto, assim como também envolve os conteúdos de caráter inferencial que podem ser calculados no processamento textual. A memória discursiva englobará, assim, uma série de estratégias de referenciação responsáveis pela estabilização do modelo de mundo textual, como propõe Koch (2004, p. 32):

1. construção: pela qual um ‘objeto’ textual até então não mencionado é introduzido, passando a preencher um nóculo (“endereço” cognitivo, locação) na rede conceptual do modelo de mundo textual: a expressão linguística que o representa é posta em foco na memória de trabalho, de tal forma que esse ‘objeto’ fica saliente no modelo.
2. reconstrução: um nóculo já presente na memória discursiva é reintroduzido na memória operacional, por meio de uma forma referencial, de modo que o objeto-de-discurso permanece saliente (o nóculo continua em foco).
3. desfocagem: ocorre quando um novo objeto-de-discurso é introduzido, passando a ocupar a posição focal. O objeto retirado de foco, contudo, permanece em estado de ativação parcial (‘stand by’), podendo voltar à posição focal a qualquer momento; ou seja; ele continua disponível para utilização na memória dos interlocutores [...].

A partir do emprego dessas estratégias de referenciação, o modelo de mundo textual pode, a todo tempo, ser modificado através do emprego dos processos referenciais. Em concordância com esse raciocínio, Cavalcante (2011) destaca a existência de duas possíveis abordagens para os objetos de discurso em um texto. A primeira abordagem dará ênfase à manifestação de expressões referenciais no cotexto como forma de descrever os distintos tipos de processos referenciais. Já a segunda abordagem não irá se ater à explicitação dos processos de referência no cotexto, mas à construção de caráter sociocognitivo-discursivo dos objetos de discurso.

Apesar de reconhecermos a importância da segunda abordagem para os estudos dos processos referenciais, o fato de optarmos por nos ater a uma análise textual-discursiva dos processos referenciais de encapsulamento nos leva a um maior aprofundamento na referenciação ligada à menção de expressões referenciais no cotexto. Em decorrência disso,

valemo-nos dos estudos mais atuais acerca dos processos de referenciação, como os trabalhos de Cavalcante (2011) e Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014), autores que compreendem a existência de três categorias principais de processos referenciais atrelados à menção: (i) introdução referencial; (ii) anáfora; (iii) dêixis³.

Por questões de delimitação de enfoque, optamos por discorrer somente sobre a introdução referencial e a anáfora, já que não nos ocuparemos principalmente das questões da dêixis. Conceituar esses processos de referenciação se torna imprescindível para que discutamos o que são os processos referenciais de encapsulamento e o que já foi dito sobre esses processos de referenciação nas pesquisas sobre o assunto.

2.3.1 A introdução referencial

Conforme expõe Cavalcante (2011), a introdução referencial equivale à ativação de um objeto de discurso inédito no cotexto, o qual pode, não obrigatoriamente, ser retomado por meio de anáforas. No exemplo abaixo, podemos visualizar a ocorrência de uma introdução referencial, marcada em negrito:

(2) Pátria deseducadora

No discurso de posse do segundo mandato, a presidente Dilma Rousseff afirmou que a educação seria prioritária em sua gestão e anunciou que o lema de seu governo seria Pátria Educadora. Mas a área educacional enfrenta sucessivos problemas decorrentes de falta de projetos, incompetência administrativa e carência de recursos.

O mais recente é o adiamento das aulas do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), uma das principais bandeiras da campanha pela reeleição. Lançado em 2011, o Pronatec teve 8 milhões de alunos matriculados, em 4 anos de funcionamento. Na campanha, Dilma prometeu chegar a 12 milhões de alunos, em 220 cursos técnicos e 540 cursos de qualificação, sem, contudo, informar de onde sairiam os recursos. Em 2014, o programa teve 440 mil alunos e os repasses às instituições privadas totalizaram R\$ 640 milhões.[...] (Disponível em: <http://goo.gl/t2DLvf>. Acesso em: 03 jun. 2016).

O exemplo (2) apresenta a introdução referencial “Pátria deseducadora”, a qual figura como título do texto. É notável que essa introdução referencial apresenta outras funções além de introduzir um novo referente no modelo de mundo textual, pois as seleções lexicais presentes na expressão referencial implicam, necessariamente, um posicionamento discursivo que será desenvolvido ao longo do texto. Esse posicionamento, que começa a ser construído a partir da introdução referencial, orientará as escolhas lexicais realizadas pelo locutor e influirá na cadeia referencial a ser desenvolvida no texto, o que configura a tentativa de direcionar a

³Em se tratando do processo referencial da dêixis, reconhecemos a sua importância enquanto uma expressão referencial cuja significação depende de determinados aspectos relacionados à situação em que ocorre a enunciação (CAVALCANTE, 2011). Por outro lado, um aprofundamento no estudo dos dêiticos não corresponderia aos objetivos de nossa pesquisa

opinião do interlocutor em se tratando de um determinado conteúdo proposicional, para, assim, elaborar formas de engajamento do interlocutor.

É importante notar que a própria introdução referencial presente no título do artigo apresenta, também, caráter intertextual, pois corresponde a uma inversão do *slogan* adotado pelo governo de Dilma Rousseff quando a presidenta deu início ao seu segundo mandato. Para além disso, a introdução referencial presente no título termina, ainda, por encapsular as informações que são postas ao longo do artigo completo, as quais validam a tese de que o governo “deseduca” ao cometer erros que impactam diretamente no acesso à educação no Brasil. Essa validação é consolidada quando o interlocutor, a partir da introdução referencial, percorre o texto em busca de confirmações que sustentem o ponto de vista defendido pelo locutor.

Diante do exposto, é possível considerar, em confluência com o raciocínio presente na tese de Silva (2013), que as introduções referenciais podem ser multifuncionais, pois esse processo referencial não se limita, obrigatoriamente, apenas à ativação de referentes na superfície textual. O caráter multifuncional da introdução referencial dependerá da intencionalidade comunicativa do locutor, o qual elaborará o seu texto tendo em vista os seus propósitos argumentativos, as possibilidades que o gênero textual lhe oferece e o perfil do seu interlocutor.

2.3.2 Anáforas diretas

Para a compreensão da referenciação anafórica, é curioso nos reportarmos para a - própria significação da palavra anáfora, a qual, etimologicamente, remete ao grego antigo *ἀναφορά*, cujo significado é “trazer de volta”. Esse termo passou a ser utilizado dentro da linguística para designar mecanismos de retomada responsáveis pela formação de cadeias coesivas, o que pode ocorrer de forma direta, por correferência, ou de forma indireta, quando não há correferencialidade.

A anáfora correferencial tende a ser empregada como um elemento linguístico cuja função intrínseca básica é recuperar um referente previamente introduzido no texto, apesar de poder apresentar outras funções discursivas. Tais retomadas ocorrem na forma de pronomes, de sintagmas nominais que se repetem total ou parcialmente e também na forma de sintagmas adverbiais, como frisam Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014).

Inicialmente, a partir dos trabalhos seminais de Halliday e Hasan (1976) e, posteriormente, com os estudos de Beaugrande e Dressler (1981), a abordagem para o estudo

da anáfora correferencial era focada, principalmente, no seu papel na construção de cadeias referenciais e em sua relação com a coerência textual. Os próprios estudos de Halliday e Hasan presentes em seu *Cohesion in English* se pautam em uma concepção restrita ou prototípica de anáfora. Segundo esses autores, a anáfora é um recurso coesivo que ocorre quando a interpretação de algum elemento do discurso depende da decodificação de um outro elemento linguístico, numa relação que culmina no desencadeamento de um vínculo coesivo, como pode ser visto no exemplo a seguir:

(3) Lave e descaroce seis maçãs para cozinhar. Coloque-as em um prato à prova de fogo⁴ (HALLIDAY; HASAN, 1976, p. 2, tradução nossa, grifo nosso).

No exemplo (3), o pronome “as” refere-se claramente à expressão “seis maçãs para cozinhar”, presente na primeira sentença. O emprego do anafórico “as” garante coesão ao conectar as duas sentenças que, unidas, constituem um texto. Essa relação de dependência semântica foi, durante muito tempo, exaustivamente estudada dentro da Linguística Textual, o que pode ser visualizado na análise das cadeias referenciais realizada por Corblin (1995), para quem “[...] a anáfora é uma relação entre expressões linguísticas que se configura através de um vínculo assimétrico entre um termo, que em francês é chamado de anafórico, e um antecedente ou fonte [semântica]⁵” (1995, p. 31, tradução nossa).

A relação puramente semântica de ligação entre o anafórico e o referente foi superada ao longo dos anos. Com o desenvolvimento das pesquisas alicerçadas pelos estudos de Mondada (1994) e Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), as funções discursivas das anáforas e o seu papel na dinâmica textual passaram a ser analisados sob uma outra perspectiva, a da referenciação, pois o referente passou a ser considerado uma representação mental potencialmente evolutiva cujas possibilidades no texto são inúmeras.

Alinhado a esse viés, o estudo realizado por Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) complementa a proposta de Mondada (1994) e Mondada e Dubois ([1995] 2003), pois os pesquisadores em questão se posicionam a favor de uma abordagem construtivista da referência, o que os leva a investigar como ocorre a construção da referência e como se configuram as estratégias de designação a partir de uma perspectiva não ontológica da realidade. Em decorrência disso, os autores destacam a forma como os indivíduos influem na evolução dos objetos de discurso e se aprofundam, ao longo de seu trabalho, no papel das

⁴ No texto fonte: “Wash and core six cooking apples. Put them into a fireproof dish”.

⁵ No texto fonte: “[...] l’anaphore est un rapport entre des expressions linguistiques et il s’agit d’un rapport dissymétrique entre un terme, dit en français *anaphorique*, et un *antécédent* ou “source”.

anáforas enquanto recursos coesivos que podem operar diversas transformações⁶ nos referentes, como no exemplo a seguir:

(4) O reflexo conservador surpreendeu o vizinho gaulês. A adoção pelo Parlamento francês da lei Toubon contra o "franglês" é um exemplo bastante ridículo.
Esta nova anglicização da língua...⁷ (APOTHÉLOZ e REICHLER-BÉGUELIN, 1995, p. 19, grifo dos autores).

Em (4), a expressão referencial “esta nova anglicização da língua” encapsula a informação contida na porção textual anterior, resumindo-a e manifestando o posicionamento do locutor acerca da atitude do parlamento francês, o qual promoveu, através da implementação da lei Toubon⁸, a obrigatoriedade do ensino em língua francesa. Nota-se que essa anáfora direta nomeia uma entidade que é construída na progressão textual, encapsulando-a e homologando-a através da recategorização operada pelo anafórico, daí o caráter correferencial dos encapsulamentos por anáfora. Nesse caso, a anáfora serve tanto como recurso coesivo, quanto como uma forma de o locutor se posicionar frente a um determinado fato, o que influi na construção da argumentação no texto.

Essa ponderação evidencia que as anáforas diretas também podem ser multifuncionais. Em especial, podem corresponder a uma das possíveis manifestações cotextuais dos processos referenciais de encapsulamento. Como vimos em (4), tem-se um anafórico resumitivo que foi objeto de importantes estudos realizados por linguistas como Francis ([1994] 2003), Conte ([1996] 2003), Apothéloz e Chanet ([1997] 2003) e Consten, Knees e Schwarz-Friesel (2007), os quais se tornaram referência para análises posteriores dos processos referenciais de encapsulamento em textos escritos e falados.

Um importante detalhe concernente a esses trabalhos é o fato de que cada autor emprega um nome diferente para tratar dos encapsulamentos. Além disso, a discrepância entre essas pesquisas não se restringe somente à nomeação do fenômeno linguístico em estudo, pois esses trabalhos também apresentam consideráveis discrepâncias em se tratando da forma como os encapsulamentos podem se manifestar no cotexto, bem como as suas possíveis funções discursivas e os aspectos formais que se relacionam à estruturação desses processos referenciais no texto.

⁶ Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014) se posicionam a favor da constatação de que as recategorizações são processos comuns às anáforas correferenciais.

⁷ Tradução de Mônica Magalhães Cavalcante. No texto fonte: “Le réflexe conservateur a encore frappé en Gaule voisine. L’adoption jeudi soir par le Parlement français de la loi Toubon contre le “franglais” en est un exemple assez chocase. Cette nouvelle glaciation de la langue [...]”.

⁸ Informação disponível em: <<http://goo.gl/XrtdI7>>. Acesso em 06 de jun. 2016.

2.3.3 Anáforas indiretas

Ao tratar das anáforas indiretas, optamos por não restringir aos diferentes tipos de anafóricos discretizados pelas pesquisas sobre referenciação, mas, sim, por estabelecer uma definição desse fenômeno e apontar as suas principais características, diferenciando-o das anáforas correferenciais ou prototípicas. Curiosamente, o reconhecimento da existência de expressões anafóricas não correferenciais remete aos estudos de Guillaume (1919), um importante linguista e filólogo francês, responsável pela identificação de um tipo diferente de anáfora, por ele chamado de “associativa”, cuja ocorrência pode ser visualizada no próximo exemplo:

(5) E como o viajante passava então diante **da igreja**, os santos personagens que estavam pintados **nos vitrais** pareceram apavorados. **O padre** ajoelhado diante **do altar** esqueceu sua prece (GUILLAUME, 1919, p. 163).

A definitude dos sintagmas nominais marcados acima advém de uma associação entre as anáforas marcadas e o referente “a igreja”. Ora, o nosso conhecimento de mundo nos permite construir uma imagem prototípica de uma igreja, o que engloba, normalmente, a presença de um padre, de vitrais e de um altar. Nesse caso, porém, podemos afirmar que não há uma relação de correferencialidade, porque as anáforas destacadas não retomam diretamente a introdução referencial “a igreja”.

Charolles (1991) é um dos primeiros linguistas a propor uma abordagem discursivo-cognitiva para o fenômeno da anáfora associativa, classificando-a como um tipo de anáfora indireta que ocorre na forma de expressões definidas pronominais ou demonstrativas. Segundo o autor, essas expressões se ligam a um referente cuja interpretação depende de elementos co(n)textuais. Esse posicionamento se contrapõe a vieses mais restritos, como a proposta léxico-estereotípica para a ocorrência de anáforas não correferenciais, o que se concretiza, sobretudo, na pesquisa de Kleiber, Schnedecker e Ujma (1991).

Por priorizarmos uma abordagem textual-discursiva em se tratando dos processos de referência, não nos ateremos a propostas de cunho estritamente formal, como em Kleiber, Schnedecker e Ujma (1991), mas a pesquisas que comungam com a proposta teórica da referenciação e se fincam em uma abordagem cognitivo-discursiva para os processos referenciais, como a proposta de Schwarz ([2000] 2007) e o subsequente estudo de Marcuschi (2005), pesquisas em que os autores propõem uma tipologia para as anáforas indiretas.

Schwarz ([2000] 2007) apresenta um dos estudos mais completos acerca da não correferencialidade com base em um tratamento de cunho cognitivo para a ocorrência de

anáforas indiretas. O trabalho da autora foi, posteriormente, revisitado e ampliado por Marcuschi (2005), que define as anáforas indiretas como expressões nominais definidas, indefinidas e também como pronomes que são interpretados sem que apresentem um antecedente ou subsequente presente no cotexto, o que ocasiona a ativação de novos referentes e garante a continuidade da relação referencial dentro do texto. Quando ocorrem, as anáforas indiretas ancoram cognitivamente em uma expressão nominal anterior, tal qual ocorre no exemplo (5).

Ao propor uma tipologia para as anáforas indiretas, Marcuschi (2005), com base em Schwarz ([2000] 2007), as divide em dois tipos: semanticamente fundados e conceitualmente fundados. Os tipos semanticamente fundados demandam estratégias cognitivas que se fundam em conhecimentos semânticos presentes no léxico que se vinculam a papéis semânticos. Em contraponto, os tipos conceitualmente fundados pressupõem estratégias cognitivas que se fundam em conhecimentos conceituais advindos de modelos mentais, conhecimentos de mundo e conhecimentos enciclopédicos. Esses tipos, mais inferenciais, não seriam levados em conta em uma abordagem léxico-estereotípica, pois não preveem meras relações semanticamente fundadas.

Para Cavalcante (2011), essa distinção é frágil, já que todas as anáforas indiretas são, em sua visão, inferenciais. Esse posicionamento se deve ao fato de que não há garantias de que apenas os aspectos semânticos presentes nas expressões engatilhem as anáforas indiretas. A autora reconhece que determinadas inferências podem ser facilitadas por conta da presença de campos semânticos, mas essa distinção somente reforçaria a ideia de que as inferências podem ser mais facilitadas com base em informações presentes na superfície textual.

2.3.4 Os processos referenciais de encapsulamento

As formas de ocorrência dos processos referenciais de encapsulamento têm sido nomeadas de formas distintas ao longo dos anos. Tais nomeações se associam às diferentes definições empregadas pelos teóricos que se dedicaram aos estudos dos processos referenciais ao longo das últimas décadas. Uma vez que as designações empregadas tendiam a restringir a ocorrência de encapsulamentos às anáforas, observa-se que muitos desses trabalhos desconhecem outros tipos de processos referenciais que operam a sumarização de porções cotextuais, o que se comprova pelas descobertas apresentadas na tese de Silva (2013).

Por conta dessas limitações, optamos por descrever a concepção de encapsulamento defendida pelos estudiosos do assunto e ponderar sobre as restrições que cada teórico impõe à ocorrência desses processos de referência, o que nos leva aos trabalhos de Francis ([1994] 2003), Apothéloz ([1994] 2003) Apothéloz e Chanet ([1997] 2003), Conte ([1996] 2003) e Consten, Knees e Schwarz-Friesel (2007). É cabível destacar que essa exposição se limitará a aspectos conceituais descritos pelos autores e ao cerne de cada uma das propostas, as quais foram aprofundadas ao longo de nossa pesquisa. Como contraponto a algumas restrições de cunho teórico apresentados nesses estudos, a pesquisa de Silva (2013) será aqui utilizada por representar uma concepção mais ampla dos processos referenciais de encapsulamento.

Destarte, Francis ([1994] 2003) foi uma das primeiras cientistas a caracterizar os encapsulamentos, tomados, em sua pesquisa, como uma rotulação que ocorre através de grupos nominais anafóricos e/ou catafóricos. Apoiada nos estudos de Winter (1982, 1992), Francis define o rótulo como um elemento nominal cujo significado específico no discurso necessita ser decifrado de forma precisa. O critério adotado nessa pesquisa se baseia, unicamente, na propriedade de remissão dos rótulos, o que não engloba, por conseguinte, os encapsulamentos que são constituídos unicamente por pronomes anafóricos. Além disso, esse estudo envereda pelas propriedades semânticas dos rótulos, o que levou Francis a estabelecer categorias para englobar os lexemas que poderiam constituir o núcleo dos rotuladores.

Em um primeiro momento, em confluência com a proposta teórica de Francis, Apothéloz ([1995] 2003), em uma de suas primeiras reflexões teóricas acerca do papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual, define os encapsulamentos como “anáforas por nomeação”. A ocorrência desses anafóricos é identificada, nas palavras do autor, quando “[...] o sintagma nominal transforma em referente, quer dizer, em objeto individuado, o processo denotado por uma proposição anterior”⁹ (p. 71). No que abrange as possibilidades das anáforas por nomeação dentro do cotexto, Apothéloz defende que estas podem tanto retomar o conteúdo proposicional da porção textual anterior, quanto o ato de fala que é realizado através da enunciação desse conteúdo.

As consequências do emprego de anáforas por nomeação para o texto e discurso são várias, dado que esses anafóricos podem não se limitar à retomada, mas contribuir de formas diferentes para a construção do texto, como em (6). Nesse exemplo, o locutor manifesta a sua subjetividade ao evidenciar o seu ponto de vista acerca das informações

⁹ Tal propriedade das anáforas por nomeação sustenta o caráter correferencial dos encapsulamentos com função anafórica, conforme o que foi exposto na seção 2.3

presentes na porção textual que antecede o anafórico:

(6) Como a cada noite, você penteia cuidadosamente seus cabelos. Mas, que horror, a escova está cheia! Não se assuste, **esta queda** é a consequência da mudança de estação (Texto publicitário) (APOTHÉLOZ, [1995] 2003, p. 72, grifo nosso).

Uma concepção mais ampla da nomeação é proposta, em um segundo momento, por Apothéloz e Chanet ([1997] 2003) ao analisarem o papel do definido e do demonstrativo nas nomeações anafóricas e os subsequentes efeitos de sentido causados pelo emprego dessas formas linguísticas, uma vez que Apothéloz passa a reconhecer que os pronomes demonstrativos podem exercer a mesma função de uma expressão referencial ao nomear uma determinada extensão do texto. Além disso, há, nesse trabalho, uma restrição ao emprego do termo “nominalização”, que costuma ser utilizado para indicar o processo de emprego de um lexema para nominalizar um verbo, e também para designar a operação de sumarização realizada pelo anafórico.

A proposta de Conte ([1996] 2003) também apresenta outra forma de conceber os encapsulamentos, nomeados pela autora como “encapsulamento anafórico”. Nessa pesquisa, Conte restringe a ocorrência dos encapsulamentos aos sintagmas nominais que operam como paráfrases resumitivas de uma extensão precedente do texto. Esses sintagmas nominais terão a sua constituição nuclear composta por um nome geral e tenderão a ser introduzidos por um pronome demonstrativo.

No cotexto, o encapsulamento anafórico pode funcionar como um recurso de integração semântica quando os sintagmas nominais rotulam porções cotextuais precedentes e figuram como pontos nodais no texto e como forma de manipular o interlocutor, o que é subjugado à presença de um núcleo axiológico/ nome avaliativo. As demais possibilidades para os encapsulamentos, na proposta em pauta, são a hipostasiação de atos de fala e o desempenho de funções argumentativas (CONTE, [1996] 2003).

Percebe-se que, na pesquisa em questão, a visão de encapsulamento se revela muito mais restritiva que na de Francis ([1994] 2003), pois engloba apenas os sintagmas nominais que corresponderiam aos rótulos retrospectivos descritos no trabalho da autora. Nesse caso, a concepção de encapsulamento de Conte se revela restrita, pois abrange somente os casos de anáfora.

Em contraponto às pesquisas apresentadas até então, Consten, Knees e Schwarz-Friesel (2007) se propõem a analisar as funções dos encapsulamentos, por eles denominados “anáforas complexas”, abordadas como elementos coesivos que podem ou não manter o status ontológico das sentenças que recuperam anaforicamente através do condensamento de partes

do texto. Tais anafóricos ativariam novos referentes, por isso os autores os consideram como um caso de “anáfora complexa”. Curiosamente, o trabalho em discussão corresponde ao único estudo inteiramente calcado em uma ontologia da realidade, o que se contrapõe a um dos princípios básicos da proposta teórica da referenciação, para a qual nem mesmo o real é estável, por isso o modo de nos referirmos a ele também não poderia ser. Além dessa restrição que fazemos ao trabalho dos autores, acrescentamos que, para nós, os encapsulamentos só ativam novos referentes quando constituem introduções referenciais, pois, nos casos de anáfora, eles retomam um referente que já vinha sendo elaborado, embora não tivesse sido nomeado ainda. Afinal, toda anáfora, por definição, retoma um referente, não o introduz.

Como exemplo, os autores apontam a manutenção do status ontológico das sentenças através de anáforas lexicais, o que se configura quando o sintagma nominal anafórico confirma o conteúdo proposicional encapsulado, como no exemplo abaixo:

(7) Após um longo período de opressão causada pelos poderes comunistas, as igrejas estão em busca de “suas próprias raízes no novo contexto de liberdade” e elas não querem trilhar o seu caminho seguindo o exemplo do ocidente. A EKD deve encarar **esse desenvolvimento urgentemente**¹⁰. (CONSTEN, KNEES; SCHWARZ-FRIESEL, 2007, p. 90, grifo nosso, tradução nossa)

As funções das anáforas complexas nos textos também se estendem para a classificação ou avaliação do referente, além de também garantirem a continuidade e progressão textual pelo processo de tematização-remática. Esse processo se dá na medida em que as anáforas complexas sumarizam um referente construído na porção textual resumida, o que as torna temáticas. Quando ativam novas entidades no nível do mundo textual, contribuem para a progressão do fluxo informacional no texto, o que também as torna remáticas. Diremos, ao contrário, que, quando anafórico, o encapsulamento não ativa novas entidades, mas acrescenta uma dada perspectiva ao referente que vinha sendo construído.

Mediante o percurso teórico traçado até então, reafirmamos que todos os autores considerados “clássicos” tratam dos processos referenciais de encapsulamento como se estes se restringissem a anáforas¹¹, sejam elas sintagmas nominais ou apenas pronomes demonstrativos. Em oposição a essa noção, Silva (2013), apoiado em Cavalcante (2011), amplia a abrangência dos processos referenciais de encapsulamento para as introduções referenciais, como pudemos visualizar em (2).

¹⁰ No texto fonte: “After a long period of oppression by the communistic powers, the churches are looking for their “own roots in the new situation of liberty” and they do not want to arrange their way following the western example. The EKD has to face up to this development [...]”.

¹¹ Cavalcante (2011) e Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014) são alguns dos pesquisadores que consideram pertinente utilizar o termo “anáfora” como englobante para a remissão para trás e para frente.

Com a introdução referencial encapsuladora, a recuperação do sentido do referente ocorre de forma difusa no conteúdo do texto, o que implica duas possíveis estratégias diferentes que justificam a sua ocorrência: (i) a introdução referencial encapsuladora exige a confirmação pontual do referente através do processamento do texto; (ii) uma segunda confirmação do objeto de discurso ocorre de maneira mais difusa (SILVA, 2013). A seguir, verificamos a ocorrência de uma introdução referencial encapsuladora novamente no título de um texto:

(8) Ideias rosas

Sabe a fábula do beija-flor que faz um grande esforço, carregando um pouco de água no bico e atravessando a floresta para apagar um incêndio? Parece inválido, mas o imenso trabalho que o pássaro faz lhe [*sic*] deixa feliz por não ter simplesmente ignorado um problema que é de todos, e, ainda, pode motivar outros animais a se unirem com o mesmo propósito [...].

Alguém, um dia, teve a ideia de prestar atendimento gratuito a mulheres com câncer de mama durante o mês de outubro. Algum tempo depois, a ideia pegou em vários estados dos Estados Unidos até se tornar lei. Outros países, a exemplo do Brasil, viram que a ideia do beija-flor era boa e decidiram imitar. [...] (SILVA, 2013, p. 94-95, grifo nosso).


Esse editorial trata da fábula do beija-flor como forma de lembrar o interlocutor de que cada indivíduo deve contribuir para que ocorram melhorias na sociedade. Essa ideia é ilustrada quando o locutor exemplifica essa atitude com o projeto de atendimento gratuito às mulheres com câncer de mama desenvolvido nos Estados Unidos e que passou a ser realizado no Brasil.

De acordo com Silva (2013), a escolha do referente em (8) não se deu de forma arbitrária, mas como forma de auxiliar no propósito comunicativo do gênero ao qual pertence esse texto, que é apresentar um ponto de vista. As ideias rosas abordadas pelo locutor inauguram, com a expressão referencial, um novo objeto de discurso e encapsulam informações que orientarão a cadeia referencial do texto, as quais correspondem às atividades de cunho beneficentes realizadas dentro e fora do país. A tese que surge junto com a expressão referencial é confirmada por conta do estranhamento que o emprego desse sintagma nominal causa no interlocutor, o qual parte em busca de informações que justifiquem ou validem o título do editorial.

A partir dessas discussões, uma concepção ampla dos encapsulamentos nos leva a considerar que esses processos referenciais tendem a ocorrer de duas formas no cotexto: (i) através de um subtipo de anáfora direta, as anáforas encapsuladoras; (ii) através de introduções referenciais encapsuladoras. A sumarização é, portanto, a característica intrínseca básica de qualquer processo referencial de encapsulamento, o qual pode desempenhar uma série de outras funções discursivas no texto.

No caso de sumarização de partes do cotexto por anáforas diretas, acreditamos que nomeá-las como *anáforas encapsuladoras* corresponda a uma forma mais abrangente de tratar esse recurso linguístico, pois engloba tanto os sintagmas nominais encapsuladores quanto os pronomes anafóricos que também realizam a sumarização de extensões do texto. Evitamos, com essa designação, ater-nos a critérios majoritariamente formais atrelados às nomenclaturas propostas por Francis ([1994] 2003) e Conte ([1996] 2003), por exemplo. Para os casos de encapsulamento em introduções referenciais, manteremos a designação proposta por Silva (2013), que as nomeia como introduções referenciais encapsuladoras e, assim, mantemos o paralelismo com o termo “anáforas encapsuladoras”. Dessa forma, tomamos como base a proposta de Cavalcante (2011) para sugerir uma nova organização dos processos referenciais atrelados à menção, a qual pode ser visualizada no quadro a seguir:

Quadro 1 – Processos referenciais atrelados à menção:

Introdução referencial (um novo referente é inaugurado no cotexto)	Introdução referencial encapsuladora (um novo referente é inaugurado no cotexto, o qual sumariza porções textuais e faz uma remissão prospectiva para as âncoras)
Anáfora (promove a continuidade referencial)	
Anáforas diretas (retomam um referente já introduzido)	Anáforas indiretas (inauguram um novo referente ancorado no cotexto)
 Anáforas encapsuladoras (retomam um referente já introduzido difusamente e sumarizam porções textuais)	

Fonte: Elaboração própria

A proposta presente no quadro apresentado servirá como base para tratarmos dos processos referenciais de encapsulamento e dos processos referenciais de um modo geral em nossa pesquisa. Além disso, salientamos a relevância desse quadro para todas e quaisquer análises dos processos de referenciação, pois a sua elaboração se mantém inédita enquanto proposta resultante das reflexões teóricas mais recentes filiadas à abordagem teórica da referenciação.

3 OS PROCESSOS REFERENCIAIS DE ENCAPSULAMENTO: UMA (RE)DISCUSSÃO DOS CRITÉRIOS CLASSIFICATÓRIOS

Com este capítulo, objetivamos traçar uma (re)discussão acerca dos critérios classificatórios empregados pelos autores que tratam dos encapsulamentos tentando atribuir a eles características ora formais, ora textuais. Para tanto, apresentamos as propostas de Francis ([1994] 2003), Conte ([1996] 2003), Apothéloz e Chanet ([1997] 2003) e Consten, Knees e Schwarz-Friesel (2007), seguindo a cronologia dessas publicações.

Cada seção comporta a caracterização dos processos referenciais de encapsulamento para cada autor, as funções discursivas identificadas pelos teóricos e os critérios formais que definem esse fenômeno. Ao longo de cada discussão, nos contrapomos aos aspectos teóricos que consideramos frágeis por conta de limitações eminentemente formais e os contrastamos com o que tem sido defendido pela Linguística Textual contemporânea. Particularmente, no caso do artigo de Consten, Knees e Schwarz-Friesel (2007), por se tratar de uma abordagem predominantemente formal, respeitamos a ordenação do raciocínio traçado pelos pesquisadores, os quais se detêm, inicialmente, nos aspectos formais dos encapsulamentos e, no final da pesquisa, abordam brevemente as suas funções discursivas.

A partir das (re)discussões teóricas traçadas, construímos dois quadros-síntese em que, respectivamente, comparamos as caracterizações dos processos referenciais de encapsulamento apresentadas nas quatro pesquisas discutidas até então e, em seguida, fazemos uma proposta de (re)organização das formas de ocorrência dos encapsulamentos no cotexto e sugerimos duas macrofunções discursivas para esses processos referenciais, como forma de nortear a análise do *corpus* que será realizada neste estudo.

3.1 Os encapsulamentos que foram chamados de “rótulos”

Publicado em 1994, o estudo de Francis sobre a “rotulação” de porções textuais tem sido uma importante referência para as investigações acerca dos encapsulamentos, tanto por descrever com profundidade esses processos referenciais, quanto por defender uma concepção mais ampla para a ocorrência de anáforas encapsuladoras em textos, embora tenda a se ater a uma série de critérios formais em sua proposta de descrição e análise da rotulação. Nessa pesquisa, a autora tomou como *corpus* os dados retirados do *Bank of English*, em Cobuild, Birmingham, e de edições completas do jornal *The Times*.

Com base na análise dos dados, Francis ([1994] 2003) nomeia como *rótulos*¹² os grupos nominais resumidores, responsáveis pela conexão e organização do discurso escrito, mas não considera, em seu artigo, os anafóricos resumidores que ocorrem na forma de pronomes. Esses rótulos, a partir do critério de remissão, podem funcionar de três formas distintas dentro do cotexto: “anaforicamente”, ou por retrospecção¹³; “cataforicamente”, ou por prospecção; “anafórica” e “cataforicamente”, ou por retrospesção. Em todos os casos, é imprescindível a ocorrência da lexicalização para que ocorra o que Francis chamou de *rótulos*.

O enfoque dado por Francis à rotulação apresenta tanto critérios formais, quanto critérios que se norteiam por uma perspectiva textual-discursiva. Por conta disso, fez-se necessário dividir esta primeira seção em duas partes, ambas dispostas na ordem estabelecida pela autora em seu artigo. Assim, na primeira parte, trataremos especificamente das funções discursivas elencadas pela autora. Posteriormente, abordaremos os critérios de cunho formal apontados por Francis como necessários para a caracterização dos tipos de rótulo.

3.1.1 Funções discursivas dos rótulos

Ao discorrer sobre o funcionamento dos rótulos no âmbito do texto, Francis se atém às funções discursivas operadas tanto por rótulos prospectivos, quanto por rótulos retrospectivos e retrospesctivos. Optamos por discretizar cada grupo de funções nos tópicos que seguem, o que nos permitirá refletir sobre o funcionamento da rotulação nas amostras analisadas a partir do ponto de vista da autora e com base em nossas próprias reflexões de cunho teórico:

- organização textual

Ao iniciar as suas considerações acerca dos rótulos prospectivos, Francis ([1994] 2003, p. 192-193, grifo da autora) traz o seguinte exemplo:

¹² Desde muito antes da publicação desse trabalho, percebe-se que são numerosas as nomeações empregadas em uma série de outros estudos que tratam do encapsulamento por meio de anáforas, o que também chamou a atenção de Vasconcelos de Sá (2007) em se tratando da necessidade de uma definição mais precisa para os processos referenciais de encapsulamento no que concerne ao nome dado a esses processos e a sua caracterização.

¹³ Uma particularidade dos rótulos retrospectivos é a referência difusa. Conforme as considerações de Francis ([1994] 2003), os rótulos retrospectivos não retomam, obrigatoriamente, uma porção cotextual bem delimitada ou uma sentença específica dentro do cotexto.

(9) Eu sei que aproximadamente 12 por cento da população é canhota. Por que, então, deve existir uma predominância tão grande de jogadores de golfe destros que, eu me informei, se estende também aos tacos? Em resposta a essa indagação, um colega meu, jogador de golfe, apresentou **duas razões**: A primeira foi que os iniciantes normalmente começam com tacos que foram herdados de outras pessoas, que são, em geral, destros. A segunda foi que, por motivos técnicos, pessoas canhotas tornam-se bons jogadores de golfe com a mão direita.

Nessa amostra, verifica-se que a ocorrência da expressão referencial “duas razões” possibilita que o interlocutor possa predizer a informação que será apresentada em seguida, na qual são expostas possíveis justificativas para a predominância de jogadores de golfe destros. Como forma de atingir essas expectativas, o grupo nominal é lexicalizado na sequência, e as orações posteriores, de acordo com Francis ([1994] 2003), precisam ser totalmente compatíveis com o significado do lexema “razão”. Percebe-se, assim, que o rótulo em destaque apresenta um importante papel organizador, pois tanto funciona de forma preditiva, como conecta os parágrafos em (9).

No caso dos rótulos retrospectivos, estes também funcionam como organizadores macrotextuais cuja função é informar ao interlocutor o que esperar a partir do encapsulamento ou empacotamento de uma porção do discurso. Esse tipo de rótulo é tomado como equivalente a uma oração ou a um grupo de orações por ele substituídas, diferenciando-se das anáforas diretas prototípicas, as quais retomam um referente pontual, e das anáforas indiretas, que ancoram em um referente previamente introduzido no cotexto para depois ser referido definitivamente.

- organização tópica

Embora Francis ([1994] 2003) não se aprofunde no papel dos rótulos como organizadores tópicos, optamos por destacar essa função discursiva, que, a nosso ver, opera como um mecanismo de articulação tópica, contribuindo, com isso, para a construção argumentativa dos textos. Em Jubran (2006, p. 1), entende-se tópico discursivo como

[...] uma unidade discursiva, que compreende um fragmento textual caracterizado pela centração em um determinado tema, com extensões variadas, que vão desde o âmbito do enunciado correspondendo aproximadamente ao conceito de período, do ponto de vista sintático, até um âmbito mais abrangente envolvendo porções maiores de texto.

O tópico discursivo apresenta duas propriedades, que são a centração e a organicidade. Para Jubran (2006), a centração equivale ao conjunto de referentes, sejam eles explícitos ou inferíveis, que se relacionam entre si e que estão em relevância em um certo ponto da mensagem. A organicidade, por outro lado, equivale a relações de interdependência entre os

assuntos, o que pode ocorrer tanto em um plano vertical, quanto em um plano linear em que há ligações intertópicas.

Os rótulos retrospectivos marcam a mudança do locutor para a próxima fase de seu argumento a partir do encapsulamento da fase anterior, o que se materializa em um grupo nominal. Esses rótulos garantem a mudança e a interligação do tópico ao, simultaneamente, alterarem-no e manterem a continuidade através da inserção de uma informação nova em um esquema já dado, como no exemplo a seguir:

(10) Durante a guerra fria, Frisch foi convocado pelo exercício suíço e foi engajado nas forças da fronteira. **Esta experiência** ajudou a confirmar sua opinião de que a decisão da Suíça de permanecer neutra foi mais uma questão de sorte do que de julgamento e de que isso refletiu mais uma falta de compromisso do que uma declaração moral. [...] (FRANCIS, [1994] 2003, p. 198-199, grifo da autora).

Em (10), o rótulo “esta experiência” sumariza, segundo, Francis, uma porção textual curta, que equivale à primeira sentença. O papel organizador do rótulo pode englobar a interligação de tópicos a porções cotextuais consideravelmente pequenas, como nesse exemplo. Por outro lado, a rotulação do discurso não se limita a uma ou duas porções cotextuais, mas a retomadas que podem empacotar grandes extensões do discurso, a depender do propósito do locutor.

Para nós, as considerações de Francis acerca do papel organizador dos rótulos se mostra pertinente, embora nos apoiemos no viés de Vasconcelos de Sá (2007), para quem os encapsulamentos são recursos coesivos multifuncionais que apresentam a organização tópica como uma de suas funções discursivas centrais, juntamente com a função argumentativa. Isso significa que além de operarem com a função intrínseca básica de sumarizar porções cotextuais, os encapsulamentos compostos por um grupo nominal tendem a desempenhar, ao mesmo tempo, outras funções no discurso.

- função avaliativa

Os rótulos retrospectivos podem orientar a interpretação do interlocutor acerca das informações que foram apresentadas anteriormente ao grupo nominal, podendo avaliar, de forma mais ou menos explícita, o conteúdo proposicional empacotado pela rotulação. Esse tipo de avaliação se mostra presente, inclusive, nas introduções referenciais encapsuladoras, o que nos leva a aproximar essas duas formas de encapsulamento pela função de promover a avaliação de forma prospectiva. É em decorrência desse caráter avaliativo que os rótulos apresentam significado interpessoal e podem acrescentar algo novo ao argumento ou podem

funcionar como uma glosa (VASCONCELOS DE SÁ, 2007), adicionando uma explicação sobre a informação encapsulada. Atentemos para a forma como Francis trata do significado interpessoal dos rótulos com base no exemplo trazido pela autora:

(11) [...] o sistema imunológico dos pacientes reconheceu os anticorpos do rato e os rejeitou. Isto significa que eles não permanecem no sistema por tempo suficiente para se tornarem completamente eficazes.

A segunda geração de anticorpos agora em desenvolvimento é uma tentativa de contornar **este problema** através da humanização dos anticorpos do rato, usando uma técnica desenvolvida por [...] (FRANCIS, [1994] 2003, p. 195, grifo da autora).

O rótulo destacado em (11) indica de que forma as informações encapsuladas devem ser interpretadas pelo interlocutor, uma vez que a expressão referencial é empregada como uma forma de levar o interlocutor a considerar que a rejeição dos anticorpos do rato equivale a um problema. Ao alinhar as orações encapsuladas com a oração posterior, o rótulo em destaque fornece, ainda, um esquema para a solução que será descrita.

Em se tratando dos rótulos que são retrospectivos e retroprospectivos, optamos por chamá-los de retroprospectivos ao longo de nosso estudo, porque, na verdade, eles estão coesivamente relacionados a dados anteriores e posteriores a eles. Essas indicações de remissão para frente ou para trás são, portanto, meramente formais. Os rotuladores anafóricos podem desempenhar um importante papel na interligação de porções cotextuais maiores, além de operarem de forma avaliativa, como ocorre a seguir:

(12) Senhor, como Lech Walesa estará de visita a Londres nesta semana, acredito que alguém vai discutir com ele a ameaça aos direitos da mulher em sua chamada ‘nova democracia’.

O governo polonês está prestes a proibir o aborto, que é livre sob demanda desde 1956. **Esta atitude** é, em si mesma, deplorável, mas se torna muito pior pelo fato de que a contracepção é virtualmente impossível. Assim como em muitos países do leste europeu, as mulheres acostumaram-se, seja isso certo ou errado, a depender do aborto como meio de escolher o tamanho de suas famílias. Sob a nova lei polonesa, os médicos enfrentarão a prisão, caso sejam pegos realizando abortos ilegais e, às mulheres, só serão permitidos abortos quando houver risco de vida [...] (FRANCIS, [1994] 2003, p. 199-200, grifo da autora).

No exemplo em destaque, o rótulo “esta atitude” funciona de forma retroprospectiva por tanto encapsular a porção textual anterior, quanto por impulsioná-la para uma avaliação que se dá, inicialmente, pelo emprego do lexema “deplorável” e segue ao longo do parágrafo. Com base nessa e nas demais análises, percebemos que a abordagem dada aos rótulos avaliativos no trabalho em questão se revela centrada na constituição nuclear dos rótulos e não em um aprofundamento em seus efeitos de sentido. As expressões referenciais devem ser consideradas como um importante recurso que opera tanto coesivamente, quanto como uma forma de expressar uma avaliação do conteúdo difuso encapsulado, auxiliar na construção do posicionamento do locutor e, por consequência, direcionar a interpretação dos fatos pelo

interlocutor em um processo de busca pelo seu engajamento.

Esse posicionamento é corroborado pela preocupação da autora com a análise dos modificadores do nome nuclear que constitui os rótulos, tendo em vista a centração dessa pesquisa no estudo das contribuições desses nomes para a predição e para o encapsulamento. Os demais efeitos de sentido dos rótulos terminam por ser, assim, relegados a um segundo plano.

3.1.2 O critério semântico-lexical: a constituição formal dos rótulos

O tratamento dado por Francis à rotulação centra-se, principalmente, em um critério de cunho semântico-lexical, a partir do qual a autora se debruça sobre a caracterização dos rótulos com base no significado dos lexemas que os compõem. Primeiramente, a pesquisadora propõe que os rótulos retrospectivos sejam tratados como proformas, ou seja, como formas gerais que se assemelham a pronomes demonstrativos. Isso se deve ao fato de que os rótulos retrospectivos são, quase sempre, introduzidos por um dêitico como “o”, “este”, “aquele”, “esse” ou “tal” (FRANCIS, [1994] 2003). Todo o grupo nominal operará como um item referencial, o que os aproxima, conforme destaca Francis, do grupo dos *nomes gerais*.

Ao comparar alguns rótulos com nomes gerais, a autora se reporta aos trabalhos de Halliday e Hasan. Dentro do quadro das relações coesivas, Halliday e Hasan (1976) destacam a importância de se considerar o efeito coesivo desencadeado pelas escolhas lexicais realizadas pelos sujeitos. No limite entre a coesão gramatical e a coesão lexical, os autores situam a classe dos nomes gerais (ou substantivos gerais). Essa classe de lexemas constitui um grupo de substantivos de significação aparentemente genérica, os quais apresentam referências generalizadas no interior da classe dos substantivos principais, como “substantivo pessoal”, “substantivo de lugar”, “substantivo de fato” etc. Os exemplos mais prototípicos de nomes gerais são os seguintes lexemas:

[...] pessoas, pessoa, homem, mulher, garoto, garota [humano]; criatura [ser animado não humano]; coisa, objeto [coisas inanimadas contáveis]; materiais [massa concreta inanimada]; negócio, caso, questão [abstrato inanimado]; mover [ação]; lugar [lugar]; questão, ideia [fato]¹⁴ (HALLIDAY; HASAN, 1976, p. 274, tradução nossa).

¹⁴ No texto fonte: “[...] people, person, man, woman, child, boy, girl [human]; creature [non-human animate]; thing, object [inanimate concrete count]; stuff [inanimate concrete mass]; business, affair, matter [inanimate abstract]; move [action]; place [place]; question, idea [fact]”.

O grau de similaridade entre os rótulos e a categoria dos nomes gerais advém da forma como estes tendem a ser apresentados no contexto, pois são, normalmente, acompanhados por um item de referência anafórico.

Estamos propondo, pois, que se reflita sobre o caráter metafuncional que esses nomes gerais podem ter. Francis ([1994] 2003) não observa que, semanticamente, os nomes gerais, dentro de uma expressão anafórica, funcionam como uma espécie de sinônimo que expressa um significado interpessoal, isto é, apontam para a postura do locutor frente a um determinado conteúdo proposicional (HALLIDAY; HASAN, 1976). Isso pode, em se tratando dos efeitos discursivos, implicar uma relação de proximidade positiva/simpatia ou de proximidade negativa/desdém entre locutor e referente, o que contribui diretamente para a construção argumentativa do texto.

Essa perspectiva se contrapõe à de Francis ([1994] 2003), pois o rótulo, por funcionar como uma proforma, apresenta um nome nuclear que é apresentado como uma informação dada, mas que não se reporta a um sinônimo localizado na extensão discursiva empacotada. Esse nome nuclear poderá, estruturalmente, ser acompanhado por um item referencial definido, complementando-o ou sendo modificado por ele.

Ao tomar como base o constituinte nuclear dos rótulos, Francis ([1994] 2003) afirma que eles podem apresentar significado ideacional, interpessoal e textual. Para ilustrar, a construção “esta atitude”, em (8), tem significado ideacional, pois opera como suporte em um processo atributivo que é consolidado pelo emprego do qualificador “deplorável”. O mesmo rótulo também tem significado interpessoal, pois a autora considera que o emprego da palavra “atitude” equivale a um lexema tipicamente empregado pelos jornalistas. Em se tratando do significado textual, o rótulo em questão funciona como o tema de sua oração ao ser apresentado como uma informação dada.

Na categoria dos rótulos, Francis ([1994] 2003) identifica o conjunto de *nomes metalinguísticos*, os quais são responsáveis pela rotulação de uma extensão discursiva como um tipo específico de linguagem. Esses rótulos podem ser empregados pelo locutor como uma forma de “[...] forjar relacionamentos localizados inteiramente dentro do próprio discurso; eles instruem o leitor a interpretar o *status* linguístico de uma proposição de um modo particular” (FRANCIS, [1994] 2003, p. 202).

Dentro do grupo de rótulos *metalinguísticos*, a pesquisadora identifica quatro grupos distintos os lexemas que possivelmente constituirão o núcleo dos rótulos, a saber: (i) *nomes “ilocucionários”*; (ii) *nomes de atividades languageiras*; (iii) *nomes de “processo mental”*; (iv) *nomes de textos*. É importante mencionar, inicialmente, a limitação quantitativa dessas

categorias, pois, como menciona a autora, as listas de nomes por ela criadas foram construídas com base em uma pequena amostra do *corpus* do jornal *The Times*.

Além disso, há uma limitação de cunho pragmático-discursivo, pois os lexemas elencados pela autora são dados *a priori*, como se as palavras tivessem um significado estanque, o que possibilitaria prever a sua ocorrência e a sua significação nos anafóricos rotuladores. Ora, sabemos que, na verdade, o sentido de cada lexema só pode ser determinado com base em seu uso, isto é, na enunciação (FIORIN, 2015). Por conta disso, apontamos, a seguir, as definições das categorias elencadas pela autora, as listas de lexemas fixados por Francis e uma discussão acerca das limitações dessa perspectiva.

- nomes ilocucionários

Os nomes ilocucionários correspondem a nominalizações de processos verbais que tendem a ser atos de comunicação e que têm, comumente, verbos ilocucionários cognatos. Na lista a seguir, Francis aloca os nomes nucleares ilocucionários que são potenciais constituintes nucleares dos rótulos:

acusação, admissão, aviso, afronta, alegação, anúncio, resposta, apelo, argumento, asserção, encargo, reivindicação, comentário, queixa, cumprimento, conclusão, opinião, crítica, decisão, (nível de) negação, descoberta, desculpa, explanação, indicação, objeção, observação, promessa, predição, projeção, proposta, proposição, protesto, confiança renovada, reconhecimento, recomendação, rejeição, observação, lembrança, resposta, relatório, pedido, response??. revelação, declaração, sugestão, aviso (FRANCIS, 2003, p. 204-5).

Cavalcante e Brito (2013) criticam a caracterização dos nomes ilocucionários proposta por Francis, uma vez que a nominalização pode ocorrer mesmo sem a explicitação do processo verbal no contexto, como ocorre no exemplo seguinte:

(13) Psiquiatra para paciente bebum:

— O senhor vai parar de beber cerveja. Durante um ano só vai beber leite.

— Outra vez, doutor?!

— O que?!... O senhor já fez **esse tratamento**?

— Já. Durante os dois primeiros anos da minha vida... (CAVALCANTE; BRITO, 2013, p.32, grifo das autoras).

Em (13), o nome “tratamento” equivale à ação verbal de tratar o paciente, a qual está implícita. A implicitude dessa ação verbal se configura porque se percebe que a indicação do leite ao paciente corresponde, inegavelmente, a uma medida para ajudá-lo com o alcoolismo.

- nomes de atividades languageiras

A segunda categoria em destaque inclui os substantivos que se referem a certos tipos de atividade languageira ou que resultam disto. Eles se aproximam dos nomes ilocucionários, porém tendem a não apresentar verbos ilocucionários cognatos e englobam os seguintes vocábulos:

consideração, ambiguidade, comparação, consenso, contraste, controvérsia, critério, debate, defesa, definição, descrição, detalhe, diagnóstico, disputa, distinção, conversa fiada, equação, exemplo, fórmula, ilustração, ocorrência, linguagem, mensagem, mito, bobagem, comprovação, (linha de) raciocínio, referência, discussão, história, sumário, conto, conversa, tema, julgamento, colocação, (estilo de) escrita. (FRANCIS, [1994] 2003, p. 206).

Outro ponto a ser lembrado é o fato de que os critérios para definição desta categoria são vagos, pois, como sinalizam Cavalcante e Brito (2013), palavras como “adivinhação”, “imaginação”, “ironia” e “descrição”, englobados pela categoria em questão, equivalem aos resultados de operações de cunho discursivo e, também, de operações estilísticas.

- nomes de processos mentais

Os nomes de processo mental se referem aos estados e processos cognitivos e também aos seus resultados. Essa categoria engloba as nominalizações de verbos de processo mental que são utilizados para a projeção de ideias, como “pensar”, embora nem todos tenham verbos cognatos (FRANCIS, [1994] 2003). Esse grupo inclui os seguintes lexemas:

análise, atribuição, suposição, atitude, crença, conceito, convicção, doutrina, dúvida, descoberta, hipótese, ideia, *insight*, interpretação, conhecimento, noção falsa, noção, opinião, filosofia, posição, princípios, fundamento lógico, leitura, suspeita, teoria, modo de pensar, pensamento, (ponto de) vista (FRANCIS, [1994] 2003, p. 208).

Pensar nessa classificação nos leva a considerar que esse agrupamento de palavras também pode ser considerado vago, pois todas as atividades que desempenhamos pressupõem a existência de processos cognitivos. Nesse caso, é possível que os lexemas dispostos nessa categoria tenham sido aí alocados por se relacionarem aos verbos de processo mental. Cavalcante e Brito (2013), por exemplo, questionam o fato de lexemas como “julgamento” e “comparação” serem postos na categoria dos nomes de atividades languageiras, embora pudessem figurar no grupo de nomes de processos mentais.

- nomes de textos

Os nomes de textos se referem à estruturação textual formal do cotexto. Os rótulos compostos por esses nomes são responsáveis pela rotulação de extensões do discurso que os precede. Segundo Francis, em se tratando dessa categoria, não há qualquer interpretação relacionada aos nomes de texto, como os discriminados a seguir:

[...] **frase, pergunta (ortograficamente assinalada), sentença e palavras** [...]. Também incluem nomes **como excerto, página, parágrafo, passagem, citação, seção, termo e terminologia**, que, similarmente, referem-se às estruturas formais, embora não sejam unidades sintáticas (FRANCIS, [1994], 2003, p. 210, grifos da autora).

Novamente, tem-se um grupo de lexemas cuja significação é dada *a priori*. No caso dos nomes de textos, a autora considera que o processamento desses vocábulos dispensa qualquer interpretação, como se as palavras fossem monossêmicas, sem qualquer possibilidade de terem, no âmbito da prática discursiva, outras significações. Frisamos que as quatro categorias propostas pela autora não foram consideradas ao longo do nosso estudo, pois se opõem totalmente à perspectiva de que a referenciação é uma construção sociocognitivo-discursiva em que, por meio de uma negociação, os objetos de discurso são coconstruídos.

3.2 O encapsulamento anafórico

Com a publicação de seu artigo em 1996, Maria-Elisabeth Conte propôs um estudo de grande importância sobre os encapsulamentos, por ela nomeados encapsulamentos anafóricos. Essa pesquisa se aproxima, parcialmente, das concepções defendidas por Francis ([1994] 2003) acerca do caráter organizador e avaliativo dos rótulos, muito embora Conte ([1996] 2003) dê maior destaque ao caráter avaliativo dos encapsulamentos anafóricos, os quais são definidos pela autora como

[...] **uma anáfora lexicalmente baseada**, construída com um nome geral (**ou um nome avaliativo, um nome axiológico**) como núcleo lexical e revela uma clara preferência por um determinante demonstrativo. O encapsulamento anafórico pode ser definido no seguinte modo: é um recurso coesivo pelo qual **um sintagma nominal funciona como uma paráfrase resumidora para uma porção precedente do texto**. Esta porção de texto (ou segmento) pode ser de extensão e complexidade variada (um parágrafo inteiro ou apenas uma sentença) (CONTE, [1996] 2003, p. 79, grifos nossos).

As definições apontadas por Conte refletem o seu posicionamento em se tratando do grau de abrangência dos encapsulamentos anafóricos. Nesse estudo, só eram considerados como encapsulamentos os anafóricos que funcionavam de forma retrospectiva, isto é, que realizam a retomada anafórica em sentido restrito, e que eram, formalmente, sintagmas nominais, o que não engloba os encapsulamentos realizados apenas por pronomes anafóricos. Tal posicionamento se revela deveras limitado a uma concepção restrita de encapsulamento que se opõe, inclusive, aos postulados teóricos de Francis ([1994] 2003).

Em (14), o exemplo de Conte ([1996] 2004, p. 178, grifo da autora) mostra a ocorrência de um encapsulamento composto por um nome geral, o lexema “fato”, que é introduzido por um pronome demonstrativo anafórico:

(14) A Verdade, profunda anomalia do nosso sistema de televisão, representa o peso do poder político. **Este fato** provocou uma excessiva fragmentação da rede privada, sobretudo no centro sul.

Uma comparação entre os anafóricos prototípicos e os encapsulamentos anafóricos revela que há uma grande diferença entre ambos os tipos de anáfora correferencial, pois, de acordo com Conte ([1996] 2003): (i) os referentes dos encapsulamentos anafóricos não são indivíduos, mas entidades de uma ordem superior, como os estados de coisa, eventos, situações e processos, critério baseado nos estudos de Lyons (1977); (ii) o referente não é delimitado de forma precisa no texto e deve ser (re)construído pelo interlocutor.

Em um primeiro momento, Conte traça um percurso teórico em que cita os principais trabalhos que, até então, foram direcionados ao estudo dos encapsulamentos. A autora cita, assim, as pesquisas de Halliday e Hasan (1976), Conte (1980, 1981), Monika Krenn (1985), Francis (1986) e Wanda D’Addio (1988, 1990). Posteriormente, a autora pondera, com base na fala de Wanda d’Addio (1988, 1990), sobre a natureza dos nomes que podem constituir o sintagma nominal encapsulador, que, segundo d’Addio, quando valorativo, apresentará uma avaliação dos estados de coisa através de um nome axiológico ou de um modificador (CONTE, [1996] 2003).

Nas discussões que seguem, escolhemos elencar, pela cronologia das discussões dispostas no artigo original da autora, as funções discursivas do encapsulamento anafórico. Posteriormente, tecemos reflexões sobre os critérios de cunho formal adotados por Conte para definir e delimitar a ocorrência dos encapsulamentos anafóricos no texto.

3.2.1 Funções discursivas do encapsulamento anafórico

Em se tratando das funções discursivas do encapsulamento anafórico, dois grupos de funções são destacados neste trabalho, sendo elas a organização macrotextual e a função avaliativa. Como foi feito na seção anterior, cada grupo de funções discursivas será discutido em um tópico à parte, o que facilitará a reflexão acerca da teoria presente no trabalho em pauta.

- ativação de novos referentes no cotexto

Na perspectiva de Conte, os encapsulamentos anafóricos, enquanto paráfrases resumitivas de porções contextuais, podem ser considerados como novos, pois inauguram um novo item lexical no cotexto, o qual corresponde ao nome-núcleo do encapsulamento, e realizam a hipóstase ao transformar em referente aquilo que está difusamente presente no modelo de mundo discursivo. Por conta disso, a autora considera que a propriedade que os encapsulamentos têm de estabelecer novos objetos de discurso no texto está associada à presença de determinantes demonstrativos no sintagma, pois essas formas apresentam um novo objeto de discurso ao interlocutor ou o focalizam.

As inúmeras discussões acerca da natureza dos encapsulamentos por anáfora, durante muito tempo, consideravam que esses processos referenciais correspondiam a um tipo peculiar de anáfora indireta (CAVALCANTE, 2011), pois ativariam um referente inédito no cotexto. O que temos defendido, juntamente com Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014), é que o encapsulamento anafórico não ativa um novo objeto de discurso, exceto quando se trata de uma introdução referencial encapsuladora, mas explicita um referente difuso construído progressivamente na porção contextual encapsulada pelo anafórico, homologando-o através da expressão referencial e, comumente, acrescenta novas nuances ao referente.

- organização macrotextual

O caráter retrospectivo do encapsulamento anafórico o leva a funcionar como um recurso de integração semântica. Esses anafóricos produzem um nível mais alto dentro da hierarquia semântica do texto e, ao figurarem com frequência no começo dos parágrafos, desempenham um importante papel de organizadores da estrutura discursiva, similarmente aos conectivos (CONTE, [1996] 2003).

Pela sua localização no ponto inicial de um parágrafo novo, o encapsulamento interpreta a porção textual antecedente e a interliga à próxima, vide o exemplo (15), retirado de Conte ([1996] 2003, p. 184-185, grifo da autora):

(15) O miniteste de ontem parece dizer que a maioria dos italianos continua a votar dentro do perímetro do centro-direito do Pólo da liberdade: mas dentro desse perímetro redistribuem-se os próprios consensos, não esquecendo nem mesmo a Aliança, que parece ter começado a bloquear uma perigosa erosão.

Curiosamente, sim. Mas, acrescentamos, nem tanto. Porque, **esta tendência** era em boa medida colhida daquelas mesmas estratégias berlusconianas de avaliação.

O exemplo em questão traz um comentário sobre os resultados de eleições na Itália. Há informações que são apresentadas e, através do encapsulamento, são sumarizadas, conectadas à parte seguinte do texto e interpretadas como “tendências”, o que garante a essa expressão referencial a função de promover a organização macrotextual e, também, de direcionar a interpretação intratextual. Essa multifuncionalidade reforça a percepção de que uma função discursiva não exclui a outra e, de igual modo, revela a plasticidade dos encapsuladores, pois, mesmo quando utilizados como uma forma de oferecer uma avaliação do conteúdo difuso encapsulado, contribuem para a construção das redes coesivas.

Além disso, o papel organizador se revela comum aos encapsulamentos de um modo geral, já que a sumarização de porções cotextuais termina por estabelecer uma conexão entre as partes do texto.

- função avaliativa

A função avaliativa é associada aos encapsulamentos que apresentam um nome-núcleo axiológico no sintagma nominal. Esse lexema avaliativo permite ao locutor apresentar a sua avaliação acerca do conteúdo proposicional sumarizado pelo encapsulamento. Para ilustrar, Conte traz o seguinte exemplo:

(16) Irado com a multidão que protestava contra ele, a apenas sete semanas da eleição geral, o presidente romeno Ion Iliescu saltou furioso de sua limusine e agrediu um jornalista da oposição.

O incrível episódio, que provou fortes reações, ocorreu no último sábado [...] (CONTE, [1996] 2003, p. 186, grifo da autora).

Ressalte-se que, embora mencione a presença de modificadores operando no sintagma nominal para a construção de um encapsulamento avaliativo, Conte o faz a partir da fala da linguista Wanda d’Addio (1988, 1990) e considera que no exemplo (16), a carga avaliativa da expressão recai sobre o núcleo axiológico do sintagma nominal, muito embora, nesse caso, o núcleo seja a palavra “episódio”, um substantivo masculino. A valoração presente nesse

encapsulador se concentra não nesse núcleo, que é uma hipostasiação, mas sim no modificador, o adjetivo “incrível”, que oferece uma avaliação dos fatos descritos que foram encapsulados pelo sintagma nominal.

Muito embora seja a primeira autora a propor a classe dos lexemas axiológicos como prováveis nomes-núcleo avaliativos, Conte não se atém a maiores aprofundamentos na natureza dos lexemas axiológicos, nas intenções argumentativas que levam o locutor a utilizá-los e nos efeitos de sentido causados pelo emprego de encapsulamentos anafóricos axiológicos no texto como um todo. Além disso, como expusemos, a carga avaliativa do sintagma nominal encapsulador não se concentra, ao contrário do que consta na fala de Conte, necessariamente, no núcleo, mas pode advir de um ou mais modificadores presentes na expressão.

- hipóstase de “atos de fala”

O encapsulamento anafórico pode ser utilizado pelo locutor para atribuir uma força ilocucionária à porção textual encapsulada. Ao categorizar um enunciado como um ato de fala, ocorre um deslocamento para o nível metacomunicativo, o que também acontece quando uma função argumentativa é atribuída a algum segmento do cotexto que, no caso, se realiza pelo emprego do lexema “promessa” como núcleo da anáfora encapsuladora. Vejamos o exemplo a seguir:

(17) A Liga será sempre para as pessoas que lutam contra a classe governamental – **esta promessa** de Dasi provocou uma aclamação na praça (CONTE, [1996] 2003, p. 188, grifo da autora).

Em (17), o enunciado antecedente é sumarizado pelo encapsulamento anafórico “esta promessa”, segundo Conte, em uma nomeação de um ato de fala. Com base em Austin (1965) e em Searle (1979), concordamos com essa possível função das anáforas encapsuladoras a partir do pressuposto de que todo ato de fala é, ao mesmo tempo, locucionário, ilocucionário e perlocucionário.

No contexto do exemplo (17), o encapsulamento “esta promessa”, empregado pelo locutor, apresenta o núcleo “promessa”, uma hipostasiação, ou seja, uma substantivação que, nesse caso, remete à fala de Dasi, cuja presença equivale a uma ocorrência de polifonia por conta da coexistência de duas vozes nesse texto. A enunciação de Dasi, trazida pelo locutor presente em (17), pressupõe, também, um ato locucionário, pois cada elemento integrante da frase foi enunciado por esse indivíduo.

Por ter utilizado o advérbio “sempre” em sua fala, Dasi realiza uma promessa, materializada no núcleo do encapsulamento, o que termina por equivaler a um ato ilocucionário, visto que é realizada na linguagem e pode gerar uma série de efeitos através da enunciação. Esses efeitos equivalem a um ato perlocucionário, concretizado pela linguagem em uso. Nesse caso, essa enunciação resultou em uma reação positiva.

Além disso, pelo fato de o locutor salientar o caráter de “promessa” da fala, há uma nítida função argumentativa que é atribuída ao encapsulamento, pois categorizar uma fala como uma promessa e salientar que esta foi realizada diante de um público culmina em uma atribuição de responsabilidade ao enunciador por conta do valor do que foi dito, visto que promessas, dentro de quase todas as sociedades, não devem ser quebradas.

3.2.2 Limitações de uma caracterização formal do encapsulamento anafórico

Diante da proposta teórica de Conte ([1996] 2003), faz-se necessário considerar a relevância dos critérios estipulados pela autora para caracterizar as formas de ocorrência dos processos referenciais de encapsulamento, embora devamos atentar, também, para as limitações presentes em sua proposta:

(i) no que diz respeito à estipulação de uma lista de lexemas que seriam potencialmente avaliativos, não é possível prever o caráter avaliativo de qualquer palavra, porque é através da negociação de sentidos que as palavras adquirem um dado valor. Porém, é possível pelo menos admitir que, pela semântica de certos nomes, alguns são mais gerais e, por isso, menos avaliativos.

(ii) quanto às formas de remissão, os encapsulamentos por anáfora não se restringem à retomada retrospectiva;

(iii) a construção do caráter axiológico do encapsulamento anafórico não recai, necessariamente, sobre o núcleo da expressão, porque pode depender, também, da presença de modificadores.

A primeira consideração remete a um dos princípios básicos da referenciação, que implica a construção de sentidos como uma negociação possibilitada pela prática discursiva, o que implica o fato de que os possíveis sentidos das palavras não são dados *a priori*, mas determinados por seu contexto de uso em um processo dinâmico de interação com o outro. Por outro lado, há certos nomes que apresentam, com base em seus traços semânticos, um caráter mais geral e que, em decorrência disso, não são comumente empregados como lexemas avaliativos.

Com relação ao grau de abrangência dos encapsulamentos por anáfora, optamos por diferenciar o movimento catafórico das introduções encapsuladoras, porque os demais casos apontam para diferentes direções.

No que diz respeito à terceira consideração, Zavam (2007, p. 136-137, grifo da autora) também ilustra uma ocorrência de anáfora encapsuladora axiológica em que a valoração não recai necessariamente sobre o nome-núcleo do sintagma nominal encapsulador, mas sobre outros elementos que constituem a expressão referencial:

(18) FUNDO REPARTIDO

[...]

Os partidos com menor representatividade (votação nacional para deputado federal inferior a 5% do sufrágios e a 2% em pelo menos nove Estados), que antes dividiam 1% do fundo público, em partes iguais, com as demais siglas, agora repartirão 42%.

Um exemplo da multiplicação de verbas aos nanicos resultante da generosidade do TSE é o Partido da Causa Operária. A legenda recebeu 14 mil ao longo de 2006 e passará a auferir R\$ 146 mil por mês. O PCO não elegeu nenhum congressista.

A decisão da corte eleitoral dá sequência ao julgamento do Supremo que, em dezembro, decretou que a chamada cláusula de desempenho (ou de barreira) é inconstitucional [...].

O encapsulamento destacado apresenta uma carga avaliativa que não recai, necessariamente, sobre o núcleo do sintagma nominal encapsulador, que é a palavra “decisão”. Isso se deve ao fato de que o termo “corte eleitoral” permite ao interlocutor estabelecer uma relação entre o período da monarquia no Brasil, quando a corte era vista como um desastre, e a atitude tomada pelo TSE, o que nos leva a perceber que no termo em destaque há uma grande carga avaliativa.

3.3 As nomeações

Denis Apothéloz e Catherine Chanet classificam como nomeações as ocorrências de encapsulamento por anáfora. Para os autores, a nomeação é uma “[...] operação discursiva que consiste em referir-se, por meio de um sintagma nominal, a um processo ou estado que foi anteriormente expresso por uma proposição [...]” (p. 132), como ocorre no seguinte exemplo:

(19) A polícia local de Schwytz prendeu um suposto falsificador de dinheiro. [...] **A prisão** aconteceu em colaboração com a Interpol (APOTHÉLOZ; CHANET, [1997] 2003, p. 132).

O emprego do substantivo predicador “prisão” como núcleo da anáfora, nomeia o processo denotado pela informação contida na porção encapsulada. Essa proposição oferece, conforme ressaltam os autores, uma informação-suporte, além de dar estatuto de referente às informações-suporte presentes no cotexto. No caso das nomeações, esses anafóricos serão considerados apenas quando houver o caso de remissão para trás, o que contrasta, também,

com a perspectiva de Francis ([1994] 2003).

Embora pontuem que as anáforas por nomeação se parecem com um caso de correferência, Apothéloz e Chanet ([1997] 2003) defendem que pelo fato de o objeto de discurso não ser previamente estabelecido no cotexto, não haveria a correferencialidade no emprego das nomeações. Os autores estavam, portanto, muito presos a uma caracterização baseada em expressões referenciais. Assim, assinalam três instrumentos linguísticos para caracterizar a ocorrência da nomeação, sendo eles:

- (i) emprego de pronomes demonstrativos como forma de nomeação;
- (ii) possível implicitude da expressão nomeadora;
- (iii) expressões lexicais encapsuladoras constituídas por um substantivo predicador, que podem não comportar um lexema morfológicamente derivado do verbo presente na proposição encapsulada.

Apothéloz e Chanet ressaltam que a nomeação pode ocorrer pelo uso de pronomes demonstrativos, como “isto” ou “isso”, ou pronomes relativos como “que” e “o que”. Concordamos com o autor quando ele considera que porções cotextuais podem ser resumidas e substituídas por um pronome demonstrativo, sem necessidade de ocorrer encapsulamento através de um sintagma nominal pleno. Os autores também identificaram casos em que a expressão nomeadora se encontra implícita no contexto, o que ocorre quando a nomeação equivale ao sujeito zero da oração principal, como no seguinte exemplo:

(20) Ontem de manhã, um veículo sem identificação da polícia foi atacado nas proximidades da embaixada da Itália, deixando **quatro mortos**, dois policiais e dois assaltantes (APOTHÉLOZ; CHANET, [1997] 2003, p 135-136).

Quando a expressão encapsuladora é lexical e apresenta um substantivo predicador, ela não é obrigatoriamente um derivado morfológico do verbo que foi utilizado na proposição de onde partiram as informações-suporte, podendo, inclusive, ser uma forma supletiva, como ocorre em (21), caso em que o predicador “combustão” não é um derivado morfológico do verbo “incendiar”, presente na porção textual encapsulada:

(21) A mina de carvão de Tavershall incendiava há anos; [...] E, quando o vento soprava de lá, o que acontecia com frequência, a casa ficava cheia do fedor que exalava dessa **combustão** sulfurosa dos excrementos da terra (APOTHÉLOZ; CHANET, [1997] 2003, p. 137).

O estudo de Apothéloz e Chanet se preocupa, especificamente, com a ocorrência do definido e do demonstrativo nas nomeações. Com base na análise do *corpus*, predominantemente composto por textos escritos, os autores defendem que uma nomeação definida pode ser substituída por uma demonstrativa, embora o inverso não se confirme.

Apesar da importância dessa característica das nomeações, é necessário ponderar sobre as implicações textuais-discursivas e os fatores de cunho pragmático que levam o locutor a empregar os encapsulamentos em seus textos.

3.3.1 Fatores pragmático-discursivos que implicam a ocorrência de nomeações

É necessário salientar a importância dos fatores de cunho pragmático-discursivo que implicam a utilização dessas formas de encapsulamento segundo Apothéloz e Chanet. Esses fatores são mencionados aqui porque os aspectos formais das nomeações são associados a uma motivação textual-discursiva.

- recategorização do objeto de discurso

O substantivo predicador realiza uma recategorização metafórica do processo, ou apresenta uma conotação axiológica evidente. Isso normalmente ocorre quando o substantivo que acompanha o pronome demonstrativo requalifica o objeto de discurso, como ocorre no exemplo (4), em que há uma avaliação explícita, pelo locutor, dos fatos por ele apresentados, o que aponta para uma tendência do uso do demonstrativo na recategorização. Importa notar que todo encapsulamento anafórico recategoriza, mas nem sempre essa recategorização é explicitada pela expressão encapsuladora.

- denominação reportada

A denominação reportada ocorre quando locutor coloca o substantivo a distância pelo emprego de aspas de conotação autonímica, ou seja, quando o locutor retira das palavras a sua “evidência de adequação”, como ocorre a seguir:

(22) A grande Casa [a Comédia Francesa] deverá modificar seus hábitos. A sala Richelieu fechará para obras até o mês de dezembro, os espetáculos se darão no Mogador e na Ópera Cômica. Simultaneamente a **esta “deslocalização”**, a trupe será renovada, aumentada (APOTHÉLOZ; CHANET, [1997] 2003, p. 146, grifo dos autores).

No exemplo em análise, observamos que o emprego das aspas e do pronome demonstrativo resulta em um distanciamento do locutor, uma vez que, com as aspas, a evidência é retirada da palavra utilizada e esse distanciamento é reforçado pelo uso do demonstrativo em destaque. Na verdade, essa função discursiva marca uma heterogeneidade

enunciativa, assinalada pelas aspas de conotação autonímica.

- nome nuclear da nomeação modificado por uma expansão não determinativa

Expressões em que o predicador é qualificado através de uma expressão não determinativa levam a uma determinação demonstrativa, como em (23):

(23) Prenderam-no de manhã bem cedo [...]

Mais surpresos que ele, de fato, ficaram os próprios autores **da prisão - brutal e sem motivo declarado** - ao encontra-lo calmo e dócil naquela altura dos acontecimentos (APOTHÉLOZ; CHANET, [1997] 2003, p. 148, grifo dos autores).

Em (23), o nome é qualificado por um adjetivo que apresenta função determinativa e que termina por garantir a sua pertinência referencial. Há, nesse caso, a predicação de informações sobre o objeto que designa, de modo que há uma qualificação acerca do ato de prisão de um indivíduo. O objetivo, portanto, é marcar, com o definido, uma avaliação.

- marcação de parágrafo

Na elaboração do parágrafo, no sentido cognitivo de indicar a mudança de ponto de vista acerca de uma sequência de eventos, a anáfora lexical é uma forma de fazer com que seja perceptivamente saliente uma expressão, o que é perceptível no exemplo a seguir:

(24) [Com relação à futura rainha Margot] Mesmo sendo católica, sua mãe Catarina de Médicis planeja casá-la com Henrique de Navarra, protestante, e futuro rei Henrique IV, primogênito dos Bourbons. **As bodas** são celebradas contra a vontade de Margarida, a 18 de agosto de 1572. Longe de ser um fator de reconciliação, **este casamento** vai ser uma das causas da tragédia de São Bartolomeu (APOTHÉLOZ; CHANET, [1997] 2003, p. 150, grifos dos autores).

No exemplo (24), a transição entre uma sequência de verbos no presente e um verbo que se encontra no futuro perifrástico indica um ponto de vista de caráter prospectivo. A nomeação desponta no momento em que é construída essa mudança de ponto de vista, ou seja, de tópico, o que lhe garante a função de marcar a mudança tópica e auxiliar na organização macrotextual.

3.3.2 *Oposição formal entre definidos e demonstrativos*

Em um segundo momento de suas reflexões teóricas, Apothéloz e Chanet ([1997] 2003) se detêm na oposição formal entre o definido e o demonstrativo nas nomeações, o que

desconsidera as funções discursivas desses encapsulamentos no *corpus* analisado em seu trabalho. Por conta desse enfoque formal, salientamos que o foco de nossa pesquisa se centra nas funções discursivas dos encapsulamentos e não somente na forma dos sintagmas nominais e pronomes encapsuladores. Melhor do que dizer isso é dizer o que pode ter relação com as funções. Entretanto, algumas considerações devem ser feitas acerca do que propõem Apothéloz e Chanet:

- presença de um complemento nominal designando um actante

Se a nomeação apresentar um complemento nominal designando um actante do processo que é identificado pelo substantivo, haverá um favorecimento da ocorrência do determinante definido. Essa situação, porém, se restringe às ocorrências em que o substantivo predicador não é passível de uma interpretação metonímica, o que é perceptível em (25):

(25) Os sérvios da Bósnia anunciaram ontem que eles iriam fechar a única estrada que permite, há quatro meses, os civis de entrar em Sarajevo. Segundo o porta voz das Nações Unidas, Claire Grimes, **o fechamento da estrada** deverá sobrevir a partir de hoje (APOTHÉLOZ; CHANET, [1997] 2003, p. 155, grifo dos autores).

No exemplo (25), a nomeação na qual o determinante se encontra se realiza da seguinte forma: determinante definido + substantivo predicativo + complemento nominal, o que equivale à ocorrência da nomeação a partir de um condicionamento essencialmente formal.

- substantivo predicador morfológicamente derivado do verbo figurando na proposição nomeada

Quando o lexema selecionado como substantivo predicador equivale a um derivado morfológico do verbo que figura na proposição nomeada, tem-se um fator que se opõe à recategorização, como em (26):

(26) A polícia local de Schwytz prendeu um suposto falsificador de dinheiro. [...] **A prisão** aconteceu em colaboração com a Interpol (APOTHÉLOZ; CHANET, [1997] 2003, p. 158, grifo dos autores).

Em (26), haveria uma motivação morfológica que condiciona o uso do sintagma nominal “a prisão” em decorrência do verbo “prender”, o qual figura na porção textual encapsulada. Esse pensamento se opõe à ideia de que forma e função se condicionam e, por isso, é incabível negar a natureza funcional da expressão em destaque.

- designação de um atributo da enunciação pelo anafórico

A designação de um atributo da enunciação pela anáfora ocorre quando o objeto designado pelo anafórico equivale a uma enunciação entendida por um de seus atributos, como no caso dos nomes metalinguísticos (FRANCIS, [1994] 2003) e do exemplo que segue:

(27) Dixit MC. Solaar: “Foi graças à herança do jazz que o homem-macaco se tornou o homem-sábio”.
O preceito, que faz comungar uma geração de rappers em busca de boas vibrações, começa a ficar ultrapassado (APOTHÉLOZ; CHANET, [1997] 2003, p. 160, grifo dos autores).

No exemplo (27), a constituição nuclear da nomeação, formada pelo definido e o lexema “preceito” serve como forma de caracterizar a porção textual antecedente. Nesse sentido, reafirmamos que as caracterizações propostas por Apothéloz e Chanet nesta subseção correspondem a uma abordagem estritamente formal, pois os efeitos de sentido causados pelo uso das nomeações são desconsiderados pelos autores.

3.4 As anáforas complexas

Publicado em 2007, o estudo realizado pelos linguistas Manfred Consten, Mareile Knees e Monika Schwarz-Friesel tem como título *As funções das anáforas complexas no texto: evidências de estudos do corpus e considerações ontológicas*. Essa pesquisa apresenta uma abordagem diferente em relação aos encapsulamentos por anáfora, tratados pelos autores como anáforas complexas. Para a obtenção dos dados, os autores analisaram cerca de 40.000 sentenças-token (sentenças realizadas), todas retiradas do *Corpus-Tiger*, cujo material provém de jornais alemães.

Na perspectiva apresentada neste artigo, as anáforas complexas são definidas como

[...] **expressões nominais que retomam referentes proposicionalmente estruturados** (como proposições, estados, fatos e eventos) ao mesmo tempo em que **os introduzem no discurso como entidades unificadas**. Adicionalmente, eles podem classificar ou avaliar o referente¹⁵ [...] (CONSTEN; KNEES; SCHWARZ-FRIESEL, 2007, p. 82, tradução nossa, grifos nossos).

A proposta de definição dos autores se ancora em duas características básicas atribuídas ao fenômeno do encapsulamento por anáfora: o caráter de retomada limitada ao movimento de retrospecto, como em (14), e a função de ativar novos referentes no cotexto –

¹⁵ No texto fonte: “[...] are nominal expressions referring to propositionally structured referents (such as propositions, states, facts and events) while introducing them as unified entities into a discourse. Additionally, they can classify or evaluate the referent”.

saliente-se a vinculação com o uso de expressões referenciais, característica desses estudos. A partir dos trabalhos de Cavalcante (2011 e outros), as pesquisas em referenciação mudaram o foco para a construção da referência em si.

Embora Costen, Knees e Schwarz-Friesel reconheçam uma série de trabalhos e de outras nomenclaturas associadas aos encapsulamentos, como quando citam as pesquisas de Asher (1993, 2000), que trata dos encapsulamentos como “anáfora de um objeto abstrato”, e os estudos de Francis (1994) sobre a “rotulação”, os autores preferem se ater ao termo “anáfora complexa”, pois, em sua visão, o termo remeteria, em parte, à complexidade característica dessas anáforas.

Nesse trabalho, dois critérios são elencados para estabelecer a noção de anáfora complexa:

(i) o antecedente tem que ser uma entidade linguística complexa composta por, pelo menos, uma oração;

(ii) o referente tem que ser um item conceitualmente complexo, uma entidade de segunda ou de terceira ordem nos termos de Lyons (1977, 1989).

Os critérios apresentados pelos autores não atendem aos pressupostos de nossa pesquisa, porque se atêm ao uso de expressões referenciais e apostam na relação dessas expressões com âncoras formalizadas linguisticamente.

Além disso, o primeiro critério descrito acima, por exemplo, pressupõe que os encapsulamentos operam apenas através do movimento de retrospecção. Como já foi exposto, embora as remissões para trás sejam uma forma bastante comum de retomada anafórica, isso não exclui os casos em que as retomadas ocorrem de forma prospectiva, isto é, pela remissão para frente, e de forma retroprospectiva.

O segundo critério, por sua vez, é construído com base nas reflexões de Lyons (1977, 1989) acerca do *status* ontológico dos nomes, verbos e advérbios. Essa preocupação surgiu diante do papel das partes do discurso como modificadoras em correlação com a sua definição semântica em termos de denotação.

Lyons (1977) argumenta que os nomes comumente denotam entidades, enquanto verbos e adjetivos denotam o que corresponde às propriedades de primeira ordem; por sua vez, os advérbios denotam propriedades de segunda ordem ou de uma ordem superior. Essa categorização é importante no contexto de trabalho do autor, pois este se preocupa com os traços semânticos das categorias e suas relações com os objetos de mundo, o que equivale a uma ontologia da realidade e não corresponde à visão de referenciação com que estamos lidando.

Para Lyons, os objetos físicos de nossa realidade correspondem às entidades de primeira ordem, como pessoas, animais e coisas. Em contraponto a essa categoria, as entidades de segunda ordem são os eventos e processos que são localizáveis no tempo e que podem ocorrer em nossa realidade, enquanto as entidades de terceira ordem equivalem às entidades abstratas como as proposições, que se situam fora do espaço e do tempo. Ademais, embora não seja interesse desta pesquisa aprofundar-se nos aspectos semânticos das expressões referenciais, cabe salientar que as expressões de encapsulamento correspondem a uma abstração de proposições dentro do texto, por isso seriam consideradas, pela perspectiva de Lyons, como entidades de terceira ordem. Esta característica é relevante porque equivale a um dos traços da definição de encapsulamento, uma condição para que eles existam: o caráter resumitivo de partes do texto.

Consten, Knees e Schwarz-Friesel (2007) se propõem a tratar da relação entre as anáforas complexas, enquanto modificadoras de sentido, e o *status* ontológico das sentenças numa perspectiva teórica que se distancia do que defende a referenciação, uma vez que há uma focalização no caráter semântico dos encapsulamentos que nomeiam as orações.

Como ponto de partida para essa pesquisa, os autores identificaram dois tipos possíveis de anáforas complexas: as pronominais e as lexicais. As anáforas pronominais são introduzidas por pronomes demonstrativos como “aquele” e “este” e por pronomes indefinidos. No que concerne às anáforas lexicais, os autores não estipulam formas de ocorrência para esses anafóricos, pois são estruturas equivalentes a frases sintáticas completas.

É interessante notar que os autores dessa pesquisa se concentram quase inteiramente em uma análise semântica das anáforas complexas. A função avaliativa dessas anáforas, por exemplo, não recebe qualquer aprofundamento ao longo do percurso teórico traçado nesse estudo. Em decorrência disso, fez-se necessário analisar, de acordo com o desenvolvimento do raciocínio dos autores, o critério semântico-lexical e a sua relação com o *status* ontológico das porções cotextuais encapsuladas, uma vez que esse é o foco principal do artigo. Posteriormente, com base na ordem de estruturação do trabalho dos autores, serão apresentadas algumas funções discursivas das anáforas complexas mencionadas no final desse estudo.

3.4.1 Constituição formal das anáforas complexas e o status ontológico

A proposta de análise da pesquisa dos autores se centra em três pontos: (i) o *status* dos referentes aos quais a anáfora se refere; (ii) os aspectos semânticos da expressão anafórica; (iii) a relação entre (i) e (ii). Nessa relação, os autores estipulam três tipos de anáforas complexas: as anáforas neutras e lexicais, que mantêm o *status* ontológico da sentença, e as anáforas complexas, que promovem a alteração do *status* ontológico.

É imprescindível que reflitamos sobre o caráter analítico da pesquisa em questão, o que nos levou a um estranhamento em se tratando do propósito dos autores de discutir as funções das anáforas complexas em textos. Esse objetivo implicaria uma análise que não seria centrada, necessariamente, na semântica das orações e nos aspectos semântico-lexicais dos lexemas empregados nos encapsulamentos, mas nos efeitos de sentido que o emprego dessas anafóricas causaria em uma escala maior. Por outro lado, as categorias estipuladas no trabalho em questão estão mais relacionadas à possível modificação do *status* ontológico das porções cotextuais a serem resumidas pelas anáforas, o que poderá ser percebido nas discussões a seguir:

- manutenção do *status* ontológico pelo emprego de anáforas neutras

Essa categoria abarca os anafóricos que não modificam o *status* ontológico da sentença encapsulada. Por conta de uma “fraqueza semântica”, os autores associam esse tipo de anáfora aos pronomes demonstrativos neutros. Como exemplo, podemos observar a manutenção do tipo ontológico do tipo “evento” pelo emprego de uma anáfora neutra:

(28) Vários acionistas minoritários apresentaram uma declaração e anunciaram um desafio de cunho legal. **Isso** pode atrasar a inscrição no registro comercial¹⁶ (CONSTEN; KNEES; SCHWARZ-FRIESEL, 2007, p. 88, tradução nossa, grifo dos autores).

Nesse exemplo, uma entidade de segunda ordem, isto é, a construção da ideia de um evento pela oração, não foi alterada pelo encapsulamento promovido pelo anafórico neutro “isso”. É cabível considerar que a finalidade do emprego desse encapsulamento pelo uso de uma anáfora neutra seja manter o referente (função temática) para fazer a progressão logo em seguida (com o rema), interligando as partes do texto sem oferecer nuances avaliativas ao objeto de discurso.

¹⁶ No texto fonte: “Several minor chairholders filed an objection and announced a legal challenge. This might delay the record in the commercial register”.

- manutenção do *status* ontológico pelo emprego de anáforas lexicais

A manutenção do *status* ontológico pelo uso de anáforas lexicais se dá quando o antecedente e a anáfora denotam a mesma coisa, o que ocorre em (29):

(29) E de repente estávamos em uma grande sala da liberdade na qual inconscientemente passamos a achar que a vida é infinita. Muitas vezes eu comparo **este estado** ao humor de alguém que foi libertado após um grande período na prisão¹⁷ (CONSTEN; KNEES; SCHWARZ-FRIESEL, 2007, p. 90, tradução nossa, grifo dos autores).

No exemplo citado, a ideia de estado é mantida pelo emprego de uma anáfora complexa lexicalizada, a qual homologa o *status* ontológico denotado pela oração encapsulada, o que se deve à ocorrência do lexema “estado” como núcleo da anáfora complexa.

- modificação do *status* ontológico pelo emprego de anáforas complexas

Essa categoria se relaciona aos sintagmas nominais encapsuladores que modificam o *status* ontológico por meio de um processo de não homologação, o que acarreta a criação de um novo tipo de objeto de discurso. Isso significa que, para os autores, essas anáforas não substanciam o referente que vinha sendo construído de forma difusa no texto, pois estabelecem, no modelo de mundo textual, um objeto de discurso novo, diferente do que estava em construção na progressão textual. Entretanto, os teóricos em questão não mencionam que há, inegavelmente, a recategorização do objeto de discurso, o que, inclusive, pode ser uma estratégia argumentativa, e que o percurso que compreende a sua elaboração está atrelado à progressão referencial no texto, como no exemplo seguinte:

(30) [No “Presseclub”, um fórum de discussão na TV:] Neste ano, as políticas feministas só foram discutidas duas vezes por conta de eventos como a conferências das mulheres das Nações Unidas e o notório caso de julgamento sobre o contingente de mulheres na Corte Europeia de Justiça. Quando a jornalista Charima Reinhardt criticou **este estado** na ocasião da discussão sobre a futura reunião de mulheres das Nações Unidas em Pequim, o apresentador do “Presseclub” Fritz Pleitgen anunciou algumas medidas [...]¹⁸ (CONSTEN; KNEES; SCHWARZ-FRIESEL, 2007, p. 91, tradução nossa, grifo dos autores).

¹⁷ No texto fonte: “All at once we were in a big room of freedom in which we unconsciously got the impression that life is unlimited. I often compare this state with the mood of someone who got set free suddenly after a long period of arrest”.

¹⁸ No texto fonte: “[On “Presseclub”, a TV discussion forum:] This year feminist politics were only discussed twice just because of special events like the UM women conference and the notorious judgement on the contingent of women by the European Court of Justice. When the journalist Charima Reinhardt criticized this state on the occasion of the discussion about the forthcoming UN women conference in Peking, “Presseclub” presenter Fritz Pleitgen announced some changes [...]”.

Nessa amostra, a sentença encapsulada denota dois incidentes que se configuram em duas discussões. Por se relacionarem a certos atores e por serem limitados espacial e temporalmente a um dado lugar, bem como por apresentarem um começo e um fim, os autores defendem que isso os levaria a classificar ambos os incidentes como eventos. Todavia, a anáfora “este estado” aponta para um referente muito mais abstrato e se direciona ao desinteresse pelos direitos das mulheres na programação televisiva, o que leva o referente a um processo de abstração evocado pela anáfora complexa. Se analisarmos por outro ângulo, o locutor poderia atribuir à porção encapsulada a ideia de “estado” para criticar a fixidez que envolve a ausência de debates acerca das políticas feministas, o que equivaleria a uma estratégia argumentativa.

Nesse sentido, é cabível considerar que mesmo a priorização de um enfoque formal às ocorrências de anáforas encapsuladoras termina por revelar o valor de suas funções discursivas. No contexto de nossa pesquisa, levaremos em conta, a partir dessa reflexão teórica, que as anáforas neutras, cuja função seria garantir a manutenção do *status* ontológico do referente, são, na verdade, mecanismos eficientes que garantem a manutenção referencial e a progressão tópica. De igual modo, as anáforas lexicais que mantêm o *status* ontológico do referente o fazem através da hipostasiação, recategorizando e homologando o referente que vinha sendo construído. Em se tratando das anáforas complexas que modificam o *status* ontológico do referente, o seu emprego pode ser motivado, como foi exposto, como parte de uma estratégia argumentativa do locutor.

3.4.2 Funções discursivas das anáforas complexas

Algumas funções discursivas que são elencadas pelos autores são apenas mencionadas sem qualquer abordagem posterior, como a função avaliativa. Entretanto, no final da pesquisa, os autores se detêm em alguns aspectos peculiares das anáforas complexas e definem como funções discursivas desses processos referenciais a complexação e a tematização-remática.

- complexificação

O processo de complexação equivale à ativação de um novo referente no contexto pelo emprego de uma anáfora complexa. Caso o novo objeto de discurso promova uma mudança do *status* ontológico do referente, como em (21), o objeto de discurso terá um grau de abstração maior, o que influi em seu processamento pelo interlocutor.

Além disso, quando há a ocorrência de anáfora por encapsulamento, como já foi explicitado ao tratarmos das funções discursivas elencadas por Conte ([1996] 2003), a anáfora recupera um referente difuso que vinha sendo construído na mente do interlocutor e homologa-o no sintagma nominal.

- tematização-remática

Os autores defendem que as anáforas complexas servem a um propósito duplo em se tratando da continuidade e progressão textual. Em primeiro lugar, o condensamento de porções cotextuais garante a estabilização da estrutura da coerência, o que atribui a essas anáforas o caráter de temáticas. Em segundo lugar, por ativar novos objetos de discurso as anáforas complexas seriam responsáveis pela progressão de fluxo informacional e pela incrementação do modelo de mundo textual, o que lhes conferiria, também, o caráter de remáticas.

Essa dupla função se revela oposta às funções de anáforas neutras e anáforas lexicais responsáveis pela manutenção do *status* ontológico do referente, uma vez que, ao mesmo tempo em que há um elo entre o anafórico e o conteúdo proposicional desenvolvido na porção textual encapsulada, há, no modelo de mundo textual, a transformação do referente em um objeto de discurso distinto do que poderia ser esperado pelo interlocutor, como em (30).

3.5 A introdução referencial encapsuladora

Comumente, as pesquisas sobre os processos referenciais de encapsulamento apresentavam concepções teóricas que restringiam esses processos às anáforas, variando entre uma concepção ampla (FRANCIS, [1994] 2003) e concepções mais restritas do fenômeno (CONTE, [1996] 2003; APOTHÉLOZ; CHANET, [1997] 2003; CONSTEN; KNEES; SCHWARZ-FRIESEL, 2007). Em todos os casos, a sumarização de porções cotextuais era relegada a retomadas operadas por pronomes anafóricos ou sintagmas nominais anafóricos dispostos em diferentes pontos do cotexto.

Dessa forma, uma das maiores desestabilizações em se tratando de um dos processos referenciais corresponde aos estudos realizados por Silva (2013). Nesse trabalho, o autor busca descrever as diversas formas e funções do processo de introdução referencial a partir da análise de quatro gêneros textuais, a saber: nota jornalística, editorial, charge e tirinha. Essa análise possibilitou a descoberta de um tipo híbrido de introdução referencial que inaugura um

novo referente e, simultaneamente, encapsula porções cotextuais: a introdução referencial encapsuladora.

Silva (2013) defende que o locutor, ao utilizar a introdução referencial encapsuladora em seu texto, busca causar um estranhamento para despertar a curiosidade do interlocutor. Esse estranhamento leva à necessidade de confirmação, pelo interlocutor, sobre a informação presente na introdução referencial, o que é possibilitado pela leitura do texto, como ocorre no exemplo seguinte, presente em Silva (2013, p. 97):

(31) Alberto tinha razão

O valor médio cobrado por litro de gasolina nos postos de combustíveis piauienses é nada menos que R\$ 2,64. Fora o valor altíssimo e inviável para muitos, há o alerta nacional de risco de blecaute nas bombas em diversos estados, inclusive Ceará e Maranhão, distribuidores regionais. Isso implica dizer que, a dificuldade nacional de distribuição de combustíveis aliada à extrema dependência ao produto pode reservar dias difíceis neste fim de ano, período em que o consumo sofre um aumento de 10% com as tradicionais viagens das famílias e com o aumento das entregas de produtos de consumo. Com relação ao Piauí, a situação é ainda mais grave. Sem porto e sem malha ferroviária em quantidade e qualidade suficientes, a dependência piauiense a outros estados pode ser suprimida somente através do sistema rodoviário, muito mais caro e demorado para atender grandes demandas. Linguagem, São Carlos, v.24 (1): 2015. Para se ter uma ideia, apenas uma viagem de trem do Porto de Itaquí, em São Luís (ma), a Tresina equivale a 80 viagens e caminhões carregados com combustível. Todo esse quadro nos faz lembrar de Alberto Silva, engenheiro por formação, ex-governador do Estado e grande idealizador das grandes obras que pudessem garantir o desenvolvimento do estado. Dentre muitas de suas obsessões, o transporte público e a construção de estrutura necessária para o desenvolvimento do Estado eram prioridades. Exemplos disso são a conclusão do Porto de Luís Correia e a construção de grandes ferrovias – incentivadas por Alberto Silva – mas que ainda engatinham. No entanto, nos últimos anos, o Governo do Estado buscou recursos junto à União para recuperar as BRs que cortam o Piauí, ampliar e até duplicar em alguns pontos. Apesar de necessárias, estas foram obras que agora já exigem novos reparos e funcionam apenas para atender questões urgentes. Sem olhar para o horizonte no momento certo, o Piauí se ressentiu da ausência de ferramentas importantes para manter o estado devidamente abastecido.

(Disponível em: <<https://goo.gl/LkxmsO>>. Acesso em: 07 set. 2016)

No texto em análise, observa-se que há uma introdução referencial em “razão”, associada ao nome “Alberto”. O emprego dessas formas linguísticas termina por levar o interlocutor a buscar, no texto, informações que o esclareçam sobre a natureza do referente introduzido no âmbito do texto.

A busca pela confirmação sobre quem é Alberto (ex-governador do Piauí) e sobre o que ele teria razão, conforme o que foi disposto no título do texto, é provocada pelo estranhamento a que se refere Silva (2013), a qual pode se dar de forma difusa e nem sempre tão pontual. Além do mais, as teses concentradas nas introduções referenciais encapsuladoras indicam o posicionamento do locutor acerca de algo. Esse posicionamento é sustentado pela argumentação construída no texto, a qual é desenvolvida de modo a conquistar a adesão do interlocutor e, conseqüentemente, o seu engajamento.

É necessário lembrar que, ao encapsular informações de forma prospectiva, as introduções referenciais encapsuladoras se assemelham aos rótulos prospectivos, nos termos

de Francis ([1994] 2003). Conforme observa Esteves (2015), isso ocorre porque a remissão prospectiva desse tipo de encapsulamento é uma das formas encontradas pelo locutor para aguçar a curiosidade do interlocutor e tornar o texto convidativo, daí o fato de a introdução referencial encapsuladora ocorrer, normalmente, no título ou nos parágrafos iniciais dos textos. Por orientar as escolhas lexicais e, conseqüentemente, as transformações que os objetos de discurso sofrerão na progressão textual, bem como por ativar novos referentes no cotexto, a introdução referencial encapsuladora se consolida como um recurso coesivo também multifuncional.

Embora desenvolvamos, aqui, análises de cunho textual-discursivo, cabe mencionar que para Sousa e Lima (2015), a introdução referencial encapsuladora também pode ser explicada a partir de uma aproximação entre a Linguística Textual e a Linguística Cognitiva. Com base na análise de expressões linguísticas designativas de operações da Polícia Federal presentes nos gêneros comentário, postagem do *twitter* e artigo de opinião, as autoras defendem que os lexemas presentes na superfície textual evocam modelos cognitivos responsáveis pelo encapsulamento de uma determinada estrutura. Essa estrutura pode ser evocada por nomes de operação, como pode ser visualizado a seguir, retirado de Sousa e Lima (2015, p. 350):

(32) Escrito por Prof. Amiraldo Quaresma – 25/10/2010

Roberto Góes foi mentir na rádio, mas não deu certo. A notícia, além de confirmada pela PF, está na Veja, na Folha e no UOL. Só não sei pq o esforço de desmentir a verdade. Será por medo de prejudicar a campanha de seu candidato nomeado por ato secreto assinado por Sarney, ligado a Waldez Góes e parentes presos pela PF? No palanque de seu candidato, além dele mesmo (cassado por seis vezes e duas vezes conduzido coercitivamente à PF), WG, Marília, há tb dois nomes ligados à **Operação Sanguessuga**. Esse é o palanque da mudança? Que mudança? Isso já não seria o suficiente p/ prejudicar uma campanha que se diz, que se vê como a “única” mudança?!?! Durma-se com um barulho desse!

Ao analisar esse texto, as autoras lembram que a Operação Sanguessuga foi direcionada à desarticulação de uma organização criminosa que cometia crimes contra a ordem tributária por meio de fraudes em licitações na área da saúde brasileira. A quadrilha responsável por tais crimes era composta por funcionários do Ministério Público da Saúde e da Câmara dos Deputados. Metaforicamente, o nome de batismo da operação remete ao animal “sanguessuga”, um verme que se prende a outros animais para deles sugar o sangue. Popularmente, essa palavra também pode ser designada para caracterizar as pessoas que exploram financeiramente as outras.

Sousa e Lima (2015) defendem que há, em (32), traços do domínio “VERME-PARASITA”, que são metaforicamente mapeados para designar a organização criminosa, pois os indivíduos agiam como parasitas ao desviar verbas que eram direcionadas a benefícios para

toda uma sociedade. Na subjacência da expressão linguística “Operação Sanguessuga”, a metáfora “PESSOAS SÃO ANIMAIS-PARASITAS” se faz presente e traços do domínio fonte “ANIMAIS PARASITAS” são deslocados para o domínio-alvo “PESSOAS”, que engloba os investigados pela operação em questão. Assim, a expressão referencial “a Operação Sanguessuga” é responsável pelo encapsulamento de características concernentes ao teor da operação que se materializam no texto.

3.6 Panorama dos processos referenciais de encapsulamento

Por conta das discrepâncias em se tratando das propostas teóricas para tratar dos processos referenciais de encapsulamento, dedicamos a seção anterior a apresentar as principais reflexões teóricas acerca do tema, bem como os pontos de cada estudo que, para nós, careciam de reconsiderações ou maiores aprofundamentos. Com base nessas pesquisas, propomos um quadro-síntese em que são expostos os critérios formais e funcionais adotados pelos autores na caracterização dos processos referenciais de encapsulamento.

Nesse quadro, apresentamos a nomenclatura adotada por cada teórico, as formas de ocorrência dos processos referenciais de encapsulamento estipuladas pelos autores, os tipos de remissão considerados na caracterização desses processos referenciais e, também, as suas funções discursivas¹⁹. Vejamos:

Quadro 2 – Quadro comparativo dos processos referenciais de encapsulamento

Processos referenciais de encapsulamento	Manifestação no cotexto	Forma(s) de remissão	Funções discursivas
<ul style="list-style-type: none"> • Rotulação (FRANCIS, [1994] 2003) 	<ul style="list-style-type: none"> • Sintagmas nominais 	<ul style="list-style-type: none"> • Remissão para frente (catáfora); • Remissão para trás (anáfora); • Remissão retrospectiva 	<ul style="list-style-type: none"> • Organização textual; • Organização tópica; • Função argumentativa (avaliativa).

¹⁹ Optamos por marcar com o itálico as funções discursivas que desconsideraremos por questões de inconsistências teóricas apontadas nas discussões realizadas até o momento.

<ul style="list-style-type: none"> • Encapsulamento anafórico (CONTE, [1996] 2003) 	<ul style="list-style-type: none"> • Sintagmas nominais 	<ul style="list-style-type: none"> • Remissão para trás (anáfora) 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Ativação de novos referentes no contexto;</i> • Organização macrotextual; • Função argumentativa (avaliativa); • Função de promover a hipóstase de unidades pragmáticas-discursivas (avaliativa).
<ul style="list-style-type: none"> • Nomeação (APOTHÉLOZ; CHANET, [1997] 2003) 	<ul style="list-style-type: none"> • Sintagmas nominais e pronomes anafóricos 	<ul style="list-style-type: none"> • Remissão para trás (anáfora) 	<ul style="list-style-type: none"> • Recategorização do objeto de discurso (avaliativa)²⁰; • Denominação reportada (avaliativa); • Marcação de parágrafo.
<ul style="list-style-type: none"> • Anáforas complexas (CONSTEN; KNEES; SCHWARZ-FRIESEL, 2007) 	<ul style="list-style-type: none"> • Sintagmas nominais e pronomes anafóricos 	<ul style="list-style-type: none"> • Remissão para trás (anáfora) 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Complexificação;</i> • <i>Tematização-remática.</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Introdução referencial encapsuladora (SILVA, 2013; SOUSA; LIMA, 2015; ESTEVES, 2015) 	<ul style="list-style-type: none"> • Sintagmas nominais ou outro item referencial 	<ul style="list-style-type: none"> • Remissão para frente (catáfora) 	<ul style="list-style-type: none"> • Encapsulamento de informações; • Orientar o ponto de vista do interlocutor acerca de uma informação; • Causar um “estranhamento” no interlocutor, levando-o a buscar confirmações acerca de um dado.

Fonte: Elaboração própria

A partir do quadro-síntese elaborado, faz-se necessário frisar que os processos referenciais de encapsulamento podem não operar apenas coesivamente pela interligação de porções cotextuais e de ideias. Os encapsulamentos, a depender dos propósitos argumentativos do locutor, costumam funcionar como um poderoso recurso a serviço da argumentação quando pronomes anafóricos e sintagmas nominais com função resumitiva são utilizados como uma forma de avaliar conteúdos proposicionais.

²⁰ Essa função será tratada, por conta do que sugerem Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014), como própria das anáforas correferenciais, o que torna redundante apontar recategorizações sempre que as anáforas encapsuladoras forem identificadas nos dados da pesquisa.

4 GÊNEROS TEXTUAIS E REFERENCIAÇÃO

O enfoque deste capítulo se centra na definição do que são os gêneros textuais e em uma reflexão teórica acerca das supostas interrelações entre o gênero textual artigo de opinião e os processos referenciais de encapsulamento. A partir desse objetivo, traçamos um percurso teórico que compreende, inicialmente, a conceituação dos gêneros textuais com base em Bakhtin ([1979] 1997) e Marcuschi (2008), o delineamento do propósito comunicativo dos gêneros textuais (SWALES, 1990) e a caracterização do gênero artigo de opinião, a qual remete aos estudos de Bräkling (2000) e de Boff, Köche e Marinello (2008).

Em um segundo momento, nos debruçamos sobre as possíveis relações entre o gênero artigo de opinião e os processos referenciais de encapsulamento. Para tanto, apresentamos as categorias de funções discursivas dos processos referenciais estipuladas por Ciulla e Silva (2008) em sua tese de doutoramento, a partir da qual propomos uma reorganização das funções discursivas dos processos referenciais de encapsulamento. De igual modo, nos reportamos à tese de Alves (2015), pesquisadora que estipula um quadro de funções discursivas para os processos referenciais de encapsulamento no gênero artigo de opinião e que considera, ainda, que os gêneros textuais e os processos referenciais se interinfluenciam. Como forma de alicerçar esse argumento, o qual equivale a um dos objetivos de nossa pesquisa, nos valemos das análises-piloto publicadas por Esteves (2015) e Esteves e Macêdo (2016) para construir uma reflexão de cunho teórico acerca dessas possíveis inter-relações.

4.1 A concepção de gênero textual

As pesquisas recentes realizadas sob a égide da referenciação tomam como base a análise de um ou mais processos referenciais no âmbito de uma série de textos diferenciados. O interesse pela caracterização dos processos referenciais a partir da análise de diferentes gêneros textuais se deve ao fato de os gêneros textuais abrangerem textos que apresentam grande circulação em nossa sociedade, seja em situações de comunicação formal ou informal, como conversas, reportagens, depoimentos, anúncios etc, e que, por isso, equivalem a amostras concretas e reais de como se configura a interação verbal no âmbito social.

De acordo com Marcuschi (2008), toda forma de comunicação verbal só é possibilitada por conta de algum gênero textual, cuja existência é essencial para a ocorrência das atividades comunicativas do homem. Dominar um gênero textual implica ter proficiência

em uma maneira de realizar objetivos específicos em dadas situações através da expressão linguística oral ou escrita.

Uma das principais definições de gênero textual se encontra em *Estética da Criação Verbal*, obra publicada em 1979 e escrita por Mikhail Bakhtin, filósofo, crítico literário e semioticista russo de grande expressividade dentro dos estudos da linguagem. Bakhtin aponta a grande diversidade de formas de utilização da língua na sociedade por meio de enunciados orais e escritos produzidos pelos indivíduos que compõem as esferas da atividade humana e percebe o enunciado como um reflexo das condições específicas e também das finalidades de cada esfera da atividade humana, tanto pelo seu conteúdo temático e pelo seu estilo verbal quanto pela sua construção composicional. Tais elementos se agrupam na completude do enunciado e são marcados por uma especificidade concernente a uma esfera de comunicação.

O enunciado é composto por três elementos que se fundem em sua totalidade e são eles o conteúdo temático, o estilo e a construção composicional. É possível considerar que o tema engloba os conteúdos que são comunicados por meio de um dado gênero textual, enquanto o estilo equivale ao modo como a língua é empregada pelo produtor de um determinado texto pertencente a um gênero específico. Com relação à composição do gênero textual, tem-se a esfera organizacional, isto é, o modo como os enunciados estão dispostos no texto.

Logo, um enunciado

[...] considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus **tipos relativamente estáveis** de enunciados, sendo isso que denominamos **gêneros do discurso** (BAKHTIN, [1979] 1997, p. 279, grifos do autor).

Os gêneros textuais, também chamados de gêneros do discurso, apresentam uma variedade ilimitada, pois a cada momento surgem diferentes gêneros que atendem a diferentes intenções comunicativas, como os gêneros *blog*, que abarca os diários publicados *online*, e o *e-mail*, uma forma rápida de correspondência virtual que tem substituído cada vez mais, há cerca de vinte anos, o envio de cartas. Os gêneros discursivos são, assim, heterogêneos, sejam eles orais ou escritos, pois podem incluir, por exemplo, manifestações linguísticas na forma de um bilhete, bem como uma declaração política.

Marcuschi (2008, p. 154-155, grifos do autor) ressalta que o gênero textual não deve ser confundido com o tipo textual, que equivale a

[...] uma espécie de construção teórica (em geral uma sequência subjacente aos textos) definida pela natureza linguística de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas, estilo) [...]. Em geral, os **tipos textuais** abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: **narração, argumentação, exposição, descrição, injunção.**

É curioso pensar que, durante muito tempo, o estudo dos gêneros do discurso se restringia aos gêneros literários, como salienta Bakhtin ([1979] 1997), embora o seu estudo fosse calcado na perspectiva artístico-literária de sua própria especificidade e as suas diferenças de caráter intergenérico, negligenciando-se, portanto, os tipos específicos de enunciados que se diferenciam dos demais, apesar de terem em comum a natureza verbal.

Os gêneros retóricos também eram estudados durante a Antiguidade, o que levou os estudiosos da época a atribuírem grande relevância à natureza verbal do enunciado e a seus princípios constitutivos, enquanto os tipos específicos dos gêneros retóricos encobriam somente o aspecto linguístico do enunciado. Ademais, Bakhtin nos lembra que os gêneros do discurso cotidiano também eram objeto de estudo, como a réplica do diálogo cotidiano, apesar de os intelectuais antigos terem se debruçado sobre outros tipos de enunciados.

A caracterização dos gêneros discursivos realizadas por Bakhtin ([1979] 1997) distingue, ainda, a existência do gênero do discurso primário e do gênero do discurso secundário. Os gêneros considerados secundários, como o romance, o teatro e o discurso ideológico, despontam em situações de comunicação cultural complexa e mais desenvolvida, em especial no caso da escrita artística e científica, por exemplo. Quando estão em processo de formação, esses gêneros realizam a absorção e a transmutação dos gêneros primários, categorizados como “simples”.

Os gêneros primários, ao integrarem os gêneros secundários, passam por transformações e perdem sua relação com a realidade existente e com a realidade dos enunciados considerados alheios. A carta inserida em um romance, por exemplo, ao conservar a sua forma e seu significado cotidiano unicamente no contexto do romance, só faz parte da realidade existente devido ao fato de o romance ser um fenômeno da vida literário-artística, uma obra de ficção, e não algo pertencente à vida cotidiana, real. Fora desse âmbito, uma carta elaborada em uma situação real de comunicação é utilizada em um contexto específico e por conta de uma finalidade específica, atendendo às demandas comunicativas diárias dos indivíduos.

A partir desse raciocínio, é cabível considerar que cada gênero textual termina por atender a um propósito comunicativo, conforme salienta Swales (1990). Para esse pesquisador, o gênero é uma classe de eventos comunicativos, os quais envolvem sujeitos que

partilham dos mesmos propósitos comunicativos. Esses propósitos são conhecidos pelos membros da comunidade discursiva e passam a ser a razão que subjaz ao gênero, razão esta que promove o delineamento esquemático do discurso, exerce influência sobre o comportamento linguístico dos sujeitos e restringe as escolhas de natureza contedística e estilística. O propósito comunicativo termina por promover a estabilização e garantir o escopo do gênero textual, interligando-se, assim, a uma ação retórica (SWALES, 1990).

Tal ponto de vista nos leva a delinear o propósito comunicativo como o eixo estruturante do gênero do discurso, pois estabelece a sua estrutura e as escolhas linguísticas operadas pelo falante no processo de comunicação. Logo, os gêneros resultam de objetivos específicos determinados pelos falantes e apresentam, notadamente, uma intenção subjacente que pode ou não ser considerada geral, bem como comportam a existência de propósitos comunicativos que podem ser considerados destoantes dentro de uma aparente homogeneidade prototípica.

Ao pensarmos no gênero textual artigo de opinião, ao qual pertencem os textos elencados para análise em nossa pesquisa, pudemos delinear um propósito comunicativo prototípico para esse gênero, que seria apresentar uma avaliação de uma determinada questão considerada controversa através de uma produção textual marcadamente opinativa. No artigo de opinião, um dos pontos de maior centralidade é a opinião pessoal do locutor e o posicionamento que dela decorre. A interatividade desse gênero textual se concentra, pois, no desenvolvimento de um ponto de vista sustentado por argumentos que, comumente, são apresentados de forma acessível ao locutor (BOFF; KÖCHE; MARINELLO, 2009).

É perceptível que no gênero artigo de opinião, o locutor elaborará o seu texto tendo em vista, sobretudo, o objetivo de conquistar a adesão do interlocutor a uma determinada ideia, influenciando-o e transformando os seus valores por meio da argumentação a favor de um posicionamento específico, o que implica, também, o refutamento de possíveis argumentos contrários à tese que está sendo defendida. A partir desse fato, na perspectiva teórica de Bräkling (2000), são inegáveis a dialogicidade e a alteridade como elementos intrínsecos ao artigo de opinião, pois não há como produzir um texto sem que o locutor se coloque no lugar do seu interlocutor, realizando a antecipação de seus posicionamentos para poder, textualmente, refutá-los em um processo de negociação.

Para tanto, o artigo de opinião tende a ser estruturado, segundo Boff, Köche e Marinello (2009), de uma forma específica. Inicialmente, segundo as autoras, o locutor apresenta uma *situação-problema* em que o assunto a ser desenvolvido é apresentado como uma forma de guiar o leitor ao que será exposto ao longo do texto. Posteriormente, o locutor

propõe uma *discussão*, em que os argumentos são expostos e a sua opinião a respeito do assunto é apresentada, o que abrange a utilização de dados concretos e, tipicamente, o uso de sequências narrativas e explicativas. Por fim, há uma *solução-avaliação* em que pode ocorrer uma reafirmação da posição que é assumida pelo locutor ou, ainda, uma apreciação do assunto discutido no artigo.

É válido destacar que temos mencionado a predominância da sequência argumentativa como um dos fatores que nos levaram a analisar os processos referenciais de encapsulamento no gênero artigo de opinião devido ao fato de que a sequência argumentativa transcende a existência de um simples período argumentativo, ou seja, um número de proposições que são ligadas por conectores argumentativos. Há, nesse caso, a demonstração-justificação de uma tese e a refutação de uma tese ou dos argumentos de uma tese oposta (ADAM, 2011).

Sendo assim, a partir do propósito comunicativo do gênero artigo de opinião, o cuidado do locutor com a escolha e o desenvolvimento dos argumentos é essencial para o convencimento do interlocutor e a validade do seu posicionamento, visto que

uma argumentação eficaz é a que consegue aumentar essa intensidade de adesão, de forma que se desencadeie nos ouvintes a ação pretendida (ação positiva ou abstenção) ou, pelo menos, crie neles uma disposição para a ação [...] (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 50).

Desse modo, por ser um texto em que há a predominância da sequência argumentativa, o posicionamento do locutor costuma estar sempre em evidência não somente pela apresentação das informações que constituem os seus argumentos, mas também pelo emprego de processos referenciais que lhe permitirão estabilizar a coesão e a coerência do texto e, simultaneamente, darão forma a marcas específicas de sua subjetividade que se manifestam na superfície textual. O locutor tem a possibilidade de empregar, portanto, processos referenciais multifuncionais, os quais lhe permitem, por exemplo, realizar retomadas anafóricas, interligando as partes do texto, e apresentar a sua própria apreciação do assunto em discussão, o que ocorre, frequentemente, através do uso dos processos referenciais de encapsulamento.

4.2 O gênero artigo de opinião e os processos referenciais de encapsulamento

Nas décadas de 1980 e de 1990, muitas das pesquisas que se concentravam nos processos referenciais eram marcadas por uma tentativa de estabelecer relações entre formas

fixas de ocorrência dos processos de referenciação e uma série de funções discursivas. Por conta disso, Ciulla e Silva (2008) se propôs a estabelecer, por meio de seu estudo, uma série de critérios que conduzissem a uma perspectiva mais abrangente sobre os processos referenciais e que não se detivessem somente às funções, mas que considerassem a mutabilidade intrínseca aos processos de construção referencial, suportando constantes acréscimos e ajustes.

Para a autora, o processo de referenciação se completa no discurso, normalmente de forma improvisada, o que termina por excluir a postulação de formas fixas. Nesse sentido, “[..] não existe um comportamento dos processos referenciais restrito a determinados tipos e gêneros específicos de texto e discurso e muito menos a escolas literárias” (CIULLA E SILVA, 2008, p. 161). Entretanto, Ciulla e Silva reconhece que certos usos dos processos de referenciação e suas funções discursivas podem ser mais comuns a determinados gêneros e tipos textuais, o que, para nós, permite considerar a identificação de funções discursivas mais recorrentes em determinados gêneros textuais sem, porém, haver qualquer fixidez ou caráter prescritivo em se tratando dessas funções.

Dessa forma, Ciulla e Silva (2008) definiu uma série de funções discursivas para os processos referenciais de anáfora, introdução referencial e dêixis, as quais são apontadas como recorrentes no seu exemplário de contos, a saber: (i) organização de partes do texto; (ii) metadiscursividade; (iii) introduzir informações novas; (iv) promover um convite para uma busca/ativação na memória; (v) efeitos estético-estilísticos; (vi) marcar a heterogeneidade discursiva.

Especificamente, ao tratar dos processos referenciais de encapsulamento, a pesquisadora postula que esses processos de referenciação, até então restritos às anáforas, apresentariam as funções de (i) organização, (ii) metadiscursividade e (iii) desenvolvimento argumentativo. Nesse sentido, a função organizadora abrangeria a inauguração de um novo tópico discursivo e a antecipação de informações ou a manutenção de informações em suspenso, na medida em que a função seguinte, a da metadiscursividade, também englobaria a hipostasiação. Em se tratando da função de desenvolvimento argumentativo, esta equivaleria ao princípio de integração semântica, quanto à função avaliativa e a função de promover a hipostasiação (CONTE, [1996] 2003). Não concordamos, porém, com a distinção entre as funções (ii) e (iii), pois a metadiscursividade equivale ao delineamento do posicionamento do locutor e se relaciona, por isso, ao desenvolvimento argumentativo do texto (HYLAND, 2005), o que, ao nosso ver, exclui a necessidade de haver a discretização da função (iii).

As relações entre as funções discursivas dos processos referenciais e os gêneros textuais terminaram por não ser investigadas na pesquisa de Ciulla e Silva (2008), embora tenham sido sugeridas enquanto à delimitação de funções mais recorrentes em determinados gêneros textuais. Posteriormente, essas relações acabaram sendo retomadas na tese de Alves (2015), pesquisa em que o quadro de funções discursivas sugeridas por Ciulla e Silva (2008) é testado em um exemplário composto por textos pertencentes aos gêneros notícia, anúncio, artigo de opinião e piada.

Na concepção de Alves (2015, p. 93),

[...] as funções discursivas que os processos referenciais desempenham em determinado gênero são influenciadas pelas características do gênero. Por outro lado, as funções discursivas dos processos anafóricos podem fornecer características aos gêneros.

Essa ideia, apesar de também não ser aprofundada nessa tese, nos leva a considerar que entre os gêneros textuais e os processos referenciais possa existir uma relação de interinfluência. Ao considerarmos, por exemplo, o caráter opinativo/argumentativo do artigo de opinião, tendo em vista, também, o seu propósito comunicativo, pode-se verificar que há, nesses textos, um direcionamento do interlocutor aos dados que fundamentam a argumentação presente na produção textual, o que é feito, normalmente, na forma como o título do texto será elaborado, além de o locutor se valer de uma série de recursos linguísticos que garantem a conexão entre as diferentes partes e ideias do texto e a veiculação de seu ponto de vista acerca do assunto em pauta.

Em um de nossos estudos realizados a partir de um pequeno exemplário de textos (ESTEVEZ, 2015), sugerimos que os artigos de opinião costumam apresentar uma introdução referencial encapsuladora no título ou no parágrafo inicial do texto, o que configura uma estratégia metadiscursiva, como no exemplo (31). Pelo emprego da introdução referencial encapsuladora, a qual promove uma remissão para a frente, quase como uma catáfora, o locutor não apenas inicia a construção do seu posicionamento acerca de um determinado assunto na elaboração da *situação-problema*, como também induz o interlocutor, por meio de um “estranhamento”, a procurar confirmações acerca do que consta no título, o que será possível através da leitura do texto, quando a *discussão* e, posteriormente, a *situação-avaliação* são apresentadas.

Além disso, também observamos, com base em análises preliminares (ESTEVEZ; MACÊDO, 2015), que há uma grande ocorrência de anáforas encapsuladoras axiológicas nos artigos de opinião. A ocorrência dessas expressões referenciais se justifica tanto pela

predominância da sequência argumentativa²¹ e do caráter opinativo do artigo de opinião, o que permite ao locutor utilizar os sintagmas nominais encapsuladores como uma forma de imprimir o seu posicionamento e direcionar a interpretação do leitor sobre os dados apresentados no texto, uma notável exemplificação da função metadiscursiva, quanto pelo fato de os encapsulamentos promoverem a retomada anafórica de um referente difuso, garantindo a coesão textual. Também foi verificado nessa análise que no artigo de opinião há uma frequente ocorrência de retomadas anafóricas realizadas através dos pronomes demonstrativos neutros “isso” e “isto”, embora não tenhamos nos guiado por uma análise de cunho quantitativo.

Outro aspecto da pesquisa de Alves (2015) que deve ser ressaltado é o quadro de funções discursivas atribuídas pela autora às anáforas encapsuladoras presentes em seu *corpus*, pois tal quadro foi construído com base na análise de um número limitado de amostras, correspondente a cinco artigos de opinião, e desconsidera a existência de introduções referenciais encapsuladoras (SILVA, 2013; SOUSA; LIMA, 2015; ESTEVES, 2015). Nesse quadro, a autora aponta algumas funções das anáforas encapsuladoras no artigo de opinião, as quais foram discutidas por nós, quais sejam: (i) resumir uma ideia; (ii) ativar novos referentes; (iii) sintetizar uma ideia; (iv) enumerar referentes de forma prospectiva; (v) promover a progressão textual; (vi) ativar referentes, atribuindo-lhes valor.

Em nossa pesquisa, consideramos que a função de resumir uma ideia é um aspecto definicional dos processos referenciais de encapsulamento, sejam eles manifestados na forma de anáforas ou de introduções referenciais, assim como a função de sintetizar uma ideia, o que torna as funções (i) e (iii) similares e definicionais. A função de ativar novos referentes no cotexto, ao nosso ver, equivale, comumente, à homologação de um referente que vinha sendo construído de modo difuso. Já a enumeração prospectiva corresponde a uma das possibilidades da função organizadora dos encapsulamentos, enquanto a função de promover a progressão textual pressupõe a manutenção do tópico discursivo pela retomada anafórica e, ao mesmo tempo, a ligação entre o tema e o rema. A função de ativar novos referentes e a eles atribuir um valor, por fim, equivaleria à estabilização de um referente difuso e a sua valoração, o que implica um funcionamento típico de anáforas encapsuladoras axiológicas.

²¹ Para Sousa (2005), as anáforas correferenciais, de um modo geral, são mais abundantes em textos cuja sequência argumentativa é predominante.

5 METADISCURSO E PROCESSOS REFERENCIAIS DE ENCAPSULAMENTO

O propósito deste capítulo se centra na caracterização da metadiscursividade segundo Hyland (2005) e em uma associação entre essa proposta teórica e os processos referenciais de encapsulamento. Mediante esse objetivo, tecemos, com base em Pedro (2015), uma reflexão acerca da Axiologia, a teoria do valor, e a valoração, o que se deve ao caráter axiológico de tipos específicos de anáforas encapsuladoras que foram apontadas por Conte (1996 [2003]). Posteriormente, abordou-se a concepção de metadiscurso segundo Hyland (2005), o que permitiu um aprofundamento nas dimensões que subjazem as marcas de metadiscursividade presentes nos textos, em especial a dimensão interacional, na qual constam os marcadores de atitude.

Na última parte do capítulo, propusemos um aprofundamento no papel dos demonstrativos no encapsulamento de segmentos textuais, com destaque para as suas funções discursivas mais gerais e mais específicas, o que culminou em uma associação entre essas anáforas e a função argumentativa, que se revela não atrelada, necessariamente, à presença de um núcleo axiológico ou de modificadores em um sintagma nominal encapsulador.

5.1 Axiologia: um breve percurso

Os estudos que tratam dos processos referenciais de encapsulamento tratam, sobretudo, de sua importância para a construção da argumentatividade textual. Na superfície textual, seja na forma de anáforas encapsuladoras ou de introduções referenciais encapsuladoras, esses processos de referenciação se consolidam como recursos linguísticos multifuncionais que podem ser empregados por um locutor tanto para realizar a sumarização de porções textuais, quanto para, ao mesmo tempo, exprimir valor acerca de um conteúdo proposicional específico.

Diante dessa peculiaridade, Conte ([1996] 2003), em seu estudo sobre as anáforas encapsuladoras, defende que as anáforas encapsuladoras podem transcender o papel organizador e funcionar como uma poderosa forma de manipular o interlocutor. Segundo a autora, isso se deve ao fato de que quando “[...] o núcleo do sintagma nominal anafórico é um nome axiológico, o texto oferece uma avaliação dos fatos e eventos descritos” (p. 186). Apesar de já termos mencionado que esse posicionamento teórico deve ser reconsiderado, visto que a valoração pode recair não somente sobre o núcleo, mas também sobre os modificadores presentes no sintagma nominal encapsulador, acreditamos que o caráter

axiológico desses anafóricos carece de maiores detalhamentos.

Um maior aprofundamento na fala da pesquisa supracitada nos leva, especificamente, à Axiologia, palavra cujas origens, segundo Pedro (2015), remetem à língua grega, em uma junção entre a forma verbal *ἀξιοσ/α[χ]ιος* e o nome *αξία*, os quais significam “valor”, acrescidos da palavra *λόγος*, que significa “estudo” ou “trabalho”. A relevância de tratar da Axiologia, considerada a ciência do valor, se sustenta na ideia de que a própria valoração implica, necessariamente, algo que é intrínseco à natureza humana, pois valoramos e interpretamos o mundo a todo instante, em uma atividade subjetiva e relacional em que se atribui uma qualidade a um ou mais elementos do universo.

Por conta da subjetividade da valoração, a sua ocorrência, segundo Pedro (2015), depende da ocorrência simultânea de três fenômenos: (i) um interesse do sujeito pelo objeto; (ii) o objeto é de utilidade ou de interesse do sujeito; (iii) uma apreciação do objeto pelo sujeito. Assim, a união de tais fatores e a consolidação da valoração despontam como uma resposta aos interesses do homem em meio à sua relação com as coisas que o circundam. Tal fato nos leva ao raciocínio de que os valores respondem aos anseios e às necessidades de cada indivíduo e permitem que se chegue, inclusive, ao lugar de fala de cada um, o que é possibilitado pelas tomadas de posicionamento que realizamos a todo momento em nossa vida em sociedade.

5.2 Metadiscurso

Segundo Hyland (2005), o termo “metadiscurso” foi criado pelo linguista Zellig para nomear as marcas das tentativas do locutor de influenciar a forma como o interlocutor interpretará o seu texto. Conforme ressalta Hyland, esse conceito foi ampliado e desenvolvido, posteriormente, por pesquisadores como Williams (1981), Vande Kopple (1985), Crismore (1989), os quais compilaram uma série de evidências identificadas em textos, como o uso de conectivos e de diferentes formas de comentários, para investigar a fundo a construção textual e as marcas da metadiscursividade.

Basicamente, o metadiscurso corporifica a ideia de que a comunicação ultrapassa a troca de informações e envolve as personalidades, atitudes e pretensões dos que estão se comunicando. Essa forma de enxergar a linguagem é essencialmente interativa e considera, inclusive, o papel das diferenças entre os sujeitos que se expressam linguisticamente, o que é viabilizado, também, pelas possibilidades que o metadiscurso oferece. Por isso, pode-se falar que o metadiscurso pressupõe uma visão da linguagem como algo dinâmico, uma negociação,

o que fica claro no exemplo a seguir, trazido por Hyland (2005, p. 4, tradução nossa, grifos nossos):

(33) “Haverá uma bela vista de Penshurst Place conforme **você** atravessa o campo e a caminhada levará **você** diretamente ao muro de pedra que envolve o lugar. **Siga** pelo muro e após 200 metros **vá** para o adro da Igreja Batista de St. John. **Cruze** o adro – **vale muito a pena visitar a igreja caso você tenha tempo** – e **continue** até chegar à estrada [...]”²².

Ao lermos com atenção o exemplo dado pelo autor, podemos perceber que o uso das formas no imperativo, do pronome pessoal (você) e de um comentário avaliativo permite que o locutor se integre ao texto para que possa trazer a informação de forma mais clara e para que, ao mesmo tempo, engaje o interlocutor. Se essas marcas de metadiscursividade fossem removidas, o texto se tornaria menos pessoal e pouco envolvente, pois esses traços permitem que os locutores se posicionem e se alinhem com os seus interlocutores em um contexto específico (HYLAND, 2005).

Desse modo, o metadiscorso revela aspectos que se relacionam à forma como nós nos projetamos em nossos próprios discursos por assinalar o nosso posicionamento diante do conteúdo do qual estamos tratando e do público ao qual nos dirigimos. Isto posto, dentro do campo de estudos abrangido pelo metadiscorso, Hyland (2005) salienta a necessidade de haver uma maior consistência nas categorias de análise e na própria fundamentação teórica que sustenta essa abordagem, pois isso viabilizaria uma explicação detalhada de como se dá a estruturação dos discursos em meio a um dado grupo social. Essa necessidade levou o autor a fixar uma definição precisa do que significa o metadiscorso, considerado

[...] o termo que abrange as expressões autorreflexivas utilizadas para negociar significados interacionais em um texto, **auxiliando o locutor a expressar o seu ponto de vista e engajar** os seus interlocutores enquanto membros de uma comunidade em particular²³ (HYLAND, 2005, p. 37, tradução nossa, grifo nosso).

Uma das principais características do metadiscorso é a sua centração na dinâmica que envolve a relação entre as figuras do locutor e do interlocutor. Por isso, Hyland (2005) sugere que todas as manifestações do metadiscorso são, no fundo, interpessoais pois levam em conta o conhecimento do interlocutor, as suas experiências textuais e as suas necessidades de processamento, além de garantirem ao locutor uma série de recursos retóricos para

²² No texto fonte: “There is a fine prospect of Penshurst Place as you cross the field and the walk takes you directly to the stone wall surrounding it. Go along this wall and in 200 metres cross the stile into the churchyard of St John the Baptist church. Walk through the churchyard - the church is well worth visiting if you have time - and continue out to the [...]”.

²³ No texto fonte: “[...] is the cover term for the self-reflective expressions used to negotiate interactional meanings in a text, assisting the writer (or speaker) to express a viewpoint and engage with readers as members of a particular community.”

influenciar o seu auditório. Com base nisso, Hyland (2005) parte dos trabalhos de Thompson e Thelela (1995) para definir as duas principais dimensões que englobam o metadiscorso, a saber: *dimensão interativa e dimensão interacional*.

A dimensão interativa, também designada como textual, diz respeito à consciência do locutor em se tratando da participação do seu auditório e às formas pelas quais ele busca acomodar o conhecimento desses indivíduos, os seus interesses, as expectativas retóricas e as suas habilidades de processamento textual. Assim, o locutor buscará moldar e definir o seu texto para que a sua produção textual atenda às necessidades de seus interlocutores por meio de estratégias de organização textual.

Em oposição à dimensão interativa, a dimensão interacional ou interpessoal diz respeito ao modo como o locutor conduz a interação ao comentar a mensagem veiculada. O objetivo do locutor é tornar claro o seu ponto de vista e envolver o interlocutor em sua construção argumentativa por meio de uma “voz textual” (HYLAND, 2005) que corporifica julgamentos e o alinha aos seus interlocutores. Consequentemente, o metadiscorso se revela avaliativo e engajador ao antecipar e responder possíveis refutações e ao oferecer contrapontos a posicionamentos destoantes, o que revela o texto como uma coconstrução imbricada na relação entre o posicionamento do locutor e as tentativas de conquistar o engajamento do interlocutor.

Mediante a existência dessas duas dimensões principais, Hyland (2005) estabeleceu uma organização das formas de materialização das marcas de organização textual e de manifestação da “voz” do locutor em seu texto com base na análise de um *corpus* composto por artigos acadêmicos escritos em língua inglesa, o que pode ser observado na esquematização das ocorrências de marcas do metadiscorso dispostas no quadro a seguir:

Quadro 3: As dimensões do metadiscorso

Dimensão	Função	Exemplos
Interativa (textual)	Ajuda a guiar o locutor através do texto	Algumas formadas encontradas em textos
Marcadores de transição	Expressam relações que ocorrem entre as orações principais	Além disso/ Mas/ Assim/ E
Marcadores de enquadramento	Referem-se a atos discursivos, sequências ou estágios	Por fim/ Para concluir/ O meu propósito é
Marcadores endofóricos	Referem-se a informações presentes em outras partes do texto	Como pode ser notado acima/ Ver a figura/ Na seção 2

Evidenciadores	Referem-se a informações presentes em outros textos	De acordo com X/ Z afirma que
Códigos de glosa	Criam significados proposicionais	A saber/ <i>Exempli Gratia</i> / Tal como/ Em outras palavras
Interacional (interpessoal)	Envolve o leitor no texto	Algumas formas encontradas em textos
Modalizadores	Amenizadores de informações ou marcadores de não comprometimento com ela	Pode/ Talvez/ Possivelmente
Atenuadores	Enfatizam a certeza do autor ou encerram o diálogo	De fato/ Definitivamente/ Fica claro que
Marcadores de atitude	Expressam o posicionamento do autor frente a uma proposição	Infelizmente/ Eu concordo/ Surpreendentemente
Automenção	Explicita a referência ao autor	Eu / Nós / Meu / Mim / Nosso
Marcadores relacionais	Constroem, de forma explícita, uma relação com o leitor	Considere/ Note/ Você pode perceber que

Fonte: Hyland, 2005 (adaptado).

A partir do quadro em destaque, ressaltamos que o nosso interesse recai, especificamente, sobre a dimensão interacional e os marcadores de atitude, pois essa categoria engloba lexemas utilizados pelo locutor para expressar, linguisticamente, o seu posicionamento sobre um dado assunto em pauta e, por isso, tais lexemas são empregados como formas que exprimem uma valoração. Conforme ressalta Hyland (2005), isso se traduz no fato de que os marcadores de atitude indicam a afetividade do locutor diante de proposições ao exprimirem surpresa, concordância, importância, obrigação etc, o que pode ser feito, por exemplo, através do emprego de verbos atitudinais como “concordar” e “preferir”, de advérbios como “infelizmente” ou “esperançosamente” e de nomes como “apropriado”, “lógico” e “memorável”.

Apesar de não comungarmos com a ideia de que a valoração se concentra em expressões explícitas e pontuais, reconhecemos que elas ajudam a pontuar avaliações, direcionando pontos de vista. Por isso, buscamos identificar alguns marcadores de avaliatividade que consistissem em expressões referenciais ou que servissem de âncoras para processos de referenciação.

De um modo geral, é pertinente associar a categoria dos marcadores de atitude às formas linguísticas que, em um contexto específico, são empregadas como lexemas axiológicos, isto é, como formas de expressar uma valoração. Esse raciocínio é viabilizado

por uma das pesquisas mencionadas por Hyland (2005), na qual os linguistas Crismore e Farnsworth (1989) analisaram as marcas do metadiscorso no livro *A origem das espécies* (1859), publicado por Charles Darwin.

De acordo com esses autores, o *ethos* discursivo de Darwin, ou seja, a imagem que o enunciador projeta de si mesmo durante a enunciação (MAINGUENEAU, 1995), é construído a partir de uma série de recursos metadiscursivos, dentre os quais se encontram os marcadores de atitude, o que se reflete no uso recorrente de termos avaliativos como os lexemas “estranho”, “curiosamente” e “maravilhoso”. A utilização desses lexemas no texto permitiu que Darwin fixasse a sua atitude diante do assunto sobre o qual discorria e garantiu a possibilidade de reforçar o caráter persuasivo de seus argumentos, o que se deu tanto pelo fato de o locutor tentar engajar os seus interlocutores, quanto pelo fato de indicar, por meio de lexemas valorativos, como o conteúdo deveria ser interpretado por esses indivíduos.

O nosso principal argumento, com base nessas considerações, é que as anáforas encapsuladoras axiológicas, por serem avaliativas e apresentarem significado interpessoal, garantem ao locutor a possibilidade de engajar o interlocutor, direcionando a forma como deve ser interpretado o conteúdo proposicional disposto no texto, como no exemplo (16). Tal posicionamento, juntamente com a análise piloto de algumas amostras do *corpus* desta pesquisa (ESTEVEES, 2015; ESTEVEES; MACÊDO, 2016), nos leva a adotar como um de nossos pressupostos a ideia de que função avaliativa se associa, em meio às particularidades do artigo de opinião, a anáforas encapsuladoras axiológicas que, normalmente, nesse gênero textual, são formadas por um pronome anafórico acompanhado de um núcleo axiológico ou por modificadores que incidem sobre um nome-núcleo geral ou ilocucionário.

Não seria coerente, em se tratando da perspectiva teórica à qual esta pesquisa se filia, construirmos listas de lexemas potencialmente axiológicos ou circunscrever o caráter valorativo dessas anáforas apenas à ocorrência de sintagmas nominais encapsuladores. Esse posicionamento se respalda, principalmente, nas peculiaridades que envolvem o emprego dos pronomes “isso” e “isto” como anáforas encapsuladoras, em especial no que se refere ao uso dessas formas anafóricas em outros gêneros textuais, conforme discutiremos no item seguinte.

5.3 O caso do demonstrativo encapsulador

De acordo com o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa²⁴ (DPLP), as formas “isso” e “isto”, normalmente utilizadas como sinônimas em textos orais e escritos, correspondem a um pronome demonstrativo neutro que pode ser empregado como advérbio ou como interjeição. Quando empregados no texto, esses demonstrativos tendem a desempenhar um papel ainda mais abrangente, pois são formas recorrentes de sumarização de segmentos textuais.

Segundo Conte ([1996] 2003), a preferência pelo demonstrativo nas ocorrências de encapsulamentos se justifica pelo seu caráter intrinsecamente dêitico, o que permite a esse anafórico apresentar o objeto de discurso ao leitor, em um processo de focalização. Para a autora, o demonstrativo também pode ser considerado uma forma de instrução ao leitor, pois indica em que parte do cotexto está o referente encapsulado pela anáfora, como pode ser percebido no exemplo a seguir:

(34) Acabou-se o que era doce. Com o episódio “Start to finish”, chegou ao fim a metade da sexta temporada de “The walking dead” (na Fox). Agora só em 2016. Daqui para a frente tem spoiler. Quem acompanha a série ficou com a sensação de que este ano ela foi escrita por outros roteiristas. Digo **isso** sem qualificar, apenas como uma constatação (embora tenha gostado muito da temporada). O público prendeu a respiração até que o destino de Glenn (Steven Yeun) ficasse esclarecido. Houve mortos, mordidos e feridos, a luta pela sobrevivência continuou ardida. Porém, o enredo se deteve no que se passava nos corações e mentes e correu mais embalado pela angústia do que nunca. Os personagens empreenderam longas discussões sobre temas profundos. Fizeram **isso** sem serem interrompidos por zumbis. Foi muita d.r.. Houve até um episódio inteiro estrelado apenas por dois homens vivos e uma cabra. Entre um silêncio demorado e outro, eles conversaram sobre a vida e a morte, e outras questões igualmente empolgantes. Foi diferente. E muito bom. Porém, “Start to finish” decepcionou [...]. (Disponível em: <<http://goo.gl/hmCEgc>>. Acesso em 02 dez. 2015).

(Disponível em: <<http://goo.gl/hmCEgc>>. Acesso em 02 dez. 2015).

As marcações acima evidenciam duas ocorrências do pronome demonstrativo “isso”, que funciona como uma anáfora encapsuladora. A ausência de um lexema axiológico constituindo uma possível expressão referencial poderia nos levar a estipular uma gradação no que concerne ao grau argumentativo dessa anáfora encapsuladora nos textos do gênero artigo de opinião, isto é, haveria uma forma menos argumentativa do que a de uma anáfora associada a uma expressão referencial ou até uma expressão referencial sem a presença de um pronome anafórico.

Ademais, nota-se que em ambas as ocorrências grifadas acima, o “isso” é utilizado como uma forma de substituição a fim de que se evite a repetição da porção

²⁴ Este dicionário *online* pode ser acessado através do seguinte endereço eletrônico: <<https://www.priberam.pt/DLPO/Default.aspx>>. Acesso em: 02 dez. 2015.

cotextual anterior que foi posta em foco pela anáfora, o que tornaria o texto mais longo e repetitivo. Nos dois casos em que a anáfora encapsuladora foi identificada, percebe-se que há uma pontualidade no que concerne à porção do texto que foi sumarizada, embora se admita que uma anáfora encapsuladora possa resumir porções cotextuais de maior extensão e que comportam um referente mais difuso, como se pode notar no próximo exemplo:

(35)[...] Dizer, pois, que o sujeito se deslocou do pólo do eu ideal para o do ideal do eu é afirmar, ao mesmo tempo, que perdeu a certeza no que existe de absoluto e de universal nos seus enunciados. Com **isso**, pode caminhar no sentido de dar lugar para o outro na sua existência, reconhecendo o outro como tal e não como um simulacro de si mesmo. Apenas assim o amor do outro seria possível, no que esse implica de alteridade e de reconhecimento da diferença do outro. Porém, como já disse anteriormente, **isso tudo** implica a desfalicização do sujeito, a perda por ele dos seus atributos fálicos. (Disponível em: <<https://goo.gl/kyzFHD>>. Acesso em: 02 dez. 2015).

A primeira marcação do “isso” no exemplo acima assinala um pronome anafórico neutro com função encapsuladora. Ele retoma e substitui a porção cotextual antecedente, a qual é consideravelmente curta. A segunda ocorrência, entretanto, apresenta a expressão referencial “isso tudo”, a qual encapsula toda a porção cotextual antecedente e apresenta uma maior abrangência. O emprego dessa expressão continua a não apresentar um nome axiológico, uma vez que o lexema “tudo” é um pronome indefinido empregado, nesse contexto, como uma forma de auxiliar na focalização de todas as considerações realizadas ao longo do texto.

A partir dessas considerações, destacamos que o nosso ponto de vista é de que seria redutor considerar que os pronomes anafóricos são formas totalmente neutras e simples, pois deve-se levar em conta, sobretudo, o contexto de emprego dos lexemas como um fator-chave na instauração do seu valor linguístico. A própria plasticidade de funções discursivas dessas formas linguísticas revela a sua complexidade, que se estende ao ponto de levá-las a funcionar como uma forma avaliativa que pode ser usada para desqualificar um determinado referente, como na tirinha a seguir:

(36) Figura 1 – Tirinha



Fonte: Portal Ah Manolo! (Disponível em: <<http://goo.gl/xujjHc>>. Acesso em: 04 dez. 2015)

A reflexão teórica traçada até o momento nos permite expandir a abrangência da categoria dos marcadores de atitude, mencionados no Quadro 3 da subseção 5.2, pois esse grupo de elementos linguísticos engloba, na verdade, todos os lexemas que, em um contexto específico, apresentam significado interpessoal ao indicarem o posicionamento do locutor frente a uma proposição ou a um referente, e não se restringe à categoria dos nomes, pois, como pudemos constatar, mesmo os pronomes não acompanhados por lexemas valorativos podem apresentar uma gama de funções discursivas, o que inclui, em casos específicos, a função avaliativa.

6 METODOLOGIA E ANÁLISE DO *CORPUS*

O propósito deste capítulo consiste em descrever os procedimentos metodológicos adotados para a realização de nossa pesquisa e a análise do *corpus* coletado para a realização deste estudo. Para tanto, optamos por organizar os procedimentos metodológicos em subseções, que são a CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA – na qual classificamos a metodologia adotada, e MÉTODOS DE PROCEDIMENTO, que fragmentamos nos seguintes subitens: Delimitação do universo, em que realizamos uma descrição do nosso *corpus* e amostra; Categorias de análise, na qual definimos os critérios analíticos pelos quais optamos para examinar o *corpus*; Procedimentos de coleta, em que descrevemos a escolha do material coletado e o processo de organização do corpus e, por fim, Procedimentos de análise, em que caracterizamos os procedimentos adotados para aplicar o referencial teórico e realizar a testagem das hipóteses que definimos.

Após essa primeira etapa, direcionamo-nos à análise das amostradas que integram o *corpus* deste trabalho, a qual é norteadada pelos postulados teóricos advindos da Linguística Textual contemporânea que se alicerça, sobretudo, na proposta teórica da referenciação. Dentre as possibilidades ofertadas pela Linguística Textual, optamos por nos deter nas funções discursivas dos processos referenciais de encapsulamento no gênero artigo de opinião sem abranger uma abordagem socicognitivo-discursiva.

Isso significa, portanto, que nos voltamos para o funcionamento das diferentes formas de encapsulamento no que concerne ao estabelecimento da coesão e da coerência textual no gênero textual em questão. Isso foi realizado com base na análise inicial de todo o *corpus* e, posteriormente, na seleção de duas amostras que ilustrassem as diferentes funções discursivas desempenhadas pelos encapsulamentos, embora também tenhamos ponderado sobre os aspectos formais concernentes às anáforas encapsuladoras e introduções referenciais encapsuladoras identificadas, assim como também apresentamos discussões teóricas sobre o papel desses processos de referenciação na construção da argumentação do texto com base em Hyland (2005) e sobre as suas relações com o propósito comunicativo do gênero artigo de opinião.

6.1 Caracterização da pesquisa

Esta pesquisa se configura como hipotético-dedutiva por resultar da elaboração de um problema e de uma conjectura que foram testados a partir da observação e também da

experimentação (MARCONI; LAKATOS, 2001). As hipóteses adotadas nesta pesquisa foram elaboradas mediante a necessidade de haver uma caracterização dos processos referenciais de encapsulamento e de suas relações com o gênero textual artigo de opinião, o que se deu por meio da testagem qualitativa, através da inferência dedutiva, das ocorrências de anáforas e introduções referenciais encapsuladoras, além da descrição do funcionamento desses processos de referenciação no gênero ao qual pertencem os textos integrantes do *corpus*.

6.2 Métodos de procedimento

6.2.1 Delimitação do universo e amostra

As pesquisas em referenciação tendem a tratar dos processos referenciais no contexto de gêneros textuais específicos em que um dado fenômeno linguístico será analisado pelo autor. No caso de Silva (2013), por exemplo, o autor verificou a ocorrência de introduções referenciais nos gêneros nota jornalística, editorial, tirinha e charge.

Com relação ao nosso estudo, optamos por trabalhar com o gênero artigo de opinião, o que se deve ao fato de este gênero textual apresentar comumente o fenômeno que nos propomos a analisar, pois se trata de um gênero em que a sequência argumentativa tende a ser sobressaliente, o que demanda a utilização de uma série de recursos coesivos que auxiliem na construção da produção textual. Além desse fato, levamos em conta a grande popularidade e intensa circulação do artigo de opinião em páginas da internet, o que facilitou a coleta do material para a constituição do *corpus*.

Logo, nesse contexto, nos propomos a analisar um total de 40 (quarenta) artigos de opinião que versam, especificamente, sobre a programação da televisão brasileira – temática que gera debates acirrados entre os internautas brasileiros que se interessam por análises e novidades sobre o que é levado ao ar na televisão brasileira.

O processo de seleção dos textos para a análise foi realizado tendo em vista a relevância e a credibilidade das páginas da internet das quais foram retirados, bem como a ocorrência de duas temáticas que identificamos como mais recorrentes com base em nosso contato com os textos escolhidos para integrar o *corpus*, quais sejam: a análise do conteúdo levado ao ar pelas emissoras e a análise das estratégias de cunho artístico/comercial adotadas pelas redes televisivas, o que resultou em um total de 10 (dez) websites escolhidos em que há, especificamente, um espaço para a publicação de artigos de opinião escritos por jornalistas especializados.

Assim, de cada site selecionado foram retirados os 4 (quatro) artigos de opinião mais recentes, publicados a partir do início de nossa pesquisa, em 2015, tendo em conta as duas temáticas mais recorrentes que já foram apontadas, os quais foram organizados em um documento de *Microsoft Word* em que foram marcadas, em negrito, as ocorrências das anáforas encapsuladoras e de introduções referenciais encapsuladoras.

Os portais selecionados como fonte para a coleta do *corpus* são as seguintes páginas: (i) RD1 audiência (<http://rd1.ig.com.br/>); (ii) “Notícias da TV” (<http://noticiasdatv.uol.com.br/>); (iii) o *blog* do jornalista Maurício Stycer (<http://mauriciostycer.blogosfera.uol.com.br/>); (iv) o *blog* do jornalista Nilson Xavier (<http://nilsonxavier.blogosfera.uol.com.br/>); (v) o portal da jornalista Patrícia Kogut (<http://kogut.oglobo.globo.com/noticias-da-tv/critica/ultimas-noticias.html>); (vi) o *blog* do jornalista Fabio Maksymczuk (<http://fabiotv.zip.net/>); (vii) o *blog* do jornalista Jefferson Benício (<http://diversao.terra.com.br/tv/sala-de-tv/blog/>); (viii) o portal “Jovem Pan” (<http://blogjp.jovempan.uol.com.br/parabolica/category/opiniaao/>); (ix) o portal Natelinha (<http://natelinha.ne10.uol.com.br/colunas>); (x) *blog* da jornalista Keila Jimenez (<http://entretenimento.r7.com/blogs/keila-jimenez/>).

6.2.2 *Categorias de análise*

Nesta subseção, estipulamos as categorias de base para a análise dos processos referenciais de encapsulamento no *corpus* adotado neste estudo. Com relação às formas de ocorrência dos processos referenciais de encapsulamento no cotexto, as possibilidades identificadas a partir do levantamento bibliográfico são duas: por anáforas ou por introduções referenciais. Porém, não nos interessou simplesmente realizar meras distinções entre movimentos de prospecção, retrospectiva ou retrospicção, pois tanto anáforas quanto catáforas podem ser consideradas formas de retomada, embora o encapsulamento por catáfora só não seja uma retomada quando se trata de introdução referencial. O nosso interesse recai, pois, sobre as funções discursivas desses processos referenciais.

Devido às distinções e convergências teóricas traçadas ao longo de nossas discussões, sustentamos a ideia de que as funções discursivas dos processos referenciais terminam por convergir para duas macrofunções: metadiscursiva e organizadora. Não levaremos em conta, cabe mencionar, as funções de complexação e ativação de novos referentes enquanto propriedades das anáforas encapsuladoras sugeridas pelos autores que as definem como uma forma de retomada indireta, pois tratamos dessas anáforas como um caso

de correferencialidade.

A função organizadora abarca a organização da estrutura discursiva em si e parece ser típica das anáforas, enquanto a função metadiscursiva dirá respeito ao papel textual-discursivo dos encapsulamentos que permitem ao locutor expressar o seu ponto de vista sobre uma informação, inclusive através das recategorizações operadas pelas anáforas e por meio da introdução referencial encapsuladora, ou buscar efeitos de sentido que culminem na construção argumentativa do texto. Já a função de ativar novos referentes no cotexto será considerada como intrínseca aos encapsulamentos por introdução referencial. Isto posto, esquematizamos as formas de ocorrência dos processos referenciais de encapsulamento e as suas macrofunções no quadro a seguir:

Quadro 4: Proposta de macrofunções dos processos referenciais de encapsulamento

Processos referenciais de encapsulamento	
Formas de ocorrência no cotexto	Macrofunções
Anáforas encapsuladoras	Função metadiscursiva Função organizadora
Introdução referencial encapsuladora	Função metadiscursiva

Fonte: Elaboração própria

A elaboração do quadro em questão fez-se necessária para que, inicialmente, houvesse categorias mais consistentes para nortear a análise que realizaremos, visto que resultam de uma confluência teórica e garantem uma maior clareza tanto para testar as funções e descrições formais propostas nos trabalhos já resenhados e que foram compiladas no Quadro 2, na subseção 3.6, quanto para propor outras possíveis funções discursivas para os processos referenciais de encapsulamento no gênero artigo de opinião.

6.2.3 Procedimentos de coleta

O procedimento de coleta dos textos que integram o nosso *corpus* se deu em três etapas. A primeira etapa implicou uma leitura prévia dos artigos de opinião publicados nos portais selecionados, o que possibilitou que chegássemos a duas temáticas mais recorrentes nesses textos, que são a análise do conteúdo levado ao ar pelas emissoras e a análise das estratégias de cunho artístico/comercial adotadas pelas redes televisivas. Com base nessas duas categorias, selecionamos, entre os anos de 2015 e 2016, quatro artigos de opinião publicados em cada um dos 10 (dez) sites que mencionamos, totalizando 40 (quarenta) artigos de opinião enumerados e separados pelos dois grupos temáticos que destacamos.

6.2.4 Procedimentos de análise

O procedimento inicial realizado neste trabalho correspondeu a um levantamento teórico dos autores que já trataram dos processos referenciais de encapsulamento e às pesquisas mais recentes sobre esse assunto, o que nos trouxe aos trabalhos de Francis ([1994] 2003), Conte ([1996] 2003), Apothéloz e Chanet ([1997] 2003), Silva (2013) e Sousa e Lima (2015).

Alicerçados nesse construto teórico, pudemos refletir sobre os critérios formais e funcionais que norteiam a definição e a análise do fenômeno do encapsulamento no texto. Após essa etapa, procedemos à escolha do gênero artigo de opinião para investigar a ocorrência dos encapsuladores e estipulamos um número de amostras que satisfizesse ao nosso intento de estipular funções discursivas para os processos referenciais de encapsulamento no gênero artigo de opinião.

O procedimento subsequente correspondeu à identificação, em cada texto coletado, de todas as ocorrências de anáforas encapsuladoras e de introduções referenciais encapsuladoras, todas marcadas em negrito, respeitando as categorias de análise estipuladas, o que nos levou a retomar várias vezes cada uma das 40 (quarenta) produções textuais escolhidas para a análise.

Após esse procedimento, verificamos o papel de cada encapsulamento dentro do texto norteados pelas formas de manifestação no cotexto e pelas macrofunções às quais chegamos após a revisão teórica elaborada ao longo desta pesquisa, o que permitiu verificar e testar as funções discursivas dos encapsuladores propostas por cada teórico resenhado, observar as formas de manifestação formal desses processos referenciais e sugerir um conjunto de funções discursivas para os processos referenciais de encapsulamento no gênero artigo de opinião e, em consonância Bakhtin ([1979] 1997), Ciulla e Silva (2008) e Alves (2015), refletir sobre as relações entre o propósito comunicativo desse gênero textual e os processos referenciais em pauta.

Por fim, o último passo de nossa pesquisa contemplou investigar as relações entre as anáforas encapsuladoras com função axiológica (CONTE, [1996] 2003) identificadas no nosso *corpus* e o seu funcionamento no cotexto, o que nos levou a estabelecer uma interface entre a Linguística Textual e o metadiscurso na forma como é concebido por Hyland (2005) para que pudéssemos relacionar os tipos de encapsulamento avaliativos às marcas de posicionamento identificadas em anáforas e em introduções referenciais encapsuladoras.

6.3 Análise dos dados

Após estabelecermos os procedimentos metodológicos de nossa pesquisa, optamos por fragmentar a análise dos dados em duas categorias principais: a categoria da macrofunção metadiscursiva e a categoria da macrofunção organizadora, sendo que ambas comportam funções discursivas específicas desempenhadas pelos processos referenciais de encapsulamento no *corpus*. É pertinente salientar que todos os processos referenciais terminam por contribuir para a construção da argumentação, mas que há funções discursivas que, de forma mais saliente, ora se direcionam para a organização textual, ora se direcionam para a fixação do posicionamento do locutor e a construção da argumentação no texto. Não obstante, salientamos que as funções discursivas dos encapsulamentos, tanto as que são englobadas pela categoria da macrofunção metadiscursiva quanto as que são abrangidas pela categoria da macrofunção organizadora, não são mutuamente excludente, mas que, por uma maior clareza em se tratando da compreensão do fenômeno do encapsulamento, tornou-se necessário investigar as funções discursivas -separadamente.

6.3.1 Macrofunção metadiscursiva

O percurso teórico que realizamos ao longo deste estudo implicou o levantamento das principais concepções acerca do fenômeno do encapsulamento de acordo com uma série de importantes pesquisadores cujos estudos se voltaram para essa temática. Com base nessas pesquisas e em Hyland (2005), pudemos concluir, a partir da análise do *corpus*, que há um grupo de funções discursivas que apresentam um traço em comum: assinalar o posicionamento do locutor frente a uma proposição e, conseqüentemente, estabelecer uma valoração. A partir dessa constatação, optamos por discorrer sobre cada uma dessas funções desempenhadas pelas anáforas encapsuladoras identificadas em nosso *corpus* e ponderar tanto sobre o seu funcionamento, quanto sobre os traços formais que puderem ser verificados nesses encapsuladores.

6.3.1.1 Função avaliativa

A função avaliativa se relaciona diretamente com o caráter axiológico das anáforas encapsuladoras, isto é, envolve a ocorrência de um ou mais lexemas avaliativos compondo o núcleo do encapsulamento e/ou modificando-o. Conforme correspondem a um

importante recurso coesivo que pode ser empregado, também, para direcionar a interpretação do conteúdo proposicional pelo interlocutor a partir do desenvolvimento do posicionamento do locutor, é válido considerar que essas anáforas são compostas, no contexto de nosso *corpus*, por lexemas que correspondem aos marcadores de atitude (HYLAND, 2005), como no exemplo a seguir:

(37) Patricinha de época, Branca foi a maior diversão de “Liberdade, Liberdade”

A única personagem de “Liberdade, Liberdade” que fez o público rir morreu no capítulo desta segunda-feira (25) provando, literalmente, do próprio veneno. Mario Teixeira, o autor da trama, fez justiça à criatura. Até na morte trágica ela foi engraçada. Adeus, Branca.

Num desfecho engenhoso, a estabanada “patricinha de época” se confundiu e caiu fulminada no salão de festas ao tomar a taça champanhe “batizada” que havia destinado à rival Rosa (Andréia Horta). [...]

(Disponível em: <<https://goo.gl/HIy2Np>>. Acesso em 09 set. 2016)

No início do segundo parágrafo desse artigo de opinião há a anáfora encapsuladora axiológica “um desfecho engenhoso”. Essa anáfora realiza o movimento de prospecção ao condensar e avaliar um referente apresentado na porção textual posterior, dado que é composta por um nome-núcleo genérico acompanhado de um modificador, o adjetivo “engenhoso”, além de ser introduzida por um indefinido, cuja presença em encapsulamentos tende a ser associada à introdução de informações novas no texto (ALVES JUNIOR, 2011). Nesse caso, o caráter axiológico da anáfora se deve à presença do marcador de atitude “engenhoso”, que incide sobre o lexema “desfecho”, um nome geral, e oferece, nesse contexto, uma avaliação dos fatos apresentados pelo locutor.

O estudo do *corpus* também nos permitiu identificar uma característica importante das anáforas encapsuladoras avaliativas que realizam o movimento de prospecção: quando a anáfora encapsuladora é utilizada pelo locutor como uma forma não apenas de avaliar o conteúdo sumarizado, mas também de antecipar ao interlocutor alguma característica ou apreciação acerca do segmento textual condensado, tem-se uma anáfora avaliativa com caráter preditivo, o que ocorre tanto na anáfora identificada em (37), como também no anafórico que foi destacado no exemplo a seguir:

(38) Hoje, Globo Repórter só repercute se Glória Maria escorrega ou fuma maconha. Nascido em 1973, o “Globo Repórter” foi ao ar originalmente com o objetivo de exibir “documentários brasileiros sobre o Brasil”. Sua equipe, nos primórdios, contava com os cineastas Walter Lima Jr., Eduardo Coutinho, João Batista de Andrade, Maurice Capovilla e Hermano Penna.

Na década de 80, o programa sofreu **uma mudança importante**, mas não perdeu a qualidade. Em lugar do modelo de documentário (sem repórter), o “Globo Repórter” apostou na grande reportagem com jornalistas do primeiro time aparecendo diante das câmeras [...].

(Disponível em: <<https://goo.gl/ggL5gW>>. Acesso em: 09 set. 2016)

O segundo parágrafo desse texto contém a anáfora encapsuladora axiológica “uma mudança importante”, a qual opera de forma prospectiva e é introduzida por um indefinido. O caráter avaliativo desse sintagma nominal encapsulador recai sobre o modificador “importante”, um adjetivo que, no caso em destaque, oferece uma avaliação dos fatos ao acrescentar um valor ao lexema “mudança”, um nome-núcleo genérico.

Além disso, frisamos que o anafórico identificado em (38) também apresenta caráter preditivo por antecipar ao interlocutor as informações que serão apresentadas posteriormente, informando o caráter significativo da mudança ocorrida no programa “Globo Repórter”.

Outro ponto que merece ser destacado é que houve uma grande ocorrência de anáforas encapsuladoras avaliativas nos textos que integram o *corpus* deste estudo. Essa recorrência alta se revela como algo esperado, uma vez que esses textos apresentam sequência argumentativa dominante, na qual o locutor constrói um conjunto de argumentos para defender uma tese central, recorrendo, para isso, ao emprego de formas e de comentários avaliativos como um modo de se posicionar e conquistar a adesão do interlocutor. Por isso, também percebemos uma relação de interinfluência entre os encapsulamentos e o artigo de opinião, pois tanto as introduções quanto as anáforas encapsuladoras funcionam como um importante recurso coesivo para organizar as partes do cotexto, ao mesmo tempo que podem expressar uma alta carga avaliativa.

Assim, é possível considerar que com a ocorrência de anáforas encapsuladoras avaliativas, haverá:

- ✓ A fixação do posicionamento do locutor acerca do conteúdo posto em discussão, o que se dá pelo emprego de um ou mais marcadores de atitude (HYLAND, 2005) no sintagma nominal encapsulador;
- ✓ O direcionamento de como o referente deve ser interpretado pelo interlocutor, o que envolve a busca pelo seu engajamento e, conseqüentemente, sua adesão à tese defendida pelo locutor;
- ✓ A antecipação de informações ao interlocutor.

Além do exposto, é importante salientar que no *corpus* não foram encontradas ocorrências de anáforas encapsuladoras com função avaliativa na forma do pronome demonstrativo “isso” ou “isto”. Embora essa anáfora seja considerada “neutra” por Consten, Knees e Schwarz-Friesel (2007) e não tenha figurado em nosso *corpus*, consideramos que o

seu valor é essencialmente contextual e que, por isso, a sua significação não é aprioristicamente fixada, como foi exposto no exemplo (36). Acreditamos, assim, que a ausência desse tipo de anáfora encapsuladora no *corpus* coletado se relaciona a propriedades específicas do gênero textual selecionado, sobretudo ao tom formal adotado pela maioria dos locutores.

6.3.1.2 *Função de introduzir e encapsular referentes*

Os estudos mais recentes em referenciação levaram pesquisadores como Silva (2013), Sousa e Lima (2015), Esteves (2015) e Esteves e Macêdo (2016) a identificarem e se aprofundarem nas funções textual-discursivas da introdução referencial encapsuladora. Esse tipo de encapsulamento se aproxima das anáforas encapsuladoras que realizam o movimento de prospecção, as quais são tratadas por Francis ([1994] 2003) como rótulos prospectivos, o que se deve ao fato de introduzirem um novo objeto de discurso na superfície textual e, simultaneamente, encapsularem, de forma prospectiva, informações que o homologarão, como pode ser visto em (39):

(39) ‘Velho Chico’: grande momento com **choque entre os irmãos**

Aos que gostam de dizer que “Velho Chico” é arrastada, recomendo assistir ao capítulo de anteontem. Foi quando Santo (Domingos Montagner) recebeu Miguel (Gabriel Leone) na mesa, com a família, pela primeira vez. A presença do rapaz deixou Bento (Iranthir Santos) indignado. Ele acreditava estar fazendo uma refeição íntima com o mais fígadal inimigo de sua família. Foram várias sequências e chaves de emoção acionadas até que tudo se esclarecesse.

(Disponível em: <<https://goo.gl/X3GbsK>>. Acesso em: 04 set. 2016)

O artigo de opinião em questão trata do conflito momentâneo entre dois personagens centrais da novela “Velho Chico” e apresenta uma introdução referencial encapsuladora em seu título, o substantivo “choque”, em “choque entre os irmãos”. Ao empregar essa introdução referencial encapsuladora, o locutor se posiciona frente ao conteúdo encapsulado, avaliando-o como um “choque”, bem como induz o interlocutor a buscar informações que confirmem a ideia de embate entre os dois personagens irmãos, além de realizar o encapsulamento de informações que irão orientar a cadeia referencial do texto. O mesmo ocorre no exemplo seguinte, em que a introdução referencial encapsuladora novamente se encontra presente no título do artigo de opinião:

(40) ‘Escrava mãe’ e **a força das novelas**

Não faltam vozes para dizer que a telenovela é um gênero em decadência. Os que defendem essa tese alegam que o espectador já não se contenta com tramas que têm desfechos previsíveis, são maniqueístas etc. Mas será? Os números da faixa das 19h na TV aberta atualmente provam o

contrário. Tanto a Globo, com “Haja coração”, quanto a Record, com “Escrava Mãe”, vêm conquistando índices altos. Em outras palavras, há um público numeroso interessado em folhetins. E esse é um argumento matemático

(Disponível em: < <https://goo.gl/pEhNqb>>. Acesso em: 04 set. 2016)

Em (40), o substantivo feminino “força” é introduzido no cotexto ao mesmo tempo em que encapsula as informações apresentadas posteriormente, as quais o validam. Convém frisar que o emprego de introduções referenciais encapsuladoras em artigos de opinião se revela estratégico, pois esse processo referencial de encapsulamento é um recurso inegavelmente multifuncional que termina por induzir o interlocutor a percorrer todo o texto em busca de informações que homologuem o referente introduzido, daí a sua predileção pelo título do artigo de opinião ou, em alguns casos, pelo primeiro parágrafo da produção textual (ESTEVEVES, 2015). Sendo assim, constata-se que a introdução referencial encapsuladora:

- ✓ Marca o posicionamento do locutor frente ao conteúdo encapsulado;
- ✓ Por ser prospectiva, induz o interlocutor a percorrer o texto em busca de informações que validem o referente-gatilho;
- ✓ Orienta a cadeia referencial do texto;

As ocorrências de introduções referenciais encapsuladoras identificadas no *corpus* deste estudo nos levam a toma-las como típicas de textos em que há uma predominância da sequência argumentativa, embora não se restrinjam a produções textuais dessa espécie. No caso do gênero artigo de opinião, reforça-se que essas formas de encapsulamento ocorrem de forma frequente, sobretudo no que concerne à ocorrência de títulos nessas produções textuais. Isso se deve a uma dupla função comum a essas formas de encapsulamento: na mesma medida em que realiza um movimento de prospecção, é um elemento linguístico que concede ao leitor a possibilidade de, simultaneamente, nomear o seu texto.

6.3.1.3 Função de hipostasiar unidades pragmático-discursivas

A função de hipostasiar unidades pragmático-discursivas foi mencionada por Conte ([1996] 2003) como uma forma de o locutor atribuir uma força ilocucionária ao segmento textual encapsulado, como ocorre a seguir:

(41) [...] A Rai2 exibiu o piloto de “How to get away with murder” e simplesmente suprimiu a sequência de sexo de Connor (Jack Falahee) e Oliver (Conrad Riamora). O público percebeu e a grita foi imediata. A emissora foi acusada de homofobia. As redes sociais ferveram. Criador da série, Peter Nowalk se declarou “chocado e desapontado” e publicou o trecho do episódio em seu

perfil no Twitter (@petenowalk) com **a frase**: “Telespectadores italianos, eis a cena a que queríamos que vocês tivessem assistido”. Foi, sobretudo, meio ridículo: o programa já tinha ido ao ar sem cortes na Sky Italia.

Shonda Rhimes, a produtora executiva do programa, engrossou o coro dos descontentes com **a pergunta exata**: “Será que o público da Itália não está pronto para encarar a vida real?”. Aqui no Brasil, pelo visto, as plateias estão amadurecendo. Tomara.

(Disponível em: <<https://goo.gl/QK13jk>>. Acesso em: 03 set. 2016).

A hipostasiação de unidades pragmático-discursivas se dá em dois momentos no texto (41): primeiramente, com o sintagma nominal “a frase”, em que o definido acompanha um nome ilocucionário que, na terminologia de Francis ([1994] 2003), equivale a um nome de texto. Posteriormente, através da anáfora encapsuladora avaliativa “a pergunta exata”, no segundo parágrafo, em que o modificador “exata” adiciona uma valoração ao nome de texto “pergunta”, o qual também é introduzido por um definido que, nas duas ocorrências, especifica o substantivo que acompanha as anáforas. Ambos os casos de hipostasiação ocorrem de forma prospectiva, isto é, há uma remissão para a frente e o anafórico termina por antecipar ao leitor o tipo de conteúdo que virá a seguir (uma frase, uma pergunta) ao encapsular a fala de outro sujeito que foi trazida para o texto pelo locutor.

Os casos de hipostasiação destacados em (41) antecedem ocorrências pontuais de polifonia e tornam saliente para o interlocutor a natureza dos trechos trazidos para o texto, os quais equivalem às falas de outros indivíduos, o que, nos casos em questão, reforça o caráter crítico do locutor do texto acerca do conservadorismo que ainda influencia aquilo que é levado ou não ao ar pelas emissoras de TV de todo o mundo. No caso do exemplo a seguir, também ocorre uma hipostasiação:

(42) Inspirado, Falabella fez o público rir da melancolia com “Pé na Cova”

Miguel Falabella encerra mais um excelente trabalho. “Pé na Cova” (que terminou nesta quinta, 07/04) pode ser considerado o seu melhor na televisão. Uma comédia melancólica repleta de referências pops e eruditas, ainda que usadas com deboche – “*Quem disse isso? Cheics-Pír?*” [...]

Pesa sobre esse episódio a derradeira participação de Marília Pêra na televisão. “*A gente nunca sabe quando vai poder ver as coisas outra vez*”, foi **a última fala da atriz**. Mesmo combatida, a diva nunca deixou de fazer sua Darlene brilhar, nas tiradas espirituosas (e até sábias) e no olhar atento sobre a vida – mesmo quando acompanhados de um trago de gim. O adeus foi embalado pela canção pop-romântica “*Goodbye*”, gravada pela dupla Air Supply. *There’s nothing left to say* [...]

(Disponível em: <<https://goo.gl/N4M6R4>>. Acesso em: 09 set. 2016)

Em (42) há uma hipostasiação na anáfora encapsuladora axiológica “a última fala da atriz”. Esse anafórico, como em (41), é acompanhado por um definido que o especifica e, assim, essa anáfora tem a sua valoração centrada na presença do adjetivo “última”, além de realizar a remissão para trás e ser, por isso, retrospectiva. Também aqui essa anáfora encapsuladora se liga a uma ocorrência de polifonia ao informar ao interlocutor que a frase antecedente encapsulada foi a derradeira fala da atriz Marília Pêra no seriado “Pé na Cova”.

Não obstante, percebe-se que o exemplo marcado em (42) não apresenta caráter preditivo, o que nos leva a associar essa característica às anáforas encapsuladoras prospectivas avaliativas.

Logo, ressalta-se que ao hipostasiar unidades pragmático-discursivas, as anáforas encapsuladoras:

- ✓ Permitem ao locutor atribuir uma força ilocucionária ao segmento textual encapsulado e, ao fazê-lo, distanciam o produtor do texto da fala de *outrem* que foi trazida para o texto;
- ✓ Quando prospectivas, antecipam ao leitor o tipo de conteúdo textual que será apresentado na sequência.

Curiosamente, apesar do caráter argumentativo do artigo de opinião, não foram encontradas em nosso *corpus* as ocorrências de anáforas encapsuladoras em que a hipóstase permite atribuir uma função argumentativa como “conclusão” ou “argumento” (CONTE, [1996] 2003), o que reforçaria, segundo Conte, uma estratégia argumentativa do locutor.

6.3.2 Macrofunção organizadora

O levantamento teórico realizado nesta pesquisa revelou que esses processos operam tanto a serviço da construção da argumentatividade textual, quanto na organização da tessitura textual em si. Por conta disso, foi possível conceber uma segunda categoria maior que abarca o papel organizador das anáforas encapsuladoras, a macrofunção organizadora, que engloba as diferentes funções discursivas responsáveis pela organização e estruturação do texto. Essas funções foram discretizadas e ilustradas com base em dois exemplos retirados do *corpus*, de modo que os aspectos formais dos encapsulamentos também foram levados em conta na discussão desenvolvida nesta subseção.

6.3.2.1 Função de glosa

A análise do *corpus* revelou que, por vezes, o locutor tende a empregar as anáforas encapsuladoras como uma forma de esclarecer ou explicar a natureza de um referente encapsulado, o que nos permitiu identificar a ocorrência da função de glosa, como pode ser visualizado no exemplo a seguir:

(43) Fabio Porchat faz ótima estreia na madrugada da Record

Havia uma dose de sabedoria no que disse a mãe de Fabio Porchat anteontem, ao fim do programa dele na Record. Perguntada como avaliava o que viu, ela repetia que o filho “tinha ido muito bem”. Foi mesmo uma ótima estreia. Simpático, afiado, rápido e movido por um necessário (e publicamente admitido) nervosismo, Porchat levou a noite com o pé nas costas. A competência demonstrada por ele é meio caminho andado no caso dos talk-shows. Nas conversas jornalísticas tradicionais, o entrevistado é a estrela. Já **nesse tipo de formato**, o êxito depende pari passu do brilho do entrevistador e de seu convidado [...].

(Disponível em: <<https://goo.gl/gUOtrO>>. Acesso em: 09 set. 2016).

No artigo de opinião em destaque, a anáfora encapsuladora “esse tipo de formato” apresenta caráter definicional, pois esclarece para o interlocutor que o *talk-show* é um tipo de formato de programa televisivo. Essa anáfora é introduzida por um pronome adjetivo demonstrativo, “esse”, que aponta retrospectivamente para a informação antecedente encapsulada, focalizando-a, e apresenta em sua constituição o nome-núcleo genérico “formato”.

Vejamos outra ocorrência da função de glosa no próximo exemplo:

(44) Cena de sexo entre homens vai ao ar esta noite na Globo

O esperado encontro íntimo entre André (Caio Blat) e Tolentino (Ricardo Pereira) está previsto para esta noite em “Liberdade, liberdade”. O texto de Mário Teixeira promete: “André abraça Tolentino. Que corresponde. (...) André aproxima o rosto para um beijo. Tolentino vira o rosto, recusando a princípio, atormentado, mas por fim não resiste. É um beijo represado, afoito, desesperado, angustiado. Tira a camisa. André engole em seco. Tolentino o empurra para a cama. André cai sentado. Começam a transar”. Mesmo que **a sequência** não seja explícita, ela tem uma importância histórica. Esta será a primeira vez que dois homens aparecerão numa emissora aberta brasileira transando [...].

(Disponível em: <<https://goo.gl/QK13jk>>. Acesso em: 03 set. 2016).

Nesse exemplo, a anáfora encapsuladora “a sequência” encapsula retrospectivamente a porção textual anterior e a substancia através do emprego de um nome geral, o lexema “sequência”, explicando o referente como um conjunto de cenas de uma produção televisiva. Nota-se, além disso, que essa anáfora encapsuladora é introduzida por um artigo definido, o que contribui para a especificação e focalização do referente, comumente de significação genérica, e que já foi previamente introduzido no cotexto. Por isso, o artigo definido poderia ser substituído, por exemplo, por um pronome adjetivo demonstrativo nos casos de retrospectão sem prejuízo na significação, como já foi sugerido por Apothéloz e Chanet ([1997] 2003).

6.3.2.2 Função enumerativa

O papel organizador das anáforas encapsuladoras também se manifesta através da função enumerativa, a qual ocorre quando o sintagma nominal encapsulador apresenta, em

sua constituição, um numeral comumente acompanhado por um nome-núcleo genérico, ao qual podem ser acrescentados modificadores. Esse caráter organizador pode ser observado no exemplo seguinte:

(45) *Finais imprevistos, ambíguos e inconclusos reforçam o valor de “Justiça”*

[...] Manuela Dias, a autora de “Justiça”, merece crédito por encerrar a sua série de forma menos convencional, com finais imprevistos, situações ambíguas e histórias inconclusas. **Os quatro episódios** tiveram desfechos que fugiram do óbvio.

O primeiro episódio termina com Regina (Camila Márdila) praticando tiro. O que significa? É uma sugestão que ela pretende matar Elisa (Debora Bloch), a quem responsabiliza pela morte do marido, Vicente (Jesuíta Barbosa). Vai conseguir? Nunca saberemos.

O segundo episódio tem um final feliz tradicional, quando Fatima (Adriana Esteves) é pedida em casamento por Firmino (Júlio Andrade) ao som de “Amor Perfeito”. Mas o que aconteceu com sua filha? Mayara (Julia Dalavia) continuou na prostituição. “Sou de câncer com ascendente em Beyoncé. Nasci para brilhar”, disse ela durante um programa com um gringo [...].

O terceiro episódio também deixa algumas pontas em aberto. Débora (Luisa Arraes) finalmente conseguiu capturar e matar Osvaldo (Pedro Wagner), o homem que a estuprou, mas termina vagando por uma estrada. O que será que vai acontecer com ela? Reencontrará o marido? Vai conseguir adotar uma criança? Nunca saberemos. [...]

O quarto episódio, igualmente, fugiu do convencional. Vania (Drica Moraes), responsável por arruinar o vilão, Antenor (Antonio Calloni), teve morte trágica. Já Mauricio (Cauã Reymond), que arquitetou o plano de vingança contra Antenor, termina sem saber o que fazer e, numa boa sacada, encontra a igualmente perdida Debora na estrada. [...]

(Disponível em: <<https://goo.gl/Rv4d1I>>. Acesso em: 09 set. 2016)

O primeiro parágrafo do exemplo (45) contém a anáfora encapsuladora “os quatro episódios”, introduzida por um definido que a especifica e que realiza um movimento de prospecção. Essa anáfora apresenta a função enumerativa, por isso organizadora, ao aglutinar os estágios do argumento e enumerar os referentes, além de realizar uma sumarização mais abrangente que as demais anáforas encontradas no texto, pois encapsula todos os parágrafos posteriores por meio de uma sumarização generalizadora (CAVALCANTE; BRITO, 2013).

No próximo parágrafo há outra anáfora encapsuladora prospectiva, o encapsulamento “o primeiro episódio”, que apresenta a mesma estrutura sintática e a mesma função enumerativa que a anáfora encapsuladora apontada no parágrafo anterior, dado que inicia o ordenamento do conteúdo disposto na progressão textual e informa ao interlocutor que o segmento textual encapsulado caracteriza o episódio inicial do seriado em destaque no texto. Verifica-se, além disso, que o emprego do numeral “primeiro” sugere ao interlocutor a possibilidade de os demais episódios serem abordados pelo locutor, o que se confirma no desenvolvimento do texto.

No terceiro parágrafo, por sua vez, outra anáfora encapsuladora realiza o movimento de prospecção com função enumerativa, a expressão “o segundo episódio”, o que também se aplica às demais ocorrências verificadas no início dos dois últimos parágrafos do texto.

Nota-se, com base nesta análise, que o emprego de anáforas encapsuladoras com função enumerativa se revela uma forma eficiente de organizar e estruturar as partes do texto, tornando a sua leitura mais fluida para o interlocutor. No caso do artigo de opinião abordado, a enumeração dos episódios permitiu ao locutor realizar uma clara análise sequencial de cada capítulo, de modo que foram apontados, objetivamente, os elementos que romperam com os típicos clichês que envolvem os desfechos dos folhetins, o que auxilia o desenvolvimento argumentativo do texto.

A seguir, outro exemplo ilustra a ocorrência da função enumerativa:

(46) Quem se destacou e quem ficou devendo no elenco de “Êta Mundo Bom”

Confesso que, no início de “Êta Mundo Bom”, estranhei muito a interpretação de alguns atores. Passados sete meses, faltando duas semanas para o término da novela, revejo minhas críticas iniciais a Flávia Alessandra, Tarcísio Filho, Priscila Fantin e Rainer Cadete e os parabens pelo trabalho na novela. Fui ludibriado pelo texto rebuscado de Walcyr Carrasco [...].

O autor optou por **dois tipos de interpretação**. Os caipiras que falam errado (a maioria no núcleo da fazenda) – com o preciosismo de cada personagem ter sua forma própria de falar, com uma prosódia diferente, por exemplo. E os personagens, digamos, da cidade, que falam um português corretíssimo – com o uso farto do verbo “haver” (“Eu hei de conseguir”) e o verbo no infinitivo em substituição ao gerúndio (“O que está a fazer?” “Estou a ler!”)[...].

No segundo parágrafo do texto há a anáfora encapsuladora prospectiva “dois tipos de interpretação”, que também apresenta um numeral e um nome genérico em sua constituição. Como no exemplo (45), a anáfora encapsuladora desempenha a função enumerativa ao antecipar ao interlocutor o número de referentes encapsulados pelo anafórico.

Assim, a análise das amostras revela que a função enumerativa permite ao locutor:

- ✓ Promover a organização textual;
- ✓ Aglutinar os estágios de um argumento;
- ✓ Enumerar referentes.

Por fim, é importante destacar, com base nos estudos de Carvalho (2005), que esse caráter organizacional das anáforas encapsuladoras se relaciona diretamente com a semântica do nome-núcleo que integra a expressão referencial, como no caso das anáforas cujo núcleo corresponde a um numeral. Com base na análise do nosso *corpus*, percebeu-se que, quanto mais genérico for o significado do nome-núcleo do encapsulamento em um determinado contexto de uso, maior será o potencial organizador da expressão referencial.

6.3.2.3 Organização tópica

As anáforas encapsuladoras podem ser utilizadas pelo locutor como uma forma de assinalar a mudança para o próximo estágio de seu argumento, o que se deve ao encapsulamento de um segmento textual antecedente. Por conta disso, as anáforas encapsuladoras podem realizar a mudança e a interligação do tópico discursivo, pois tanto introduzem uma alteração, quanto preservam a continuidade ao manter saliente no cotexto uma informação já dada. Vejamos como isso ocorre no exemplo a seguir:

(47) À moda de Geraldo Luis, Faustão embarca na onda dos reencontros chorosos
 Promover reencontros entre pessoas que não se veem há décadas é uma especialidade dos programas de auditório da TV brasileira. A arte de elevar o Ibope fazendo o espectador chorar é praticada pelos mais variados apresentadores em todos os canais.
 A lista é longa e não quero cometer injustiças. Vou citar apenas os principais que, nos últimos anos, usaram e abusaram do recurso: Luciano Huck na Globo; Eliana, Ratinho e Celso Portioli no SBT; além de Geraldo Luis, Rodrigo Faro, Gugu Liberato e Sabrina Sato na Record, entre outros.
 A audiência está em queda? O concorrente está ameaçando? Promova um reencontro de pai e filha que estão afastados há 20 anos. É **tiro e queda**.
 Faustão já fez isso também. Em 2012, uma mãe desmaiou no palco depois de reencontrar a filha que não via há 50 anos. Este ano, o programa parece decidido a embarcar na onda.
 Uma página no site do “Domingão” convida os espectadores a enviar histórias. “Se o seu relato for emocionante, você poderá ter sua história contada no programa da família brasileira”, avisa. Em março, um comerciante reencontrou o filho que havia deixado 25 anos antes.
 (Disponível em: <<https://goo.gl/W6HrVH>>. Acesso em: 09 set. 2016)

No final do segundo parágrafo do texto há uma anáfora encapsuladora elíptica, o pronome adjetivo demonstrativo “isso”, que antecede o verbo de ligação, encapsula a ideia de apelar para o melodrama e a direciona para uma avaliação, “tiro e queda”, equivalente a algo eficiente, em um movimento de retrospicção, ou seja, de remissão para trás e para frente ao mesmo tempo.

Com isso, há a manutenção do tópico discursivo pela sumarização da porção textual antecedente e o locutor passa, assim, para a próxima etapa de sua argumentação, o que também se repete no exemplo (48), em que a anáfora encapsuladora “a premissa”, introduzida por um definido que especifica seu nome-núcleo e focaliza a informação encapsulada, além de glosar o segmento textual antecedente ao hipostasiá-lo como uma “premissa”, o direciona, retrospectivamente, para uma avaliação positiva:

(48)Emissoras insistem fazer de Richthofen vilã ou heroína de novela
 A princesa que virou um monstro aos olhos do público. Confesso, **a premissa** é atrativa. O tipo de história capaz de prender a atenção do telespectador (algo cada vez mais raro), gerar muitos cliques em sites, mobilizar as redes sociais e fazer com que todos – ou quase – sintam-se mais humanos e íntegros ao se comparar com a protagonista de uma barbárie familiar.

Quase catorze anos depois de ajudar a executar os pais, Suzane Von Richthofen ainda fascina significativa parcela da mídia. Difícil acreditar que haja algum detalhe novo a ser acrescentado à crônica do crime.

[...].

(Disponível em: <<https://goo.gl/Ic3M5h>>. Acesso em: 09 set. 2016).

Pontua-se, assim, que as anáforas encapsuladoras, ao promoverem a organização tópica:

- ✓ Interligam os segmentos textuais, o que colabora para a organização macrotextual;
- ✓ Conectam o tópico discursivo;
- ✓ Marcam a mudança para a próxima etapa da argumentação.

Além do exposto, salientamos que uma característica geral das anáforas encapsuladoras é a propriedade de estabelecer uma conexão entre os parágrafos e, ao promover a organização tópica, sumarizar porções cotextuais de extensão variada. O papel da anáfora encapsuladora se torna mais limitado quando o segmento textual encapsulado for relativamente curto, o que lhe confere um papel organizador bastante local, como em (10).

7 CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo principal investigar as funções discursivas dos processos referenciais de encapsulamento no gênero artigo de opinião. Para tanto, realizamos um levantamento dos principais trabalhos realizados sob a égide da Linguística Textual que se direcionavam ao estudo do fenômeno do encapsulamento e das pesquisas mais recentes em referência realizadas no Brasil, o que nos permitiu, inicialmente, nos aprofundar nas noções de texto, referência e de processos referenciais.

A partir desse percurso teórico, foi possível não somente explicar melhor a definição dos processos referenciais de encapsulamento, como estender a compreensão do modo como esses processos de referência se comportam no texto. Tal avanço culminou em uma reorganização do quadro de processos referenciais atrelados à menção, aos quais foi adicionada a introdução referencial encapsuladora, bem como possibilitou a mudança de categoria das anáforas encapsuladoras para o grupo dos anafóricos correferenciais.

Outro importante passo foi o alinhamento entre os estudos iniciais que tratavam dos processos referenciais de encapsulamento, dentre os quais destacamos os trabalhos de Francis ([1994] 2003), Conte ([1996] 2003), Apothéloz e Chanet ([1997] 2003) e Consten, Knees e Schwarz-Friesel (2007), e as pesquisas mais recentes em referência realizadas no Brasil, em especial os livros, dissertações e teses publicados por pesquisadores do grupo PROTEXTO, da Universidade Federal do Ceará, como os estudos de Cavalcante (2011), Silva (2013), Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014), dentre outros.

Esse alinhamento se mostrou necessário, sobretudo, por conta dos diferentes enfoques já dados ao fenômeno dos encapsulamentos, alguns essencialmente formais e outros mais inclinados para a caracterização das funções discursivas desses processos. Como resultado, foi possível estabelecer um panorama dos processos referenciais de encapsulamento com base em todos os estudos trazidos para a discussão, no qual foram consideradas as suas formas de ocorrência no texto e suas funções discursivas.

Além disso, tal panorama nos levou à hipótese de que as funções discursivas dos processos referenciais de encapsulamento respondem a duas macrofunções mais gerais: (i) a macrofunção metadiscursiva; e (ii) a macrofunção organizadora, e de que ambas as macrofunções identificadas operariam em conjunto para a construção do texto argumentativo como um resultado não apenas das intenções comunicativas do locutor, mas também, e principalmente, da negociação que se estabelece entre os interlocutores para a construção da referência e do sentido.

Posteriormente, objetivamos desenvolver, nesta pesquisa, uma reflexão sobre as relações de influência entre o gênero artigo de opinião, ao qual pertencem os textos analisados no *corpus*, e os processos referenciais de encapsulamento. Em seguida, buscamos relacionar as formas de encapsulamento às marcas de posicionamento com base na definição proposta por Hyland (2005), o que nos permitiu dar um tratamento um pouco mais aprofundado ao caráter avaliativo dessas anáforas.

Após o percurso teórico necessário para a condução desta dissertação, procedemos à análise do *corpus*, composto por um total de 40 artigos de opinião. Os resultados obtidos confirmaram a nossa hipótese de que os processos referenciais de encapsulamento apresentam funções discursivas que concorrem para o reconhecimento de duas macrofunções que, nas amostras analisadas, se alternam entre o papel de estabelecer o posicionamento do locutor, tentando engajar o interlocutor, no caso da macrofunção metadiscursiva, e o de direcionar a atenção do interlocutor para certos pontos da estruturação textual, no caso da macrofunção organizadora.

Não obstante, percebemos que as funções discursivas das anáforas encapsuladoras não são mutuamente excludentes e que há uma grande ocorrência de anáforas encapsuladoras avaliativas e de introduções referenciais encapsuladoras no *corpus*, empregadas pelo locutor tanto como uma forma de garantir a coesão textual, quanto como um modo eficaz de delinear o seu posicionamento, o que nos levou a associar as anáforas encapsuladoras avaliativas à categoria que abrange os marcadores de atitude (HYLAND, 2005).

Além do exposto, reconhecemos a grande incidência do fenômeno do encapsulamento no *corpus* como consequência da dominância da sequência argumentativa em textos pertencentes a gêneros como o artigo de opinião, o que revela esses processos referenciais como comuns ao gênero textual estudado nesta dissertação por conta da necessidade que o locutor tem de tornar saliente o seu posicionamento acerca de um dado conteúdo e, a todo tempo, tentar conquistar a adesão do interlocutor à sua tese, em uma relação de interinfluência entre gênero textual e processos referenciais.

Do ponto de vista formal, a análise do *corpus* revelou que as anáforas encapsuladoras realizam, de fato, três tipos de movimentos no cotexto: remissão para trás ou retrospecção; remissão para a frente ou prospecção; remissão para trás e para frente, o que equivale aos casos de retrospesção. Além do exposto, percebeu-se que os encapsulamentos demonstraram uma clara predileção pelo indefinido quando prospectivos, o que colabora para que haja uma adição de informações que se relacionam com o ponto de vista do locutor sobre o referente encapsulado. A análise demonstrou, ainda, que as anáforas encapsuladoras também

apresentaram uma grande predileção pelo definido que, por vezes, foi empregado com função equivalente a um pronome adjetivo demonstrativo, especificando e focalizando um referente em casos de retrospecção e retrospesção.

A contribuição desta pesquisa, tanto no que se refere à revisão teórica desenvolvida quanto à análise dos dados, se mostra significativa por ter evidenciado o descompasso existente entre o que era preconizado por uma série de autores reconhecidos por grandes pesquisas sobre os encapsulamentos, as quais se norteavam por um viés predominantemente formal, e o que as pesquisas contemporâneas em referência, no Brasil, sugerem em se tratando dessa temática. Tal deslocamento se revela útil, além disso, por oferecer uma perspectiva mais coerente do encapsulamento com os pressupostos teóricos da Linguística Textual em termos de referência. Considerar os encapsulamentos à luz da referência deixar preparado o caminho para que pesquisas futuras enveredem pelas funções discursivas de anáforas e introduções referenciais encapsuladoras.

Isto posto, como sugestão para trabalhos futuros, poder-se-ia, por exemplo, testar o quadro de funções discursivas obtidas neste estudo em textos pertencentes a outros gêneros textuais, dentre eles os que são praticados nas mídias digitais e são constituídos de uma multisssemiose. Colaboramos, assim, para uma expansão do entendimento do papel das anáforas e introduções referenciais encapsuladoras em gêneros textuais mais dinâmicos. Outra possível sugestão de pesquisa seria a realização de um estudo que se centrasse no papel dos encapsulamentos enquanto elementos que alicerceiam e solidificam a argumentatividade textual, o que poderia ser realizado por meio de uma aproximação entre a Linguística Textual e as demais teorias que se debruçam sobre as relações entre texto e argumentação, como a Nova Retórica.

REFERÊNCIAS

- ADAM, Jean-Michel. **A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.
- ALVES JUNIOR, Mário Acrísio. **A estratégia discursiva da rotulação: Léxico, Argumentação e Textualidade**. 2011. 146f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.
- ALVES, Antonia Suelle de Souza. **Funções discursivas dos processos anafóricos – uma rediscussão dos critérios de análise**. 2015. 192f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.
- APOTHÉLOZ, Denis; REICHLER-BÉGUELIN, M-J. Construction de la référence et strategies de designation. In.: BERRENDONNER, A; REICHLER-BÉGUELIN, M-J (eds). **Du syntagme nominal aux objets-de-discours**. Neuchâth, Université de Neuchâth, 1995.
- APOTHÉLOZ, Denis. Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual. In: **Referenciação**. Mônica Magalhães Cavalcante, Bernadete Biasi Rodrigues, Alena Ciulla (org.). São Paulo, Contexto, 2003 [1996].
- _____; CHANET, C. Definido e demonstrativo nas nomeações. In: **Referenciação**. Cavalcante, M.; Rodrigues, B.; Ciulla, A. (orgs.) São Paulo; Contexto – (Coleção Clássicos da Linguística), 2003 [1997].
- AUSTIN, John L. **How to do things with words**. New York: Oxford University Press, 1965.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997 [1979].
- _____. **Questões de literatura e estética**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- BEAUGRANDE, Robert-Alain de; DRESSLER, Wolfgang Ulrich. **Introduction to text linguistics**. London: Longman, 1981.
- BERRENDONNER, Alain. Note sur la contre-inférence. **Cahiers de linguistique française**, 7: 259-277, 1986.
- _____. Anaphores confuses et objets indiscrets. In: SCHNEDECKER et al (ed). **L'anaphore associative**. Paris: Klincksieck. 1994, p. 209-230.
- BOFF, Odete M. B.; KÖCHE, Vanilda S.; MARINELLO, Adiane F. O gênero textual artigo de opinião: um meio de interação. In: **ReVEL**, vol. 7, n. 13, 2009. Disponível em:<http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_13_o_genero_textual_artigo_de_opinioao.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2015.
- BRÄKLING, Kátia Lomba. Trabalhando com artigo de opinião: re-visitando o eu no exercício da (re)significação da palavra do outro. In: ROJO, Roxane (Org.). **A prática da linguagem em sala de aula: praticando os PCN**. São Paulo: EDUC; Campinas, SP: Mercado de Letras, 2000, p. 221-247.

CARVALHO, Maria Angélica Freire de. (2005). **O funcionamento textual-discursivo dos rótulos em artigos de opinião**. Tese (Doutorado em Linguística). Campinas: Universidade Estadual de Campinas – Unicamp.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Referenciação: sobre coisas ditas e não ditas**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

_____; BRITO, Mariza Angélica Paiva. Anáforas encapsuladoras – traços peculiares aos rótulos. In: **Revista de Letras**, Fortaleza, n. 32, p. 29-36, jan/jun, 2013.

_____; CUSTÓDIO FILHO, Valdinar; BRITO, Mariza Angélica Paiva. **Coerência, referenciação e ensino**. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

CHAROLLES, Michel. Anaphore associative, stéréotype et discours. In: Schnedecker, C. et alii (eds). **L'anaphore associative. Aspects linguistiques, psycholinguistiques et automatiques**. Paris: Klincksieck, 1991.

CIULLA e SILVA, Alena. **Os processos de referência e suas funções discursivas: o universo literário dos contos**. 201p. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

CONSTEN, Manfred; KNEES, Mareile; SCHWARZ-FRIESEL, Monika. The function of complex anaphors in texts: evidence from corpus studies and ontological considerations. In: SCHWARZ-FRIESEL, Monika; CONSTEN, Manfred; KNESS, Mareile. **Anaphors in text: cognitive, formal and applied approaches to anaphoric reference**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2007.

CONTE, Maria-Elisabeth. Anaphoric encapsulation. In: RODRIGUES, B; CIULLA, A. (orgs.) **Referenciação**. São Paulo: Contexto – (Coleção Clássicos da Linguística), 2003 [1996].

CORBLIN, Francis. **Les formes de reprise dans le discours**. Anaphores et chaînes de référence. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 1995.

ESTEVEES, Laurenci Barros. Aspectos discursivo-funcionais da introdução referencial encapsuladora em artigos de opinião. In: **Linguagem**. São Paulo, v. 24, n. 1, p. 1-12, 2015.

_____; MACÊDO, Patrícia Sousa Almeida de. Uma análise discursivo-funcional dos processos referenciais encapsuladores em artigos de opinião. In: **Lingu@ Nostr@ - Revista Virtual de Estudos de Gramática e de Linguística**. Canoas, v. 3, n. 2, p. 14-35, 2016.

FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015.

FRANCIS, Gill. Labelling discourse: an aspect of nominal-group lexical cohesion. In: Coulthard, M. (ed.). *Advances in written text analysis*. London and New York: Ed. Routledge, 1994, p. 83-101. In: RODRIGUES, B; CIULLA, A. (orgs.) **Referenciação**. São Paulo: Contexto – (Coleção Clássicos da Linguística), 2003 [1994].

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; SOUZA, Maria Medianeira. **Transitividade e seus contextos de uso**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

GUILLAUME, Gustave. **Le problème de l'article e sa solution dans la langue française**. Paris: Librairie Hachette, 1919.

HALLIDAY, M.A.K.; HASAN, R. **Cohesion in English**. London: Longman, 1976.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. London: Arnold, 1985.

HYLAND, Ken. **Metadiscourse: Exploring Interaction in Writing**. Continuum: London and New York, 2005.

JUBRAN, Clélia. C. A. S. Revisitando a noção de tópico discursivo. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos**, v. 48 (1), 2006.

KLEIBER, G., SCHNEDECKER, C., UJMA, L. L'ánaphore associative, d'une conception l'autre. In: Schenedecker, C. et alii (eds). **L'ánaphore associative. Aspects linguistiques, psycholinguistiques et automatiques**. Paris: Klincksieck, 1991.

KOCH, Ingedore Villaça Grunfeld. **O texto e a construção dos sentidos**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. Linguagem e cognição: a construção e reconstrução de objetos-de-discurso. In: **Veredas- Revista de Estudos Linguísticos**, Juiz de Fora, v. 6, n. 1, p. 29-42, 2004.

_____. Referenciação e orientação argumentativa. In: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Cristina (Orgs.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.

KRESS, G; VAN LEEUWEN, T. **Reading images: the grammar of visual design**. London; New York: Routledge, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LYONS, John. **Semantics**. Cambridge: CUP, 1977

_____. Semantic ascent: A neglected aspect of syntatic typology. In: **Essays on Grammatical Thory and Universal Grammar**, D. Arnold, p. 53-86. Oxford: Clarendon, 1989.

MAINGENEAU, D. **O contexto da obra literária**. São Paulo: Martins fontes, 1995.

_____. **Novas tendências em análise do discurso**. Unicamp: Pontes, 1997.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina. **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 53-101.

_____. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. . São Paulo: 2008.

MONDADA, Lorenza. **Verbalisation de l'espace et fabrication du savoir**: approche linguistique de la construction des objets de discours. Tese, Université de Lausanne, Lausanne, 1994.

_____; DUBOIS, Danièle. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernardete Biasi; CIULLA, Alena. (Orgs.). **Referenciação**. Clássicos da lingüística. v. 1. São Paulo: Contexto, 2003 [1995].

PEDRO, Ana Paula. Ética, moral, *axiologia* e valores: confusões e ambiguidades em torno de um conceito comum. In: **Kriterion**, Belo Horizonte, v. 55, n. 130, p. 483-498, 2014.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação** - A Nova Retórica. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2013 [1970].

SCHWARZ, Monika. **Indirekte anaphern in texten**. Studien zur domängebundenen Referenz und Kohärenz im Deutschen. Tübingen: Niemeyer, 2000.

SCHWARZ-FRIESEL, Monika. Indirect anaphora in text. In: SCHWARZ-FRIESEL, Monika; CONSTEN, Manfred; KNESS, Mareile. **Anaphors in text**: cognitive, formal and applied approaches to anaphoric reference. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2007 [2000].

SEARLE, John R. **Expression and meaning**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

SILVA, Franklin Oliveira. **Formas e funções das introduções referenciais**. 2013. 127f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza (CE), 2013.

SOUSA, M. A.S.S.; LIMA, S.M.C. Operação sanguessuga, operação castelo de areia e operação sexto mandamento: meras designações ou verdadeiras caixas de pandora? In: **Veredas**- Revista de Estudos Linguísticos, Juiz de Fora, v. 19, n. 2, p. 344-356, 2015.

SOUSA, M. M. F. de. **A organização textual-discursiva dos anúncios de turismo no Ceará**. 2005. 212f. – Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Letras, Recife (PE), 2005.

SWALES, J. M. **Genre analysis**: English in academic and researching settings. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

VASCONCELOS DE SÁ, Jammara Oliveira. **As funções cognitivo-discursivas das anáforas encapsuladoras**. 2007. 106f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza (CE), 2007.

ZAVAM, Aurea. São axiológicas as anáforas encapsuladoras? In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães [et al.] (orgs). **Texto e discurso sob múltiplos olhares**: referenciação e outros domínios discursivos. Vol.2. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.